

# Como Sentinelas Avançadas

A Justiça Eleitoral em Rondônia

2ª Edição



# **Como sentinelas avançadas**

**A justiça Eleitoral em Rondônia**

# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

© 02/2013

TRE/RO Como Sentinelas Avançadas: A Justiça Eleitoral em Rondônia – 2ª edição  
800 exemplares

Expediente

## Coordenação

Cícero João de Freitas

## Organização

Historiadores

Joeser Alvares da Silva

Ramon Cujú de Freitas

## Colaboração

André Forssard Signes

Aúrea Cristina Saldanha de Oliveira Aragão

Elizeth Afonso de Mesquita

Ranieri Mota de Lima

## Projeto Gráfico

Sandy dos Santos Viana

**Capa:** Foto do Real Forte Príncipe da Beira - Costa Marques/RO

Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Areal

CEP.: 78.916-100 - Porto Velho – RO

Fones: 69+ \*\* + 3211-2138 / 3211-2104

e-mail: hje@tre-ro.gov.br

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral (RO).

Como Sentinelas Avançadas: A Justiça Eleitoral em Rondônia/Tribunal Regional  
Eleitoral de Rondônia - 2ª edição. Revisada e atualizada. Porto Velho - RO, 2013:

TRE - RO, 2013

147p. Il.

1. Justiça eleitoral - Rondônia - História I. Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

II. Título.

CDDir. 341.41941

## Hino: Céus de Rondônia

Música: José de Mello e Silva  
Letra: Joaquim de Araújo Lima

Quando nosso céu se faz moldura,  
Para engalantar a natureza,  
Nós, os bandeirantes de Rondônia  
Nos orgulhamos  
De tanta beleza.

Como sentinelas avançadas,  
Somos destemidos pioneiros,  
Que nestas paragens do poente  
Gritam com força:  
Somos brasileiros

Nesta fronteira de nossa pátria,  
Rondônia trabalha febrilmente,  
Nas oficinas e nas escolas,  
A orquestração que empolga toda gente.  
Braços e mentes forjam, cantando,  
A apoteose deste rincão,  
Que com orgulho exaltaremos,  
Enquanto nos palpita o coração.

Azul, nosso céu é sempre azul,  
Que Deus o mantenha sem rival,  
Cristalino, muito puro,  
E o conserve sempre assim.  
Aqui toda a vida se engalana  
De beleza tropical,  
Nossos lagos, nossos rios,  
Nossas matas, tudo enfim.

# **Composição da Corte**

## **PRESIDENTE**

**Desembargadora Ivanira Feitosa Borges**

## **VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL**

**Desembargador Sansão Saldanha**

## **MEMBROS**

**José Jorge Ribeiro da Luz (Juiz de Direito)**

**Adolfo Theodoro Naujorks Neto (Juiz de Direito)**

**Juacy dos Santos Loura Júnior (Jurista)**

**Dimis da Costa Braga (Juiz Federal)**

## **PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL**

**Reginaldo Pereira da Trindade**

**SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DE RONDÔNIA**

**DIRETORA-GERAL**  
**Lia Maria Araújo Lopes**

**SECRETÁRIA JUDICIÁRIA E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO**  
**Áurea Cristina Saldanha Oliveira Aragão**

**SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E  
CONTABILIDADE**  
**Elizeth Afonso de Mesquista**

**SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**Domingos Sávio de Souza Ribeiro**

**SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS**  
**Erivana Santos Rosa Penedo**

# APRESENTAÇÃO

Com inspiração cívica, objetivando preservar a memória histórica da Justiça Eleitoral de Rondônia, o eminente Des. Valter de Oliveira, Presidente da Corte Regional, promoveu, mediante a participação de muitos, a elaboração desta obra que registra os eventos passados e contemporâneos que resultaram na edificação do Poder Judiciário do Estado.

Trata-se, em verdade, de uma epopéia narrada através dos acordes do hino "Céus de Rondônia" que, em sete escalas contidas no índice, mostra o cenário em que os fatos se desenvolveram, a evolução demográfica, a divisão político-administrativa e a transformação do território em Estado.

Os destemidos pioneiros reconhecidos desde a introdução do processo eleitoral, no ano de 1914, deram as mãos àqueles que, em 1982, continuaram a lutar pela implantação da democracia nestas paragens do poente.

Nestas fronteiras, o trabalho fecundo e incessante da Justiça Eleitoral criou e implantou as zonas eleitorais sob a coordenação dos titulares das comarcas e dos respectivos servidores.

Por meio do alistamento, observa-se o sentimento patriótico que envolve a todos com o fito de aumentar, a cada ano, o contingente eleitoral partícipe das decisões democráticas.

Além das conquistas da técnica a aprimorar o sistema eleitoral, no período que se estende das urnas de madeira às eletrônicas, uma outra de maior eficiência, criada e instalada pela Presidência do Tribunal Regional, refere-se à Escola Judiciária Eleitoral.

Nela serão aprimorados juízes e servidores, servindo ela como fórum de debates dos grandes temas de interesse desta Justiça especializada.

Na sua programação prevê-se o trabalho de conscientização do eleitor do futuro.

Então, novos horizontes surgirão para que o exercício maior da cidadania seja autêntico e a escolha popular recaia naqueles que possuam o sentimento ético capaz de promover o bem público.

Por fim, na apoteose deste rincão, toda a vida se engalana diante da profusão da beleza tropical dos lagos, dos rios e da floresta.

Des. Dimas Ribeiro da Fonseca  
Presidente do TRE-RO (biênio 1986 - 1988)

## **A Palavra da Presidente**

No ano de 2003, o Presidente deste Tribunal, Desembargador Valter de Oliveira, lançava a presente obra “Como Sentinelas Avançadas – A História da Justiça Eleitoral em Rondônia”. O trabalho minucioso, ilustrado e fidedigno encantou a todos que de alguma forma fizeram parte da Justiça Eleitoral.

Com o objetivo de continuar esse belo projeto, comunicamos com imensa satisfação a publicação desta 2ª edição.

Fruto do trabalho dedicado e minucioso da equipe responsável por sua elaboração, esta edição marca um novo tempo da Justiça Eleitoral.

Juízes, promotores de justiça, servidores, mesários e colaboradores superaram as dificuldades de acesso e de estrutura impostas pela Floresta Amazônica e pelo Estado em formação para realizar com sucesso todas as eleições nesses últimos 30 anos de existência da Justiça Eleitoral de Rondônia. Irmanados com o propósito cívico de captar, preservar e revelar a vontade política dos eleitores, esses desbravadores foram protagonistas da história da Justiça Eleitoral neste Estado, colocando Rondônia em bom destaque, reiteradas vezes, seja pela rapidez e eficiência na totalização dos votos, seja pelo pioneirismo na implantação de boas práticas de trabalho e projetos de inovação.

Por isso é inquestionável que a contribuição desses destemidos pioneiros foi pilar fundamental para a projeção da Justiça Eleitoral que ocupa posição privilegiada entre os brasileiros e no cenário internacional. Desfrutamos do reconhecimento de ser a Justiça responsável pelas eleições mais rápidas e seguras do mundo.

Esta edição conta um pouco mais dessa história de sucesso e reforça a conclusão que a Justiça Eleitoral de Rondônia foi indispensável para a consolidação democrática e política do Estado.

Assim, convidamos a todos para conhecer esta edição que foi carinhosamente confeccionada para servir como fonte de memória e de pesquisas daqueles interessados em investigar a história da Justiça Eleitoral de Rondônia.

**Desembargadora Ivanira Feitosa Borges**

**Presidente**



# ÍNDICE

<b>I - NESTAS PARAGENS DO POENTE.....</b>	<b>01</b>
Breve histórico da formação de Rondônia.....	03
Rondon.....	06
Jorge Teixeira.....	08
Quadro demonstrativo da evolução populacional de Rondônia (1950-2010).....	09
Evolução político-administrativa de Rondônia.....	09
Atual divisão político-administrativa do estado de Rondônia.....	10
Mapa atual divisão político-administrativa do estado de Rondônia.....	10
Porto Velho.....	11
<b>II - DESTEMIDOS PIONEIROS.....</b>	<b>13</b>
As eleições antes da criação do Tribunal Regional Eleitoral.....	15
<b>III - NÓS, OS BANDEIRANTES DE RONDÔNIA.....</b>	<b>17</b>
A instalação do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.....	19
Sedes do Tribunal.....	21
Cortes Eleitorais (1982 a 2013).....	25
Corte Eleitoral em 2012.....	35
Corte atual: perfil dos Juízes.....	36
Galeria de Presidentes.....	41
Procuradores Regionais Eleitorais que atuaram perante a Corte (1982-2013).....	46
Diretores Gerais do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia(1982-2013).....	46
Os Servidores do TRE-RO.....	47
Quadro atual de servidores do TRE-RO.....	48
O mais antigo servidor em atividade na Justiça Eleitoral em Rondônia.....	52
Homenagem aos escrivães eleitorais.....	52
Mesários recebem homenagem inédita no país.....	53
<b>IV - NESTAS FRONTEIRAS DE NOSSA PÁTRIA.....</b>	<b>55</b>
As Zonas Eleitorais.....	57
Atual divisão de Rondônia em Zonas Eleitorais.....	63
Atuais titulares das Zonas Eleitorais de Rondônia.....	64
Central de Atendimento ao Eleitor de Porto Velho.....	65
“Rondônia trabalha febrilmente...”.....	66
<b>V - “GRITAM COM FORÇA: SOMOS BRASILEIROS!”.....</b>	<b>69</b>

# ÍNDICE

Alistamento Eleitoral.....	71
Recadastramento Biométrico.....	73
Cartório Móvel.....	74
Evolução do eleitorado no Estado de Rondônia.....	75
Crescimento do eleitorado jovem em Rondônia.....	76
O recadastramento biométrico em Rondônia.....	76
Estatística de comparecimento.....	78
<b>VI - “BRAÇOS E MENTES FORJAM CANTANDO A APOTEOSE DESSE RINCÃO..”</b> .....	<b>80</b>
Os processos eleitorais a partir de 1982.....	83
O advento da urna eletrônica.....	92
As mudanças decorrentes do uso da urna eletrônica.....	94
Eleições gerais de 1998.....	97
Eleições Municipais de 2000.....	99
Eleições gerais de 2002.....	102
Eleições 2004.....	103
60 Anos da Justiça Eleitoral.....	104
Eleições 2006.....	105
Comissão do Congo conhece sistema de votação no TRE-RO.....	106
TRE-RO recebe certificado de Gestão Pública.....	106
Eleições 2008.....	107
Inovações em 2009.....	108
Criação da Ouvidoria.....	108
Eleições 2010.....	109
Eleitos em 2010.....	110
Eleições 2012.....	111
Eleições 2014.....	112
<b>VII - “AQUI TODA VIDA SE ENGALANA...”</b> .....	<b>115</b>
Atendimento no Shopping Cidadão.....	117
1º Encontro sobre Acessibilidade da Justiça Eleitoral de Rondônia.....	118
EJE-RO – Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia.....	119
Tribunal Regional Eleitoral - 30 ANOS.....	121
Lançamento do selo comemorativo.....	124

# ÍNDICE

Servidores pioneiros da Justiça Eleitoral.....	125
TRE-RO Homenageia Ex-Presidentes.....	126
“Clubinho Saúde e Agenda Ambiental” .....	127
“Programa Eleitor do Futuro” .....	128
Eleição de Prioridades.....	128
Concurso de Redação.....	129
Fest Cidadania.....	130
Voto Jovem.....	130
Patrulha Eleitoral.....	131
Depoimentos dos mesários.....	132
Depoimentos dos Desembargadores.....	135
CONCLUSÃO.....	145
BIBLIOGRAFIA.....	146

***Capítulo I***  
***“Nestas paragens do poente...”***

## **Breve história da formação de Rondônia**

A ocupação e colonização da área que hoje constitui o Estado de Rondônia remontam o período colonial, fins do século XVII, quando se encontravam algumas missões Jesuíticas nesta região. Em princípios do século XVIII, a descoberta de ouro em Cuiabá, província do Mato Grosso, passou a despertar a atenção dos Portugueses, iniciando então a penetração de entradas e bandeiras pelo vale do Guaporé.

Pelo Tratado de Tordesilhas, a região da Amazônia pertencia à Espanha. Desde o início do século XVII, no entanto, a região passou a ser alvo de incursões portuguesas. As disputas com a Espanha terminaram com o Tratado de Madri, que, em 1750, concede a Portugal a posse definitiva da região. Um dos marcos da consolidação da posição portuguesa no Vale do Guaporé foi a construção do Real Forte Príncipe da Beira (1776-1783).

Em meados do século XVIII, a região que é hoje Rondônia acolheu uma leva de colonizadores que vinham à procura de jazidas auríferas na região, aos poucos vão se formando pequenos povoamentos como Pouso Alegre e Casa Redonda. Esse processo lento e contínuo, passou por diferentes ciclos na ocupação de Rondônia.



**Vista aérea do Real Forte Príncipe da Beira, município de Costa Marques.**

Com o esgotamento de produção das minas, houve um quase abandono da região. Contudo, em fins do século XIX, destaca-se o surto da borracha, utilizando-se da bacia hidrográfica rondoniense para a abertura de seringais e escoamento da produção para a Europa.

Em 1870, o Governo brasileiro autorizou a construção da ferrovia ao longo do traçado do Rio Madeira, proporcionando os vizinhos bolivianos condições de escoamento da produção excedente, via território nacional, para o mercado consumidor. Lutas por questões fronteiriças ocorreram na região no final do século XIX, como a questão do Acre, caracterizada pela exploração da borracha pelos brasileiros em terras da Bolívia.



**Vista da oficina da Estação da Ferrovia Madeira-Mamoré.**

## Breve história da formação de Rondônia

O Tratado de Petrópolis, celebrado entre o Brasil e a Bolívia em 17 de Novembro de 1903, pôs fim ao conflito na região, estabelecendo que o território do atual Estado do Acre seria domínio brasileiro e obrigando o governo brasileiro a construir uma ferrovia a partir do porto de Santo Antonio, no Rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Rio Mamoré, para escoar a produção da borracha boliviana.

A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, iniciada em 1907, foi uma verdadeira epopéia. Mais de 20.000 operários trabalharam na construção. Centenas morreram. Chegou-se a dizer que, para cada dormente assentado uma vida foi perdida, o que fez com que a estrada fosse apelidada de “Ferrovia do Diabo.”

Em 30 de abril de 1912 foi assentado o último dormente, sendo a estrada oficialmente inaugurada em 1º de agosto de 1912.

Em 10 de julho de 1931, através do Decreto Nº 20.200, o Governo Federal assumiu o controle total da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, passando a administrá-la.

Em 1972, após a conclusão da ligação rodoviária entre Porto Velho e Guajará-Mirim, a ferrovia foi desativada.

A crise da borracha paralisou o processo de povoamento, com reflexo automático nas atividades econômicas, resultando no quase desaparecimento da população do território.

O esvaziamento econômico e o isolamento da região levaram o Governo Federal a realizar ações para promover a integração desta região. A construção de uma linha telegráfica cruzando os sertões do Mato Grosso até o



Viagem inaugural da E.F. M.M.

Amazonas, tarefa designada ao Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, foi uma dessas ações. O trabalho da Comissão Rondon resultou na formação de pequenos povoadamentos, principalmente nos postos telegráficos que ofereciam melhores condições de infra-estrutura. Alguns desses povoadamentos transformaram-se nos atuais municípios de Vilhena, Pimenta Bueno, Jaru e Ariquemes.

Um novo surto da borracha durante a Segunda Guerra Mundial voltou a estimular, os mercados interno e externo no segmento da borracha. Os seringais foram reativados, proporcionando novo impulso para a economia regional. Não tardou e milhares de nordestinos foram atraídos e trazidos, em semelhança ao que ocorrera no passado, para a região, na tentativa de obter bons lucros com a reabertura e retomada da produção do precioso látex. Além dos nordestinos, a penetração procedente de Mato Grosso continuou por meio do Vale do Guaporé.



Expedição Urucumacã comandada pelo engenheiro e geólogo Vitor Dequech entre 1941 e 1943



Locomotiva na rotatória para mudança de sentido.

**DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ ESTABELECIDADA PELO DECRETO-LEI 7.470/45**



Pode-se mesmo afirmar que a ocupação desta região ocorreu na década de 40, período de progresso e desenvolvimento das atividades econômicas.

Em 13 de setembro de 1943, com o objetivo de garantir a segurança das áreas de fronteiras e a integridade territorial do país, o Presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei nº 5.812, criou cinco territórios federais: Ponta Porã, Iguaçú, Rio Branco, Amapá e Guaporé.

O Território Federal do Guaporé, que na língua tupi significa “cachoeira no campo”, foi formado por terras dos Estados do Amazonas e do Mato Grosso.

A administração dos territórios foi fixada pelo decreto-lei nº 5.839 de 21 de setembro de 1943, ficando o Território do Guaporé dividido em quatro municípios com as denominações de Lábrea, Porto Velho, Alto Madeira e Guajará Mirim. Ficou estabelecido que a capital do território seria a cidade de Porto Velho.

Posteriormente, com base em estudos feitos pelo IBGE, os limites e divisões dos territórios foram alterados pelo decreto-lei nº 6.550, de 31 de maio



**Presidente Getúlio Vargas (esq) visita a Ferrovia Madeira Mamoré em 1931 juntamente com o Coronel Aluísio Ferreira(dir).**

de 1944 passando o Território do Guaporé a contar com três municípios: Porto Velho, Alto Madeira e Guajará Mirim.

Em 17 de abril de 1945, através do Decreto-lei nº 7.470, o município de Lábrea foi devolvido à jurisdição do Amazonas. A estrutura político-administrativa do Território do Guaporé passa a ser formada por dois municípios: Porto Velho, Guajará-Mirim e outros nove distritos.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a desvalorização da borracha promoveu novo declínio na economia da região.

Apesar da estagnação e da decadência do extrativismo da borracha, não ocorreu o despovoamento como acontecera durante o primeiro ciclo de extração da borracha, pelo contrário, a população se estabilizou e, posteriormente, voltou a crescer.

## Breve história da formação de Rondônia



PRIMEIROS LIMITES DO TERRITÓRIO FEDERAL DO  
GUAPORÉ

O Território Federal do Guaporé teve seu nome alterado para Território Federal de Rondônia através da Lei nº 2.731, de 17 de fevereiro de 1956, em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Já sob a nova denominação, em 1958 foram descobertos nas áreas de seringais, os primeiros aluviões de cassiterita em Rondônia, dando início a exploração mineral sob regime de garimpo, propiciando fluxo migratório oriundo de diversos estados brasileiros, que se estabeleceram em Porto Velho e ao longo da estrada de ferro Madeira-Mamoré, então desativada.

Até 1970 a economia local foi impulsionada pela atividade mineral. A partir de 1971 a garimpagem manual foi proibida, dando lugar à exploração mecanizada, privilegiando empresas multinacionais, o que significou o primeiro impulso industrial no Estado, levando Rondônia à condição de maior produtor brasileiro de cassiterita (67,43%).

O ouro encontrado no Rio Madeira, juntamente com a cassiterita, em meados de 80, eram os principais produtos de Rondônia,

responsáveis por grande contingente de migrantes, garimpeiros e a vinda de inúmeras famílias de todo o país. Por volta de 1987, a produção atingiu o "ápice", chegando a casa de 8.000 toneladas do minério. No início de 1990, a produção entrou em declínio e foi praticamente interrompida em meados dessa década.



A atividade mineradora extraiu muita riqueza de Rondônia. Entretanto, essa riqueza não deixou bons frutos à maioria população. Foi uma extração predatória e de alto impacto ambiental. A exploração do ouro e da cassiterita deixou terrível herança ambiental e social: poluição, contaminação do lençol freático e de peixes por mercúrio; enormes erosões do leito e das margens dos rios; poluição por óleo combustível; rejeitos lançados nas águas; equipamentos abandonados; sedimentação do canal navegável e violência no seu mais amplo sentido.

### RONDON

Cândido Mariano da Silva Rondon, nasceu em Mimoso, Mato Grosso, em 5 de maio de 1865.



## *Breve história da formação de Rondônia*

Em 1892, foi nomeado chefe do Distrito Telegráfico de Mato Grosso e designado para a Comissão de Construção da linha telegráfica que ligaria Mato Grosso e Goiás, tarefa concluída em 1898. Entre 1900 e 1906 dirigiu a construção de mais uma linha telegráfica, entre Cuiabá e Corumbá, alcançando as fronteiras do Paraguai e Bolívia, encontrando as ruínas do Real Forte Príncipe da Beira, a maior relíquia histórica de Rondônia.

Em 1907, no posto de major do Corpo de Engenheiros Militares, foi nomeado chefe da comissão que deveria construir a linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira, a primeira a alcançar a região amazônica, e que foi denominada "Comissão Rondon". Em 12 de outubro de 1911 inaugurou a estação telegráfica de Vilhena, na fronteira dos atuais estados de Mato Grosso e Rondônia.

Durante o ano de 1914 a Comissão Rondon construiu em oito meses, no espaço físico de Rondônia, 372 km de linhas e cinco estações telegráficas: Pimenta Bueno, Presidente Hermes, Presidente Pena (mais tarde Vila de Rondônia, atualmente Ji Paraná), Jaru e Ariquemes (a 200km de PortoVelho). Em 1º de janeiro de 1915, inaugurou a estação telegráfica de Santo Antonio do Madeira, concluindo a gigantesca missão que lhe fora conferida.

Em 5 de maio de 1955, data de seu aniversário de 90 anos, recebeu o título de Marechal do Exército Brasileiro concedido pelo Congresso Nacional. Morreu no Rio de Janeiro, aos 92 anos, em 19 de janeiro de 1958.

### **A nova fronteira agrícola do Brasil**

A partir de 1968, paralelamente a atividade mineradora, a consolidação da BR-29 (futura BR-364, cuja abertura foi iniciada em 1934 e concluída em 1961), permitiu que Rondônia começasse a construir a "sua vocação agrícola", através de maciços investimentos federais em

projetos de colonização e intensificação do fluxo migratório, tendo como conseqüência a rápida formação desordenada de aglomerados urbanos principalmente ao longo de seu eixo, provocando uma ruptura da estrutura espacial existente que anteriormente concentrava a economia nas sedes dos municípios de Porto Velho e Guajará Mirim que não sofreram agregações populacionais como as registradas na área de influência da BR-29.

Apesar disso, somente em outubro de 1977 a área desses dois municípios foi desmembrada e foram criados os municípios de Ariquemes, Ji-paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena.

Em junho de 1981 foram criados mais seis municípios: Colorado D'Oeste, Espigão D'Oeste, Presidente Médici, Ouro preto D'Oeste, Jaru e Costa Marques.

A criação do Estado de Rondônia, passou da condição de Território Federal à de Estado Federado através da Lei Complementar nº 041/81 de 22/12/81, sancionada pelo Presidente da República, Gen. João Baptista de Figueiredo, sendo instalado em 4 de janeiro de 1982.

A criação do estado está inserida no conjunto de estratégias da Ditadura Militar para ocupar a região, diminuir as tensões no campo no sul do país e abrir nova fronteira agrícola, integrando definitivamente a região à estrutura econômica do país. A execução dessas tarefas foi confiada ao Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, o "Teixeirão".

A BR-364 foi a veia pela qual passou o vertiginoso fluxo migratório do início dos anos 80 em Rondônia. Com o seu asfaltamento, em 1983/84, ela passou a influir de modo decisivo na região e no seu desenvolvimento, transformando-se na espinha dorsal da vida econômica do Estado.

Esse novo fluxo migratório alterou lógica econômica na região, condicionada aos ciclos extrativistas e de economia concentrada que predominavam nas cidades de Guajará-Mirim e Porto Velho. O pilar da nova estrutura econômica passou a ser a agricultura.

Milhares de migrantes para cá vieram sonhando com dignidade e cidadania, embalados pela esperança e pela ilusão criadas pela propaganda oficial. Para a grande maioria, as promessas do "Eldorado da Amazônia" não se cumpriram.



**Cel. Jorge Teixeira**

### **JORGE TEIXEIRA**

Jorge Teixeira de Oliveira nasceu em General Câmara, Rio Grande do Sul, no dia 1º de junho de 1921.

Coronel do exército brasileiro, em 10 de abril de 1979 assumiu o cargo de Governador do Território de Rondônia, com a missão de viabilizar sua transformação em Estado.

Jorge Teixeira, fomentou o setor agrícola e a mineração, conseguindo a liberação de recursos do Polonoroeste. Asfaltou a BR-364, abriu estradas vicinais coletoras e criou Núcleos Urbanos de Apoio Rural, anexos aos projetos de colonização e assentamentos do INCRA.

Para a criação do Estado de Rondônia, organizou e deu estrutura aos três poderes. Em 4 de janeiro de 1982 instalou o Estado de Rondônia e assumiu oficialmente o cargo de Governador do novo Estado. No mesmo ano criou a Companhia de Mineração de Rondônia (CMR); anunciou a criação da Universidade Federal de Rondônia e dos Conselhos Estaduais de Educação e Cultura; criou o Banco do Estado de Rondônia (BERON); instalou o Ministério Público do Estado de Rondônia e empossou os primeiros Promotores de Justiça.



**Construção da BR-364.**

Em 14 de maio de 1985, foi sucedido no cargo de Governador do Estado de Rondônia pelo Deputado Ângelo Angelim.

Ao despedir-se do povo de Rondônia, “Teixeirão” desabafou: “...A missão foi cumprida dentro do planejado, satisfazendo, assim, as aspirações maiores deste novo Estado e deste sofrido povo de Rondônia. Temos a consciência tranqüila do dever cumprido...”

Morreu em 28 de janeiro de 1987 aos 64 anos, no Rio de Janeiro, onde foi sepultado.



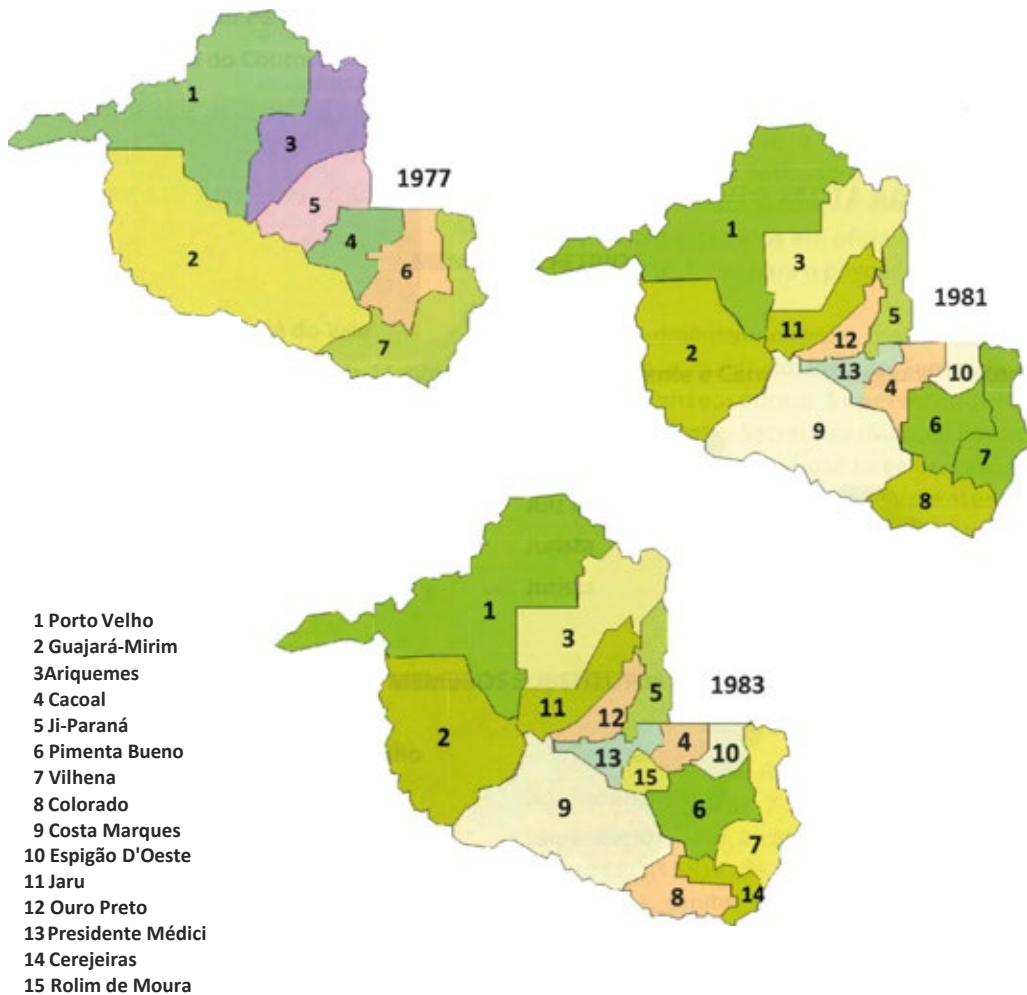
**Jorge Teixeira e a Corte de Justiça de Rondônia na década de 80**

## Breve história da formação de Rondônia

### QUADRO DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE RONDÔNIA (1950-2010)

ANO	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL
1950	13.816	34,4	23.119	62,6	36.935
1960	30.186	43,2	39.606	56,8	69.792
1970	59.564	53,6	51.500	46,4	111.064
1980	227.856	46,4	263.213	53,6	491.079
1991	765.755	58,2	472.702	41,8	1.130.874
2000	884.523	62,0	495.264	38,0	1.229.306
2010	1.149.180	51,0	1.104.453	49,0	2.253.633

### EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE RONDÔNIA

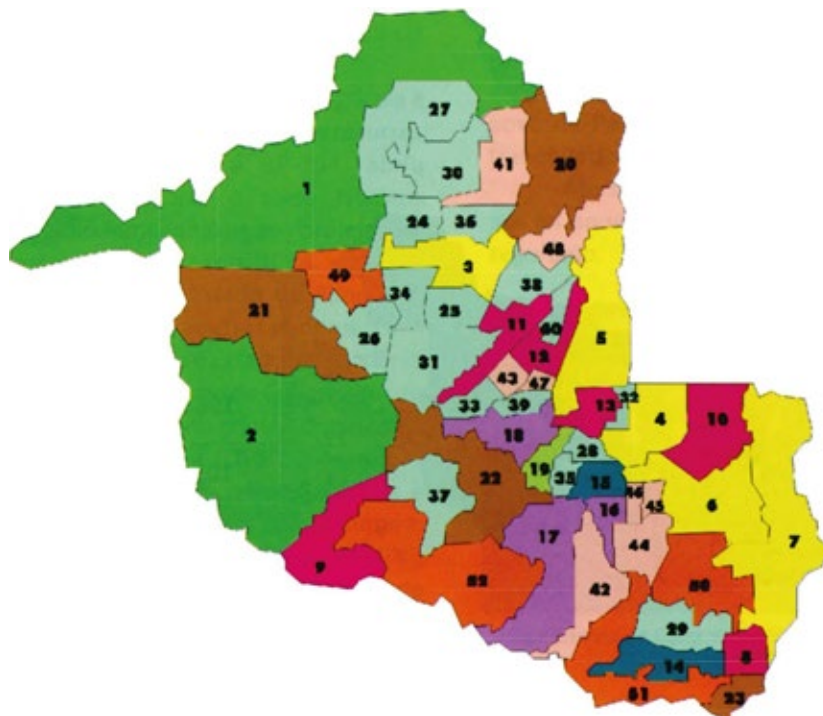


## Breve história da formação de Rondônia

### ATUAL DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

	MUNICÍPIO	DATA DE CRIAÇÃO		MUNICÍPIO	DATA DE CRIAÇÃO
1	Porto Velho	2 de outubro/14	27	Candeias do Jamari	13 de fevereiro/92
2	Guajará-Mirim	12 de julho/28	28	Castanheiras	13 de fevereiro/92
3	Ariquemes	11 de outubro/77	29	Corumbiara	13 de fevereiro/92
4	Cacoal	11 de outubro/77	30	Itapuã D'Oeste	13 de fevereiro/92
5	Ji-paraná	11 de outubro/77	31	Jorge Teixeira	13 de fevereiro/92
6	Pimenta Bueno	11 de outubro/77	32	M. Andreazza	13 de fevereiro/92
7	Vilhena	11 de outubro/77	33	Mirante da Serra	13 de fevereiro/92
8	Colorado	16 de junho/81	34	Monte Negro	13 de fevereiro/92
9	Costa Marques	16 de junho/81	35	Novo Horizonte	13 de fevereiro/92
10	Espigão D'Oeste	16 de junho/81	36	Rio Crespo	13 de fevereiro/92
11	Jaru	16 de junho/81	37	Seringueiras	13 de fevereiro/92
12	Ouro Preto	16 de junho/81	38	Theobroma	13 de fevereiro/92
13	Presidente Médici	16 de junho/81	39	Urupá	13 de fevereiro/92
14	Cerejeiras	5 de agosto/83	40	Vale do Paraíso	13 de fevereiro/92
15	Rolim de Moura	5 de agosto/83	41	Alto Alegre	22 de junho/94
16	Santa Luzia	11 de maio/86	42	Cujubim	22 de junho/94
17	Alta Floresta	20 de maio /86	43	Nova União	22 de junho/94
18	Alvorada	20 de maio /86	44	Parecis	22 de junho/94
19	Nova Brasilândia	19 de junho/87	45	Primavera	22 de junho/94
20	Machadinho	11 de maio/88	46	São Felipe	22 de junho/94
21	Nova Mamoré	6 de julho/88	47	Teixeirópolis	22 de junho/94
22	São Miguel	6 de julho/88	48	Vale do Anari	22 de junho/94
23	Cabixi	6 de julho/88	49	Buritis	27 de dezembro/95
24	Alto Paraíso	13 de fevereiro/92	50	Chupinguaia	27 de dezembro/95
25	Cacaulândia	13 de fevereiro/92	51	Pimenteiras	27 de dezembro/95
26	Campo Novo	13 de fevereiro/92	52	São Francisco	27 de dezembro/95

### MAPA DA ATUAL DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



Por Força do Tratado de Petrópolis, o governo brasileiro obrigou-se a construir uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no Rio Madeira, até Guajará Mirim, no Rio Mamoré, ambos situados em terras pertencentes ao Estado do Mato Grosso.

Em 1907, as dificuldades de construção e operação de um porto fluvial em frente aos rochedos da cachoeira de Santo Antônio, fizeram com que construtores e armadores iniciassem a construção a partir de um local mais favorável um pequeno porto localizado 7km abaixo, dentro do território do Estado do Amazonas. Assim, em torno das instalações da Empresa *Madeira Mamoré Railway Company*, arrendatária da estrada de Ferro Madeira Mamoré, surgiu Porto Velho.



Foto da cidade de Porto Velho - 1945.

### QUADRO DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE PORTO VELHO

ANO	POPULAÇÃO
1940	3.000
1950	10.000
1960	51.049
1970	88.856
1980	133.898
1991	286.471
1996	294.227
2000	335.000
2010	428.527



Duas são as versões difundidas acerca da origem de seu nome. Uma delas conta que existia uma morada às margens do Rio Madeira e nela residia um senhor idoso de nome Pimentel, razão pela qual os antigos moradores de Santo Antônio denominavam aquele lugar de "Porto do Velho". Outra versão diz que o nome é uma referência ao abandonado acampamento da guarnição militar que ali acampara durante a Guerra do Paraguai, "o porto velho dos militares". O fato é que os administradores da Madeira Mamoré ao se instalarem nesse local passaram a denominá-lo Porto Velho.

Em 2 de outubro de 1914, através da Lei nº 757, o governador do Estado do Amazonas, Jonathas Pedrosa, criou o município de Porto Velho, com sede no povoado do mesmo nome, ocorrendo sua instalação solene, em 24 de janeiro de 1915. Com esses atos era oficializado o nome de Porto Velho, tanto para o povoado, como para o município.

Para administrar o recém criado município foi nomeado o major do Exército Fernando de Souza Brejense, como Superintendente, assessorado por um Secretário (Manoel Pires de Castro), dois Intendentes (José Jorge Braga Vieira e Luziano Barreto) e dois Suplentes de intendentes (José Castilho e José Pontes). O núcleo populacional foi dividido em dois setores, um administrado pela empresa Madeira Mamoré, situado entre o rio Madeira e a atual avenida Presidente Dutra e o outro administrado pelo Município, situado a partir da citada avenida até a linha de limite com o Estado de Mato Grosso.

O Governo do Amazonas, através da Lei Estadual nº 1011, de 7 de setembro de 1919, elevou Porto Velho à categoria de cidade. Pelo Decreto Lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943, tornou-se a capital do Território Federal do Guaporé. Através da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, tornou-se capital do Estado de Rondônia.

***Capítulo li***  
***“Destemidos Pioneiros...”***

## As Eleições antes da criação do Tribunal Regional Eleitoral

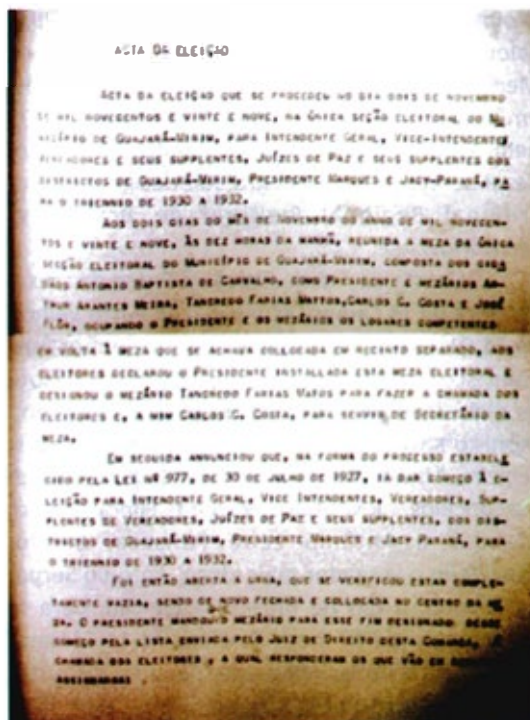
O processo eleitoral nesta região, introduzido em 1914, a partir da primeira eleição para o Conselho da Câmara Municipal da Vila de Santo Antônio, teve como eleitos quatro vereadores do Partido Republicano Conservador PRC: Alfredo Pereira Neves, Manoel Corrêa de Melo, José Fortunati da Conceição e Antônio Salles Ferreira. O Prefeito era nomeado pelo Governo do Mato Grosso, havendo ainda, eleições para as Câmaras Municipais nos anos de 1917, 1921 (extraordinária), 1924, e a última eleição nessa Vila, em 1926.

A Lei 991, de 12 de julho de 1928, que criou o Município de Guajará-Mirim, onde se localiza a 1ª Zona Eleitoral do Estado, no art. 4º, determinava que o Poder Executivo providenciaria a instalação do município, fazendo as necessárias nomeações e marcando data para as eleições, todavia, os primeiros membros da Câmara desse município foram nomeados pelo ato nº 1099, de 06 de abril de 1929, sendo eles: José de Mendonça Lima, Sandoval Arantes Meira, Basílio Magno Ansolino, Carlos Costa, José Solencindo dos Santos, Miguel Farias e Pedro Struthos.

Com o advento da Revolução de 30, o contexto político e social foi alterado, Câmaras Municipais foram fechadas e conseqüentemente o Congresso foi extinto.

Em 1932, o 1º Código Eleitoral (Decreto nº 21.076, de 24.02.1932), tinha a missão de preparar e executar as eleições, diplomando os eleitos, instituindo o voto secreto e o voto feminino.

A Constituição de 1934, no seu art. 63, incluiu a Justiça Eleitoral como Órgão do Poder Judiciário, fixando-lhe competência privativa ao processo das eleições federais, estaduais e municipais. Com a dissolução do Parlamento, em novembro de 1937, ficou a Justiça Eleitoral sem função (extinta), voltando à atividade em fevereiro de 1945, através da Lei Constitucional nº 9, que considerava



criadas as condições necessárias ao funcionamento dos Órgãos representativos, fixando que a partir de 10.02.1945, no prazo de 90 dias, seriam realizadas as eleições federais.

Em maio de 1945, através do Decreto-Lei nº 7.586, foram criados o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais (Estados e Distrito Federal), as Juntas e Juizes Eleitorais.

As três primeiras eleições foram realizadas no Território Federal do Guaporé, as demais, no Território Federal de Rondônia (nova denominação política).

Em 1978, o Território Federal de Rondônia passou a contar com dois representantes na Câmara dos Deputados.

As Câmaras de Porto Velho e Guajará-Mirim foram reativadas, respaldadas no Decreto-Lei nº 411, de 08.10.1969, que criou a Lei Orgânica para os Municípios.

Nas eleições de 1969 e 1972, para as Câmaras Municipais de Guajará-Mirim e Porto Velho, a Justiça Eleitoral fazia-se presente através de um representante designado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Brasília e Territórios.

Em Guajará-Mirim, os eleitos em 30.11.1969 à Câmara de Vereadores foram: Aquino Augusto de Oliveira (ARENA), Clodoaldo

## *As Eleições antes da criação do Tribunal Regional Eleitoral*

Moura Palha (ARENA), Salomão Silva (MDB), Salomão Justiniano Melgar (MDB) e Manoel Mendes Filho (MDB), sendo todos diplomados em 13.12.1969 e empossados em 31.01.1970, pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco Cezar Soares de Montenegro, Juiz designado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Brasília e Territórios.

Consta da Ata da Eleição e Posse da mesa Diretora da 1ª Câmara Municipal de Porto Velho, de 31.01.1970, que o Excelentíssimo Senhor Juiz Francisco Cezar Soares de Montenegro empossou os eleitos: Anísio Gorayeb, José Saleh Morheb, Dionísio Xavier da Silveira, Francisco das Chagas Teixeira, Antônio Serpa do Amaral, Edgar Lôbo de Vasconcelos, Joventino Ferreira Filho, Inácio Mendes e Antônio Leite Fonseca. Sendo convidado o vereador mais idoso, Antônio Serpa do Amaral, a fim de presidir a eleição, para a Composição da 1ª mesa Diretora da 1ª Câmara Municipal de Porto Velho, atendendo o disposto no parágrafo 1º do art. 80 do Decreto-Lei nº 411, de 08.01.1969, cujo resultado foi o seguinte: Anísio Gorayeb Presidente (06 votos), José Saleh Morheb Vice-Presidente (06 votos), Dionísio Xavier da Silveira 1º Secretário (06 votos), Francisco das Chagas Teixeira 2º Secretário (06 votos), Antônio Serpa do Amaral Tesoureiro (06 votos).

De 1965 até o final da década de 70, predominou o Sistema Bipartidário, estabelecido pelo Regime Militar: Aliança Renovadora Nacional - ARENA (partido do governo) e Movimento Democrático Brasileiro - MDB (oposição), substituído pelo Sistema Pluripartidário, quando foram criados cinco partidos, a saber: Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, antes MDB; Partido Democrático Social - PDS, antes ARENA; Partido dos Trabalhadores - PT; Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e Partido Democrático Trabalhista - PDT.

Com a instalação do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (Res. nº 9.859, de 15.05.1975/TSE), este passou também a exercer a Jurisdição sobre o então Território Federal de Rondônia.

Para as eleições de 15 de novembro de 1976, houve um acréscimo de 04 vagas (09 para 13) à Câmara Municipal de Porto Velho, sendo



Des. Francisco César Montenegro (de óculos) coordenou as eleições de 1969 até 1978

diplomados e empossados para as Câmaras de Porto Velho e Guajará-Mirim, os seguintes Vereadores:

Em Porto Velho: Cloter Saldanha da Mota; José Itamar Moreira Dantas; José Viana dos Santos; João Dias Vieira; João Gonzaga; Noé Inácio dos Santos; Paulo Struthos Filho; Abelardo Castro Filho (todos pertencentes ao MDB). Antônio Leite Fonseca; Luiz Cabral de Souza; Marisa Magalhães Castiel; Nuno Utsui e Osmar de Oliveira Costa (pertencentes à ARENA).

Foram eleitos em Guajará-mirim os Vereadores: Salomão Silva; Abraão Azulay e Salomão Justino Melgar (filiados ao MDB). Francisco Nogueira Filho; Aliete Maria Malta Morthy e Quintino Augusto de Oliveira (filiados à ARENA).



**Capítulo III**  
***“Nós, os bandeirantes de Rondônia...”***

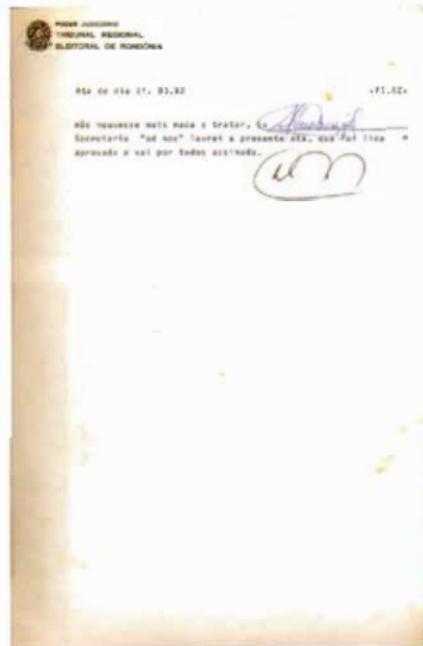
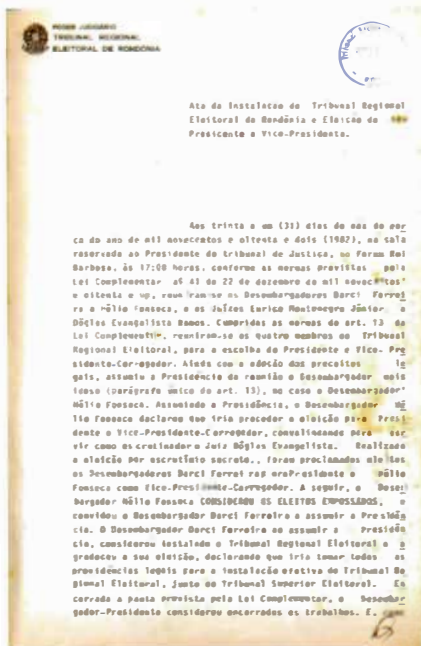
## A instalação do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

A Lei complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, que criou o Estado de Rondônia, dispôs em seus Artigos 12 e 13 acerca da instalação do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

“ Art. 12 - O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia providenciará a instalação e o funcionamento do Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 13 - O Tribunal de Justiça, até o décimo quinto dia útil seguinte ao da posse do Presidente e do Vice-Presidente, escolherá, mediante eleição pelo voto secreto, os dois Desembargadores, os dois Juizes de Direito e os seis cidadãos de notável saber jurídico e idoneidade moral, dentre os quais o Presidente da República nomeará dois que, com aqueles e o Juiz Federal, comporão o Tribunal Regional Eleitoral.

Parágrafo único - Os Desembargadores e Juizes de Direito serão empossados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, em sessão do Tribunal Regional Eleitoral, que se realizará no primeiro dia útil subsequente ao da eleição, e, em seguida, sob a presidência do Desembargador mais idoso, juntamente com os demais membros já nomeados do Tribunal Regional Eleitoral, elegerão o Presidente e o Vice-Presidente, observado disposto no § 1º do art. 10 desta Lei.”



Ata de instalação do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, 1982

## *A instalação do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia*



Des. Darci Ferreira foi o 12 Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Os sete desembargadores do Tribunal de Justiça escolheram os Desembargadores Darci Ferreira e Hélio Fonseca, os Juízes Dôglas Evangelista Ramos e Eurico Montenegro para a primeira composição do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Da lista séxtupla encaminhada ao Presidente da República foram nomeados os Advogados Heitor Magalhães Lopes e Solon Canal Michalski. O sétimo membro da Corte foi o Juiz Federal Ilmar Nascimento Galvão.

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia foi instalado no dia 31 de março de 1982, sendo os Desembargadores Darci Ferreira e Hélio Fonseca eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Após instalado, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia passou a funcionar nas dependências do Fórum Rui Barbosa, atual Fórum Fouad Darwich, na Praça Mal. Rondon, Centro de Porto Velho.



Em 1984, o tribunal deslocou-se para a Avenida Prudente de Moraes, 2576, Centro, local que posteriormente foi ocupado pelas 2ª e 6ª Zonas Eleitorais, e, onde atualmente, funciona o Centro de Memória da Justiça Eleitoral.

Em 1986 o Tribunal transferiu-se para a Avenida Gonçalves Dias, 145 - Centro.



Em 1992 o aumento do quadro funcional levou o Tribunal a buscar novas instalações, transferindo-se para a Avenida Lauro Sodré, 1689 - Olaria.

## *Sedes do Tribunal*

O terreno onde foi construída a sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com área de 6.450 metros quadrados, foi cedido pelo Governo Federal. A foto registra o início da obra de construção da sede da Coordenadoria de Material. (Ao fundo, o prédio da Justiça Federal).



Primeira fase da utilização do terreno doado para construção da sede. Em 1997 iniciou-se a construção do prédio onde funcionou a Coordenadoria de Material do Tribunal, no qual, hoje, está instalado o depósito de urnas eletrônicas e a Seção de Almoxarifado.

Em 14 de março de 1998 o Presidente Renato Martins Mimesi (ao centro) inaugurou a sede da Coordenadoria de Material.



No final de 1997 iniciou-se a construção da sede própria do TRE. A foto acima retrata a vista, a partir da frente da Coordenadoria de Material. Ao fundo, o Fórum Ministro Jarbas Nobre, sede da Justiça Federal em Porto Velho - RO.

## *Sedes do Tribunal*



Em 1998, a estrutura base do prédio da futura sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

Em 12 de dezembro de 1999, o Presidente do TRE, Desembargador Antônio Cândido de Oliveira presidia o ato inaugural da sede própria (foto menor).



Atual sede do Tribunal.

O Tribunal, é composto de dois pavimentos, com aproximadamente 2.000m<sup>2</sup> cada, Plenário contendo 135 assentos e auditório de 150 lugares. Recentemente, foram inaugurados dois novos prédios anexos ao Tribunal, onde estão instalados o depósito de urnas, almoxarifado e a seção de transporte respectivamente. Este último, conta com amplo espaço para estacionamento dos veículos oficiais e dos servidores.

## ***Cortes Eleitorais (1982 a 2013)***

**1982 1984**

### **MEMBROS EFETIVOS**

Des. Darci Ferreira	Presidente
Des. Hélio Fonseca	Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
Ilmar Nascimento Galvão	Juiz Federal
Eurico Montenegro Júnior	Juiz de Direito
Dôglas Evangelista Ramos	Juiz de Direito
Solon Canal Michalski	Jurista
Heitor Magalhães Lopes	Jurista

### **MEMBROS SUBSTITUTOS**

Des. Dimas Ribeiro da Fonseca	
Des. Aldo Alberto Castanheira e Silva	
Antônio Cândido de Oliveira	Juiz de Direito
João Batista dos Santos	Juiz de Direito
Eulélío Muniz	Juiz de Direito
João Baptista Vendramini Fleury	Juiz de Direito

**1984 1986**

### **MEMBROS EFETIVOS**

Des. Eurico Montenegro Júnior	Presidente
Des. José Clemenceau Pedrosa Maia	Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
Antônio Ivan Athiê	Juiz de Federal
Fernando Lopes Soares	Juiz de Direito
Gabriel Marques de Carvalho Heitor	Juiz de Direito
Magalhães Lopes	Jurista
Manoel de Andrade Silva	Jurista

### **MEMBROS SUBSTITUTOS**

Des. Hércules José do Vale	
Des. Adilson Florêncio de Alencar	
Lourival Mendes de Souza	Juiz de Direito
Sebastião Teixeira Chaves	Juiz de Direito
Edmundo Santiago Chagas	Juiz de Direito
Sulaiman Miguel Neto	Juiz de Direito
José Damasceno de Araújo	Jurista

## ***Cortes Eleitorais (1982 a 2013)***

**1986 1988**

### **MEMBROS EFETIVOS**

Des. Dimas Ribeiro da Fonseca	Presidente
Des. Hércules José do Vale	Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
Antônio Ivan Athiê	Juiz de Federal
Renato Martins Mimessi	Juiz de Direito
Edmundo Santiago Chagas	Juiz de Direito
Manoel de Andrade Silva	Jurista
Tadeu Fernandes	Jurista

### **MEMBROS SUBSTITUTOS**

Des. Francisco César S. de Montenegro	
Antônio de Souza Prudente	Juiz Federal
Paulo Roberto Pereira	Juiz de Direito
José Pedro do Couto	Juiz de Direito

**1988 1990**

### **MEMBROS EFETIVOS**

Des. Hércules José do Vale	Presidente
Des. Francisco César S. de Montenegro	Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
Antônio de Souza Prudente	Juiz Federal
Edmundo Santiago Chagas	Juiz de Direito
João Baptista Vedramini Fleury	Juiz de Direito
Amadeu Guilherme Machado	Jurista
Paulo Sérgio Barragat	Jurista

### **MEMBROS SUBSTITUTOS**

César Augusto Batista Carvalho	Juiz Federal
Odilon de Oliveira	Juiz Federal
Edgar Antônio Lippmann Júnior	Juiz Federal
Pedro Paulo Castelo Branco Coelho	Juiz Federal
José Pedro do Couto	Juiz de Direito
José Damasceno de Araújo	Jurista



## ***Cortes Eleitorais (1982 a 2013)***

**1990 1992**

### **MEMBROS EFETIVOS**

Des. Lourival Mendes de Souza	Presidente
Des. Adilson Florêncio de Alencar	Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
Amadeu João Batista	Juiz Federal
Paulo Roberto Pereira	Juiz de Direito
Sérgio Alberto Nogueira de Lima	Juiz de Direito
Leme Bento Lemos	Jurista
Paulo Sérgio Barragat	Jurista

### **MEMBROS SUBSTITUTOS**

Lourival Gonçalves de Oliveira	Juiz Federal
Jamil Rosa de Jesus	Juiz Federal
José Pedro do Couto	Juiz de Direito
Ivanira Feitosa Borges	Juíza de Direito

**1992 1994**

### **MEMBROS EFETIVOS**

Des. Lourival Mendes de Souza	Presidente
Des. João Baptista Vendramini Fleury	Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
Antônio Corrêa	Juiz Federal
Sebastião Teixeira Chaves	Juiz de Direito
Valter de Oliveira	Juiz de Direito
Clayton Cougo Zanotti	Jurista

### **MEMBROS SUBSTITUTOS**

Des. João Batista dos Santos	
Des. Gabriel Marques de Carvalho	
Ivanira Feitosa Borges	Juíza de Direito
Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes	Juiz de Direito
Liliana Torres Mansur	Jurista

## ***Cortes Eleitorais (1982 a 2013)***

**1994 1996**

### **MEMBROS EFETIVOS**

Des. Eurico Montenegro Júnior	Presidente
Des. Valter de Oliveira	Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
José Carlos do Vale Madeira	Juiz Federal
Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes	Juiz de Direito
José Pedro do Couto	Juiz de Direito
Clayton Cougo Zanoti	Jurista
Pedro Origa Neto	Jurista

### **MEMBROS SUBSTITUTOS**

César Rubens de Souza Lima	Juiz de Direito
Francisco Prestello de Vasconcelos	Juiz de Direito
Sérgio Leonardo Darwich	Jurista
Lerí Antônio Souza e Silva	Jurista

**1996 1998**

### **MEMBROS EFETIVOS**

Des. Renato Martins Mimessi	Presidente
Des. Eliseu Fernandes de Souza	Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
José Wilson Ferreira Sobrinho	Juiz Federal
Roosevelt Queiróz Costa	Juiz de Direito
Ivanira Feitosa Borges	Juíza de Direito
Clênio de Amorim Corrêa	Jurista
Sérgio Leonardo Darwich	Jurista

### **MEMBROS SUBSTITUTOS**

Des. Sebastião Teixeira Chaves	
Des <sup>a</sup> . Zelite Andrade Carneiro	
Julier Sebastião da Silva	Juiz Federal
Péricles Moreira Chagas	Juiz de Direito
João Closs Júnior	Jurista
Leme Bento Lemos	Jurista

## ***Cortes Eleitorais (1982 a 2013)***

**1998 2000**

### **MEMBROS EFETIVOS**

Des. Antônio Cândido de Oliveira	Presidente
Des. Gabriel Marques de Carvalho	Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
Julier Sebastião da Silva	Juiz Federal
Sansão Saldanha	Juiz de Direito
Paulo Kiyochi Mori	Juiz de Direito
Sérgio Leonardo Darwich	Jurista
Clênio de Amorim Corrêa	Jurista

### **MEMBROS SUBSTITUTOS**

Des. Valter de Oliveira	
Des <sup>a</sup> Zelite Andrade Carneiro	
José Henrique Guaracy Rebêlo	Juiz Federal
Gilda Maria C. Sigmaringa Seixas	Juíza Federal
Francisco Prestello de Vasconcelos	Juiz de Direito
Ney Luiz de Freitas Leal	Jurista

**2000 2002**

### **MEMBROS EFETIVOS**

Des. Sebastião Teixeira Chaves	Presidente
Des. Sérgio Alberto Nogueira de Lima	Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
Francisco Martins Ferreira	Juiz Federal
Francisco Prestello de Vasconcelos	Juiz de Direito
Raduan Miguel Filho	Juiz de Direito
Joselia Valentim da Silva	Jurista
Ney Luiz de Freitas Leal	Jurista

### **MEMBROS SUBSTITUTOS**

Des. Valter de Oliveira	
Des. Eurico Montenegro Júnior	
Marialva H. Daldegan Bueno	Juíza de Direito
Antonio Feliciano Poli	Juiz de Direito
Lourdes Maria Zanchet	Jurista
Demétrio Laino Justo Filho	Jurista

**2002 2003**

**MEMBROS EFETIVOS**

Des. Valter de Oliveira	Presidente
Des <sup>a</sup> . Zelite Andrade Carneiro	Vice - Presidente e Corregedora Regional Eleitoral
Mark Yshida Brandão	Juiz Federal
Marialva Daldegan Bueno	Juíza de Direito
Antonio Feliciano Poli	Juiz de Direito

**MEMBROS SUBSTITUTOS**

Des. Eurico Montenegro Junior	
Des. José Pedro do Couto	
Des. Roosevelt Queiroz Costa	
João Carlos Cabrelon de Oliveira	Juiz Federal
Daniel Ribeiro Lagos	Juiz de Direito
Alexandre Miguel	Juiz de Direito

**2004 2005**

**MEMBROS EFETIVOS**

Des. Eliseu Fernandes de Souza	Presidente
Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes	Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
Mark Yshida Brandão	Juiz Federal
Walter Waltenberg Silva Júnior	Juiz de Direito
Daniel Ribeiro Lagos	Juiz de Direito
Joselia Valentim da Silva	Jurista
Ney Luiz de Freitas Leal	Jurista

**MEMBROS SUBSTITUTOS**

Des <sup>a</sup> . Ivanira Feitosa Borges	
Des. Sansão Saldanha	
Murilo Fernandes de Almeida	Juiz Federal
Osny Claro de Oliveira Júnior	Juiz de Direito
José Jorge Ribeiro da Luz	Juiz de Direito
Valdeci Castellar Citon	Juiz de Direito
Paulo Rogério José	Jurista

## ***Cortes Eleitorais (1982 a 2013)***

**2006 2007**

### **MEMBROS EFETIVOS**

Des. Gabriel Marques de Carvalho	Presidente
Des. Roosevelt Queiroz Costa	Vice -Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
Francisco Martins Ferreira	Juiz Federal
Osny Claro de Oliveira Júnior	Juiz de Direito
Valdeci Castellar Citon	Juiz de Direito
Francisco Reginaldo Joca	Jurista
Paulo Rogério José	Jurista

### **MEMBROS SUBSTITUTOS**

Des. Eurico Montenegro Júnior	
Des. Sansão Saldanha	
Geraldo Magela e Silva Menezes	Juiz Federal
Adolfo Theodoro Naujorks Neto	Juiz de Direito
Sandra Maria Nascimento de Souza	Juiz de Direito

**2008 2009**

### **MEMBROS EFETIVOS**

Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes	Presidente
Des <sup>a</sup> . Ivanira Feitosa Borges	Vice-Presidente e Corregedora Regional Eleitoral
Francisco Martins Ferreira	Juiz Federal
Jorge Luiz dos Santos Leal	Juiz de Direito
José Torres Ferreira	Juiz de Direito
Francisco Reginaldo Joca	Jurista
Paulo Rogério José	Jurista

### **MEMBROS SUBSTITUTOS**

Des. Rowilson Teixeira	
Des. Paulo Kiyochi Mori	
Élcio Arruda	Juiz Federal
Adolfo Theodoro Naujorks Neto	Juiz de Direito
Sandra Maria Nascimento de Souza	Juíza de Direito

**2010 2011**

**MEMBROS EFETIVOS**

Des <sup>a</sup> . Zelite Andrade Carneiro	Presidente
Des. Rowilson Teixeira	Vice -Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
Élcio Arruda	Juiz Federal
João Adalberto Castro Alves	Juiz de Direito
Aldemir de Oliveira	Juiz de Direito
Sidney Duarte Barbosa	Jurista

**MEMBROS SUBSTITUTOS**

Des. Pérciles Moreira Chagas	
Oes. Walter Waltenberg Silva Júnior	
Carmen Elisângela D. M. de Rezende	Juíza Federal
Dalmo Antônio de Castro	Juiz de Direito
Amauri Lemes	Juiz de Direito

**2012 2013**

**MEMBROS EFETIVOS**

Des <sup>a</sup> . Ivanira Feitosa Borges	Presidente
Des. Sansão Saldanha	Vice -Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
Herculano Martins Nacif	Juiz Federal
Adolfo Theodoro Naujorks Neto	Juiz de Direito
José Jorge Ribeiro da Luz	Juiz de Direito
Juacy dos Santos Loura Júnior	Jurista

**MEMBROS SUBSTITUTOS**

Des. Paulo Kiochi Mory	
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia	
Rodrigo de Godoy Mendes	Juiz Federal
Rosemeire Conceição dos Santos P. de Souza	Juíza de Direito
Tânia Mara Guirro	Juíza de Direito

## Cortes Eleitorais (1982 a 2013)



Sessão Plenária em 1989

Sessão do Tribunal em 1991, na sede da Rua Gonçalves Dias



Corte Eleitoral de 1996

Corte Eleitoral de 1997



*Cortes Eleitorais (1982 a 2013)*



Corte Eleitoral de 1998



Corte Eleitoral de 1999



Corte Eleitoral de 2000



Corte Eleitoral de 2002



**Cortes Eleitorais (1982 a 2013)**



Corte Eleitoral de 2006



Corte Eleitoral de 2008



Corte Eleitoral de 2010



Corte Eleitoral de 2011



Da esquerda para direita, Reginaldo Pereira da Trindade (Procurador Regional Eleitoral), Juacy dos Santos Loura Júnior (Juiz Membro), Herculano Martins Nacif (Juiz Membro), Desembargador Sansão Saldanha (Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral), Desembargadora Ivanira Feitosa Borges (Presidente), José Jorge Ribeiro da Luz (Juiz Membro), Adolfo Theodoro Naujorks Neto (Juiz Membro).



**Desembargadora Ivanira Feitosa Borges (Presidente)**

IVANIRA FEITOSA BORGES, natural do Estado da Paraíba, bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de São Luís/MA e concluiu Pós-graduação em Direito Penal, pela UNIR-UFMG. Em 1977, passou a exercer no INCRA no então Território Federal de Rondônia a função de advogada, onde permaneceu até ingressar no Poder Judiciário. Foi aprovada em 1982 no 1º Concurso Público para o ingresso na carreira da Magistratura do Estado de Rondônia. Iniciou sua carreira na Comarca de Espigão do Oeste. Depois atuou nas comarcas de Guajará-Mirim e Pimenta Bueno. Foi promovida por merecimento para Porto Velho em 1987. No biênio 2000/2001 foi designada Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça. Em 18/05/2001 foi promovida por merecimento para o cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça, quando passou a integrar a Câmara Criminal, órgão que integra até hoje. Foi Corregedora-Geral de Justiça no biênio 2006/2007, presidiu a Comissão Estadual Judiciária de Adoção e a Comissão Coordenadora dos juizados Especiais, preside desde 15 de outubro de 2010 a comissão de Uniformização de Jurisprudência dos juizados Especiais. Foi Corregedora Regional Eleitoral de Rondônia no biênio 2008/2009 e atualmente preside o referido Tribunal Eleitoral.

**Desembargador Sansão Saldanha  
Vice-Presidente e Corregedor**

Sansão Batista Saldanha, filho de Antônio Dantas Saldanha e Josefa Batista Saldanha. Nasceu em Carolina, Maranhão, aos 26 de junho de 1950. Bacharelou-se em direito em 1979 na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, é Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Nomeado para cargo de Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Presidente Médici - RO, tomou posse em 25/01/1985. Foi Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública 3ª entrância entre junho de 1991 e abril de 2003. Promovido para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Rondônia em 04/04/2003. Tomou posse como Vice- Presidente e Corregedor do TRE-RO em 6 de dezembro de 2011.

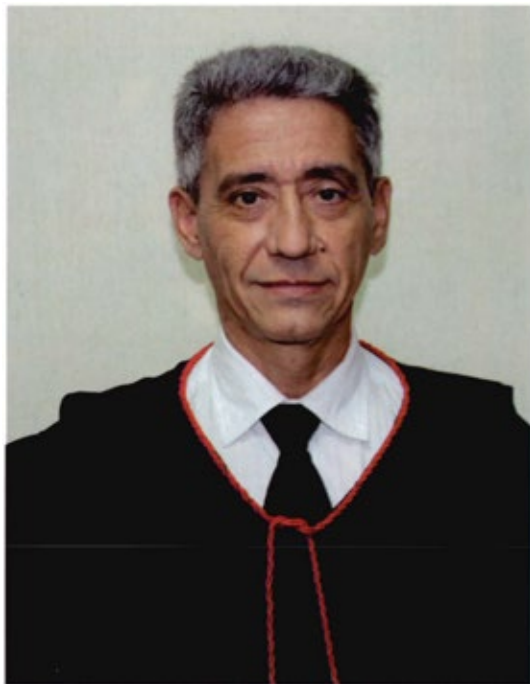


**Juacy dos Santos Loura Júnior  
(Juiz Membro)**

Juacy dos Santos Loura Júnior, nasceu em Manaus-AM, ainda jovem mudou-se com seu avô, Francisco Nabor dos Santos, para Guajará-Mirim/RO. Bacharelou-se em Direito na Universidade Bandeirantes de São Paulo, aprovado no 110º Exame de Ordem da OAB/SP. Pós-graduado em processo penal e processo civil pela Faculdade de Rondônia - FARO, também é especialista em Direito e Processo Eleitoral. Membro fundador do Instituto de Direito Eleitoral de Rondônia - IDERO. Ex-membro da Comissão Nacional Especial de Direito Eleitoral do Conselho Federal da OAB. Juiz Membro Titular, classe Jurista, do TRE-RO, tomou posse em 11/06/2012, atual Ouvidor da Justiça Eleitoral em Rondônia.



## *Corte atual: perfil dos Juizes*



### **José Jorge Ribeiro da Luz {Juiz Membro}**

José Jorge Ribeiro da Luz é filho de Luiz Vitória da Luz e Guilhermina Assunção Ribeiro, nasceu em Uraí, no Estado do Paraná. Formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Londrina no ano de 1986. É titular da 5ª Vara Civil da Comarca de Porto Velho. Foi professor de Direito Penal da Escola de Magistratura do Estado de Rondônia - EMERON, no período de 1995 a 2004. Foi professor das disciplinas Teoria Geral do processo e Direito Civil na Faculdade de Rondônia - FARO no período de 1991 a 2001. Aprovado para o cargo de juiz de direito do TJ/RO, tomou posse em 06 de março de 1990. José Jorge é o atual diretor da Escola Judiciária Eleitoral e tomou posse como membro da Corte Eleitoral em 02 de julho de 2012.



### **Adolfo Theodoro Naujorks Neto {Juiz Membro}**

Adolfo Theodoro Naujorks Neto é filho de João Celso Naujorks e Marivone Nunes, nascido em Restinga Seca, no Estado do Rio Grande do Sul. Graduiu-se em Direito pela Faculdade de Direito da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul em 1990 e ingressou na magistratura do Estado de Rondônia como juiz substituto no ano de 1993. É titular da 4ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Porto Velho e professor das disciplinas de Direito de Família e Direito das Sucessões da Faculdade São Lucas em Porto Velho. Adolfo Theodoro é o vice-diretor da EJE e tomou posse como membro efetivo do TRE-RO em 09/10/2012.

**Herculano Martins Nacif (Juiz Membro)**

Herculano Martins Nacif é filho de Francisco Nacif Filho e Natalina Martins Nacif, nascido em Abre Campo, no Estado de Minas Gerais. Bacharelou-se em direito pela faculdade de Sete Lagos/MG em 1987, exercendo a advocacia privada até 1998. Em 2001 assumiu o cargo de juiz federal substituto da 3ª Vara da Seção Judiciária do Pará. É autor do livro “Eles, os advogados, vistos por um juiz”. Tomou posse como membro do TRE-RO em 23 de agosto de 2011, encerrou o mandato em 20 de agosto de 2013.



**Dimis da Costa Braga (Juiz Membro)**

Dimis da Costa Braga, nasceu em Lábrea - AM. É filho de Demóstenes do Carmo Braga e Maria Luzia da Costa Braga. É formado em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (Dezembro de 1991). Pós graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Amazonas e em Direito Público (Tributário, Constitucional e Administrativo) pela Universidade Maurício de Nassau, do Recife - PE. cursou Mestrado em Direito Ambiental na Universidade do Estado do Amazonas e em Direito Público na Universidade Federal da Paraíba. Foi Servidor concursado da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas entre 1986 e 1993, e da Justiça Federal entre 1993 e 1998. Promotor de Justiça no Amazonas de 1998 a 1999. É Juiz Federal desde 07.12.1999, tendo atuado nas Seções Judiciárias do Pará (em Santarém), do Amazonas, Minas Gerais e Bahia (Salvador e depois Juazeiro). Exerceu a Jurisdição Eleitoral no Amazonas, como Membro Suplente, quando foi Juiz da Propaganda Eleitoral nas Eleições Federais de 2010, e como Membro Efetivo entre 2012 e 2013. Removido, a pedido, para a 1ª Vara da Seção Judiciária de Rondônia, da qual é titular desde 26 de Março de 2013. Tomou posse como Membro Efetivo do TRE-RO em 25 de Outubro de 2013.





**Reginaldo Pereira da Trindade  
(Procurador Regional Eleitoral)**

Reginaldo Pereira da Trindade é natural de Uberaba/MG, filho de Waldemar Pereira da Trindade e lida Rosa Trindade, formou-se em Direito pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR e concluiu curso de pós-graduação em Direito Constitucional pela mesma instituição. É coautor do livro *Questões Práticas Sobre Improbidade Administrativa*, publicado pela Escola Superior do Ministério Público. Foi Promotor de Justiça no Estado de Rondônia de outubro de 1997 a março de 2004. Ocupa o cargo de Procurador da República desde março de 2004. Como Membro do Ministério Público Federal em Rondônia, ocupou todos os cargos possíveis, tendo sido Procurador Regional Eleitoral (titular e substituto), Procurador Auxiliar da Propaganda Eleitoral e Procurador-Chefe. Atualmente, desempenha novo mandato de Procurador Regional Eleitoral.

# Galeria de Presidentes

**" Há homens que lutam um dia e são bons,  
há outros que lutam um ano e são melhores,  
há os que lutam muitos anos e são muito bons.  
Mas há os que lutam toda a vida e  
estes são imprescindíveis"**

**Bertold Brecht**



**DARCI FERREIRA**, filho de Oscar Ferreira das Chagas e Percilia Pagioro Ferreira, nasceu em Palestina -SP.

Nomeado Juiz de Direito em 1978, ascendeu ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia em janeiro de 1982.

Primeiro Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, biênio 1982-1984.





**EURICO MONTENEGRO JÚNIOR**, filho de Eurico Soares Montenegro e Clidenora Soares Montenegro, nasceu em Natal-RN.

Nomeado Juiz de Direito em março de 1982, ascendeu ao cargo de Desembargador em setembro de 1983 e presidiu o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no biênio 1992/1994;

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia por duas vezes, nos biênios de 1984-1986 e 1994/1996.



**DIMAS RIBEIRO DA FONSECA**, filho de Manoel Ribeiro da Fonseca e Carmina Mousinho da Fonseca, nasceu em Guadalupe-PI.

Nomeado Defensor Público da carreira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em março de 1967, foi promovido a Promotor de Justiça em agosto de 1968. Ascendeu ao cargo de Desembargador em março de 1982 e presidiu o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no biênio 1990-1992.

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no biênio 1986-1988.



**HÉRCULES JOSÉ DO VALE**, filho de Jair José do Vale e Carmozina Amaral do Vale, nasceu em Joinville-SC.

Nomeado Juiz de Direito em julho de 1982, ascendeu ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia em setembro de 1983.

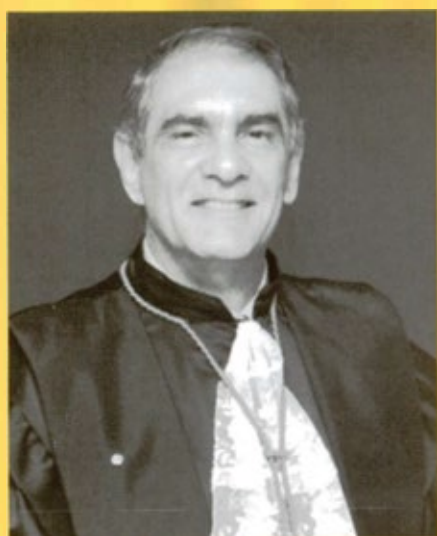
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no biênio de 1988-1990.



**LOURIVAL MENDES DE SOUZA**, filho de Geraldo Rodrigues de Souza e Maria Mendes de Souza, nasceu em Santo Antônio da Platina-PR.

Nomeado Juiz de Direito em julho de 1982, ascendeu ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia em dezembro de 1987.

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia por duas vezes, nos biênios de 1990-1992 e 1992-1994.



**RENATO MARTINS MIMESSI**, filho de José Nazareno Mimessi e Elília Mary Martins Mimessi, nasceu em Assis-SP.

Nomeado Juiz de Direito em julho de 1982, ascendeu ao cargo de Desembargador em maio de 1992 e presidiu o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no Biênio 2000-2001.

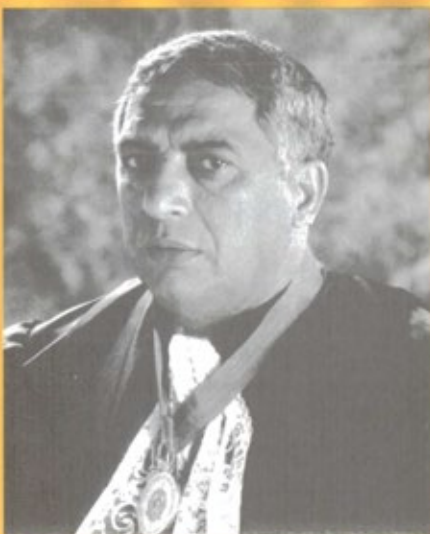
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no biênio 1996-1997.



**ANTÔNIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA**, filho de Benedito Cândido de Oliveira e Jacira Cordeiro Soares, nasceu no município de Primeiro de Maio-PR.

Nomeado Juiz de Direito em julho de 1982, ascendeu ao cargo de Desembargador em maio de 1990 e presidiu o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no biênio 1996-1998.

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no biênio 1998-2000.



**SEBASTIÃO TEIXEIRA CHAVES**, filho de Ladislau Teixeira Chaves e Helena Chaves Lima, nasceu em Correntes-PR.

Nomeado Juiz de Direito em julho de 1982, ascendeu ao cargo de Desembargador em maio de 1994 e presidiu o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no biênio 2006/2007.

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no biênio 2000-2002.



**VALTER DE OLIVEIRA**, filho de Ananias de Oliveira e Antônia Xavier de Oliveira, nasceu Borrazópolis-PR.

Nomeado Juiz de Direito em julho de 1982, ascendeu ao cargo de Desembargador em março de 1994 e presidiu o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no Biênio 2004-2005.

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no biênio 2002-2003, assumiu a Presidência do Colégio de Presidentes dos Tribunais Eleitorais do Brasil em dezembro de 2003.



**ELISEU FERNANDES DE SOUZA**, filho de Olavo Pereira de Souza e Joana Fernandes de Souza, nasceu em Brumado/BA.

Advogado militante, ascendeu ao cargo de Desembargador em agosto de 1991 e presidiu o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no biênio 1998-2000.

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no biênio de 2004-2005.



**GABRIEL MARQUES DE CARVALHO**, filho de Antônio Miguel de Carvalho e de Luzia de Araújo Marques, nasceu em Mombaça - CE.

Nomeado Juiz de Direito em julho de 1982, ascendeu ao cargo de Desembargador em setembro de 1992 e presidiu o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no biênio 2002-2003.

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no biênio 2006 - 2007.



**CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES**, filho de Raymundo Pereira Guedes e Iracema Delage Sbarzi Guedes, nasceu em Juiz de Fora - MG.

Nomeado Juiz de Direito em julho de 1982, ascendeu ao cargo de Desembargador em março de 2000 e presidiu o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no Biênio 2010-2011.

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no biênio 2008-2009.



**ZELITE ANDRADE CARNEIRO**, filha de Mariano Clemente de Souza e Dirce Andrade, nasceu em Boa Vista - RR.

Nomeada Defensora Pública da carreira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em 1980, ingressou no quadro do Ministério Público do Estado de Rondônia no cargo de Procuradora de Justiça em 1982. Assumiu o cargo de Desembargadora em março de 1982 e presidiu o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no biênio 2008-2009.

Primeira mulher a ocupar o cargo de Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, biênio 2010-2011.

## ***Procuradores Regionais Eleitorais que atuaram perante a Corte (1982-2013)***

Ana Lúcia do Amaral	Jair Bolzani
Antônio Augusto S. Canedo Neto	Jaceguay Feurschutt de Laurindo Ribas
Antônio Carlos Pessoa Lins	João Bernardo da Silva
Benedito Inziro da Silva	José Luiz Campos
Bruno José Silva Nunes	José Pedro Taques
Carlos Frederico Santos	José Ricardo Lira Soares
Carlos Roberto Diogo Garcia	Jovenilha Gomes do Nascimento
Celso Roberto da Cunha Lima	Juliano Baiocchi Vila-Verde de Carvalho
Dalva Bezerra de Almeida Campos	Laene Pevidor Lança
Denise Vinci Túlio	Laura Gonçalves Tessler
Derocy Giacomo Cirillo da Silva	Ledy Gonçalves Fernandes
Domingos Sávio Dresh da Silveira	Lucyana Marina Pepe Afonso de Luca
Edson Jorge Badra	Marcelo Antônio Moscogliato
Evaldo Lopes de Alencar	Marilena Soares Reis
Ercias Rodrigues de Souza	Moacir Mendes de Souza
Felipe da Silva Müller	Osnir Belice
Francisco de Assis Marinho Filho	Odely de Souza Azeredo
Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho	Reginaldo Pereira da Trindade
Franklin Rodrigues Costa	Roberto Luís Oppermann Thomé
Giselle Dias de Oliveira Bleggi Cunha	Sílvio Roberto Oliveira Amorim Junior
Heitor Alves Soares	Telmo Fortes
Ibrahimar Andrade da Rocha	Zelite Andrade Carneiro*
Ítalo Fioravante Sabo Mendes	

## ***Diretores Gerais do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (1982-2013)***

Zélia Badra - 31 de março de 1982 a 1º de janeiro de 1984

Lenir Neves - 2 de janeiro de 1984 a 29 de maio de 1986

Eymard Osanan de Oliveira - 3 de junho de 1986 a 18 de outubro de 1986

Isabel de Almeida - 20 de fevereiro de 1987 a 15 de fevereiro de 1991

Hedson M. Tatibana - 15 de fevereiro de 1991 a 18 de março de 2002 e  
7 de janeiro de 2004 a 7 de fevereiro de 2010

Celso Lachi - 19 de março de 2002 a 6 de janeiro de 2004

Elizeth Afonso de Mesquita - 8 de fevereiro de 2010 a 30 de setembro de 2013

Lia Maria de Araújo Lopes - atual Diretora, assumiu o cargo em 1º de outubro de 2013

\* Zelite Andrade Carneiro atuou nesta Corte e primeiramente na função de Procuradora Regional Eleitoral e, já na condição de desembargadora, presidiu também o Tribunal.

O Tribunal iniciou suas atividades com apenas 13 servidores, todos requisitados de outros órgãos públicos dos Governos Federal e Estadual. Coube a estes pioneiros, a realização da primeira eleição do Estado de Rondônia. Necessário ressaltar que desde sua instalação, em março de 1982, até junho

Arnaldo Carvalho da Silva  
Celso Nonato Ambrósio dos Reis  
Gina Maria Costa Nascimento  
João Pinheiro Souza Filho  
Jefferson Stering Souza Neves  
José Ribamar Vieira do Nascimento  
Luz Marina Rodrigues

cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário.

A política de modernização da Justiça Eleitoral que vem sendo implementada nos últimos anos por meio da informatização, tanto do processo eleitoral em si, com a utilização de urnas eletrônicas, quanto suas atividades administrativas, melhorou substancialmente as condições de trabalho dos servidores e dos

Maria Aparecida de Oliveira Loyola  
Maria da Paz Ximenes Alves  
Maria de Paulo Ranon  
Maria do Carmo dos Santos Ramos  
Valmir Loureiro da Silva  
Zélia Badra

de 1985, o Tribunal desempenhou suas atividades valendo-se do valoroso trabalho de servidores requisitados de outros Órgãos. Em 19 de julho de 1984 o então Presidente do TRE, Des. Eurico Montenegro Júnior, comunicou a Corte que o Tribunal promoveria concurso público para formação do seu Quadro de Pessoal. Cinco vagas para Técnico Judiciário, três para Auxiliar Judiciário, três para Atendente Judiciário, seis para Agente Administrativo e sete para Datilógrafo. Vinte e quatro vagas no total.

A elaboração e realização das provas foram de responsabilidade exclusiva do próprio Tribunal. O concurso foi realizado em duas etapas. primeira, eliminatória, com aplicação das provas de português, direito administrativo e legislação eleitoral, sendo o resultado dessa etapa publicado no Diário da Justiça nº 236, de 17.12.1984.

Atualmente o TRE-RO conta com um quadro de aproximadamente 200 servidores efetivos, distribuídos entre a Sede do Tribunal e as 35 Zonas Eleitorais do Estado. Em novembro de 2013, o TRE-RO realizou seu X concurso público, recebendo mais de 14.000 inscrições para



**Milton Portela, Leonilda Segantini, Eneida Morey, Dinaide Machado, Edmilson Bezerra, Hedson Tatibana, Roza Machado, Cristina Oliveira, Salvador Cim, Noêmia Oliveira, Jacy Evaristo, Maria José Pinto, Rosângela Trigo e Mizael Silva, servidores aprovados no 12º Concurso Público do TRE.**

serviços por eles prestados à sociedade. O gigantesco salto dado pela Justiça Eleitoral de Rondônia, no decorrer destes 31 anos, deve-se ao trabalho sério empreendido pelos seus Presidentes, Membros da Corte e por todos os servidores, efetivos e requisitados, que através de seu trabalho, como verdadeiros bandeirantes, ajudaram a construir e consolidar a democracia em nosso país e notadamente em nosso Estado.

## *Os Servidores do TRE-RO*

### *Quadro atual de servidores do TRE-RO*

Adernar Penha Mendes	Deusjusmar Camurça Lima Neto
Adriana Marques Tavares da Silva	Dinaide Machado de Miranda
Alan Cleriston da Silva	Domingos Sávio de Souza Ribeiro
Alan Rogério Filgueiras de Normandes	Dulcileide Rebouças de M. Dalacosta
Aldací Souza Mota	Durvalina Socorro C. Azevedo Simões
Alessandra Wasilewski Rodrigues de Oliveira	Edgard Manoel Azevedo Filho
Alex Correa de Leles	Edilson Santos da Costa
Alexandre Gonçalves Oliveira	Edirlei Barboza Pereira de Souza
Alexandre Henrique Marques Soares	Edmilson Bezerra de Freitas
Alexandre Tito Hernandez de Figueiredo	Eduardo Gil Tivanello
Aline Freitas da Silva	Elen Quézia Rocha dos Santos
Amauri dos Santos	Eliane Possamai Leite
Amélia Satiyo Ichinoseki Dahas	Elisângela Alves Silva Tivanello
Andercledson Reis	Elizeth Afonso de Mesquita
André Frossard Signes	Elza Maria Sanzovo Grano
André Pimentel	Eneida Morey Romano
Angélica Pinheiro Sobreira Gondim	Eny Coelho Leal
Aníbal Franqueiro da Silva	Erick Oliveira Chaquian
Antônio Ferreira Guimarães	Erik Vinicius de Almeida Montenegro
Antônio Mareco Brandão	Érika Rodrigues Ribeiro
Antônio Monteiro da Silva Júnior	Erivana Santos Rosa Penedo
Antônio Tavares de Lucena	Ermeson de Oliveira Laurinda
Arthur Dionizio Gusmão de Andrade	Fábia Maria dos Santos Silva
Aurea Cristina Saldanha Oliveira	Fábio do Nascimento da Silva
Cariny Baleeiro Tadiotto Cielo	Fábio Zanco de Oliveira
Carlos Lara Santos	Fabíola Bernardo Canuto Franco Assunção
Carlos Roberto Cavalcanti da Silva	Fabrcio Zanetti Casagrande
Cássio Ramos Félix	Filipe Teixeira
Celso José da Silva	Flávio Júnior Campos Rodrigues
Celso Pereira Souza	Flávio Ricardo Polizer
Cícero João de Freitas	Francisca de Oliveira Andrade
Cláudia de Souza Nunes Passos	Francisco Gilson de Oliveira
Cláudia Regina Damasceno Luciano	Francisco Parentes da Costa Filho
Cláudio Aparecido Pinto	Francisco Vagner de Lima Honorato
Clayton Thadeu Cardoso Zeferino	Frederico Sadeck Filho
Cleimar Carlos Bach	Helber Medeiros Costa
Cristina de Oliveira Teixeira Silva	Helton Malan Gomes Monteiro
Cristina Souza Criniti de Oliveira	Hudson Oliveira Brito
Daiana Mazotti Ferraz Reis	Humberto Sgrott Reis
Danielle Juliana de Sá Leitão Cruz	Irlêda Maria Soares da Silva
Danilo Adriano Fontinelle Afonso	Italo Jorge do Nascimento Pessoa
Denilson Valadão da Costa	Ivair Simão de Souza
	Ivanira de Sousa Lopes

Jacy Evaristo Viana da Silva  
Jaidê Rabelo Bento  
Jamil Januario  
Jean Carlos Alves dos Anjos  
Jean-Marc Boudou  
Jeyme Ferreira da Silva e Blanco  
Joacyrlene Onodera Ferreira Vieira  
João Paulo Rodrigues de Lima  
João Vicente Filho  
João Weber Batista Palitot  
Joeser Alvares da Silva  
José Alberto Soares Vidal  
José Aurimar Machado de Almeida  
José João Ribeiro  
José Pasdiora Júnior  
Josué Rodrigues Domingos  
Julceir Reginaldo Ramos  
Juliana Hernandez de Figueiredo  
Kalyanna Pinto Neves  
Kenedy de Araújo Gama  
Larson Sulavan Neira Domingues  
Laurenci Bernardino  
Lázaro da Silva  
Lia Maria Araújo Lopes  
Liz Cristina Pinto Duarte Braga  
Lúcio Fagner Santos Nascimento  
Luís Carlos de Castilhos  
Manoela Sousa Pinheiro  
Marcelo Silva Marinho  
Márcia Regina Rezende  
Marcilio Faccin  
Marcio Alessandro Guedes de Souza  
Márcio da Silva Vicente  
Márcio Leno Nery Infante  
Marco Túlio Alves Sombra  
Marco Yêrco Mendizabel Cabrera  
Marcos José Alves da Silva  
Margareth Prezotto Iankowski  
Maria Bárbara Fontenele Calixto  
Maria de Lourdes dos Santos Abreu  
Maria Erineide de França e Silva  
Maria José Pinto  
Maria Lucinete de Lima  
Maria Lusmar Caldeira Farias  
Maria Madalena Gomes Pedrini

Mariângela Dalmazio de Rosso  
Marilene Pereira Ceni  
Mário Leme da Rocha Junior  
Marisa Leonardo de Araújo Lima da Silva  
Marly de Souza Aragão  
Marta de Lucia Silva  
Mauro Alexandre de Godoy  
Milton de Almeida Portela  
Mizael Silva Lopes  
Nádhia Auxiliadora Mesquita Pinheiro  
Nádila Gomes Rêgo  
Narciso de Oliveira Freire Filho  
Neila Carvalho de Souza  
Neilce dos Santos Silva  
Neiton Lima de Carvalho  
Nelcy Boaria Muller  
Niede Jacques Kersting  
Osmaldo Rezende Duarte Júnior  
Ozanam Thales Silva Teixeira  
Paulo André Viana Cota  
Paulo Cesar Gonçalves Rodrigues  
Péricles José Queiroz  
Plínio Martins de Oliveira  
Rafaella Queiroz Del Reis Conversani  
Ramon Cujuí Freitas  
Randerson dos Santos Lima  
Ranieri Mota de Lima  
Raphael Rodrigo Kvasne  
Reginaldo Joaris Estácio  
Rejane Assis de Lima  
Ricardo Moura Silva  
Ronaldo Pontes Moura  
Rosângela Duarte Trigo  
Rosely de Castro Paiva Frota  
Roza Machado de Miranda Correia  
Rubem Pinto de Melo  
Ruzevan Saraiva da Silva  
Salvador Cim  
Sandro Roberto de Oliveira Santos  
Sidmar Nunes  
Silvana Márcia Barros Pinto Moraes de Souza  
Silvia Gonçalves de Macedo  
Simone Cellis Gaia Alencar  
Socorro Maria Coelho Soares



## Os Servidores do TRE-RO

Solange Mendes Garcia  
Sônia Inês Caixeta  
Tahis Silvana Iocca Sacomori  
Tatiana Márcia Queiroz Souza  
Thalita de Vasconcelos Sary  
Tiago Esteves Badocha  
Vagner Nogueira Fernandes  
Valdeliza Cosmo Rodrigues  
Vera Lúcia Perez Carvalho Pinto  
Vilma Sinnott Esteves  
William Augusto de Oliveira  
Vagner Nogueira Fernandes  
Valdeliza Cosmo Rodrigues  
Vera Lúcia Perez Carvalho Pinto  
Vilma Sinnott Esteves  
William Augusto de Oliveira



Assessoria ao Pleno



Presidência



STI - Secretaria de Tecnologia da Informação.



SJGI - Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação.



SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas.



DG - Diretoria Geral.



CRE - Corregedoria Regional Eleitoral.



SAOFC - Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade.



Biblioteca.



Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria.



Servidores do TRE-RO.



Servidores do TRE-RO.

## ***O mais antigo servidor em atividade na Justiça Eleitoral em Rondônia***

Em fevereiro de 1981 foi indicado pelo Prefeito Municipal de Pimenta Bueno, Vicente Homem Sobrinho, para assumir o posto de Preparador Eleitoral, sendo aprovado por unanimidade pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre, que tinha então jurisdição sobre Rondônia.

Com a criação da 9ª Zona Eleitoral, com sede naquele município, foi nomeado Escrivão Eleitoral, onde permaneceu até 1998.

Além da organização de todos os pleitos eleitorais, em 1993 também trabalhou na organização das Eleições Plebiscitárias para emancipação dos municípios de Pareeis, São Felipe do Oeste e Primavera de Rondônia.

Em 1998 transferiu-se para 18ª Zona Eleitoral, com sede no Município de Alvorada do Oeste, a convite do Juiz Eleitoral Rinaldo Forti.

No ano de 2000 assumiu a escrivania da 12ª Zona Eleitoral de Espigão do Oeste; mas atualmente se encontra lotado na 31ª Zona Eleitoral com sede na cidade de Cacoal, onde continua dedicando sua experiência a serviço da Justiça Eleitoral e da cidadania rondoniense.

### **MANOEL MESSIAS DE ALMEIDA**



## ***Homenagem aos escrivães eleitorais***



O Presidente do TRE/RO, Des. Valter de Oliveira, aproveitou o "Encontro de Escrivães para Avaliação das Eleições 2002 e homenagear Escrivães mais antigos de Rondônia (Cacoal, novembro de 2002).

## Mesários recebem homenagem inédita no país

O Des. Valter de Oliveira, Presidente do TRE/RO, reconhecendo o trabalho das cidadãs e dos cidadãos que exercem a função de mesários nos dias das eleições, cujos braços e mentes forjam a apoteose deste rincão, tomou a iniciativa de homenageá-los, outorgando-lhes Certificados pela relevância do serviço prestado.



Pela primeira vez, mesários foram homenageados pela Justiça Eleitoral do Brasil, desde sua criação, em 1932.

A homenagem pública, em audiência solene, inédita no País, partiu do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia numa proposta, aliás, bem aceita pelo Tribunal Superior Eleitoral, como prova de reconhecimento aos mesários pelos relevantes serviços prestados à Justiça Eleitoral e ao País.

O presidente do TRE/RO, Desembargador Valter de Oliveira, presidiu a primeira audiência de homenagem no dia 6 de junho de 2003, em Porto Velho, que contou com a ilustre presença do Ministro Sálvio de Figueiredo do Tribunal Superior Eleitoral, e nela 35 mesários representaram a categoria que trabalha há anos nas eleições na Capital de Rondônia.



Ministro Sálvio de Figueiredo cumprimenta mesário de Porto Velho.

*Capítulo IV*  
**"Nestas Fronteiras de Nossa Pátria..."**

## As Zonas Eleitorais

A 1ª e a 2ª Zonas Eleitorais foram criadas em junho de 1945 pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, então com sede no Rio de Janeiro. A divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Guaporé, estabelecida pelo Decreto-lei nº 7.470, de 17 de abril de 1945, que criou as comarcas de Porto Velho e Guajará-Mirim, foi a referência utilizada para criação dessas Zonas.

A 3ª e a 4ª Zonas surgem como o desmembramento da 2ª Zona pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre, sendo sua criação aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral, através da Resolução nº 11.031, de 16 de junho de 1981, Processo nº 6.188 - Classe X - Relator, Ministro Moreira Alves.

Em 1982, o grande desafio do recém instalado Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia seria a realização das eleições gerais daquele ano, na qual seriam escolhidos três Senadores, oito Deputados Federais, vinte e quatro Deputados Estaduais Constituintes e os primeiros Prefeitos e Vereadores dos municípios de Ariquemes, Cacoal, Espigão do Oeste, Jarú, Ji-Paraná, Ouro Preto, Pimenta Bueno, Presente Médiçi e Vilhena.

A primeira providência para superar esse desafio foi reestruturar a divisão do Estado em zonas eleitorais. Através da Resolução nº 02, de 29 de abril de 1982, o Tribunal criou dez novas zonas sendo tal ato aprovado pelo TSE através da Resolução nº 11.378, de 11 de agosto daquele ano. Merece destaque a manifestação do Diretor-Geral da Secretaria do TSE, a qual foi transcrita no voto do Ministro Pedro Gordilho ao relatar o Processo 6.458:

*"De acordo com a jurisprudência do Tribunal, a cada comarca deve corresponder uma Zona Eleitoral, para que o mesmo juiz tenha sob sua jurisdição a Justiça comum e a eleitoral.*

*No presente caso, a criação de dez novas Zonas Eleitorais no Estado de Rondônia, nove corresponderão a comarcas já criadas e instaladas, de acordo com informações prestadas pelo Senhor presidente do Tribunal Regional.*

*Dentre essas nove Zonas, a 5ª, Costa Marques, terá apenas 866 eleitores, segundo telex de fl. 9. É número reduzido*



-  1ª Zona Eleitoral
-  2ª Zona Eleitoral
-  3ª Zona Eleitoral
-  4ª Zona Eleitoral

## As Zonas Eleitorais

até para um município, não sendo comum, parece-me, encontrar comarca com eleitorado tão pequeno.

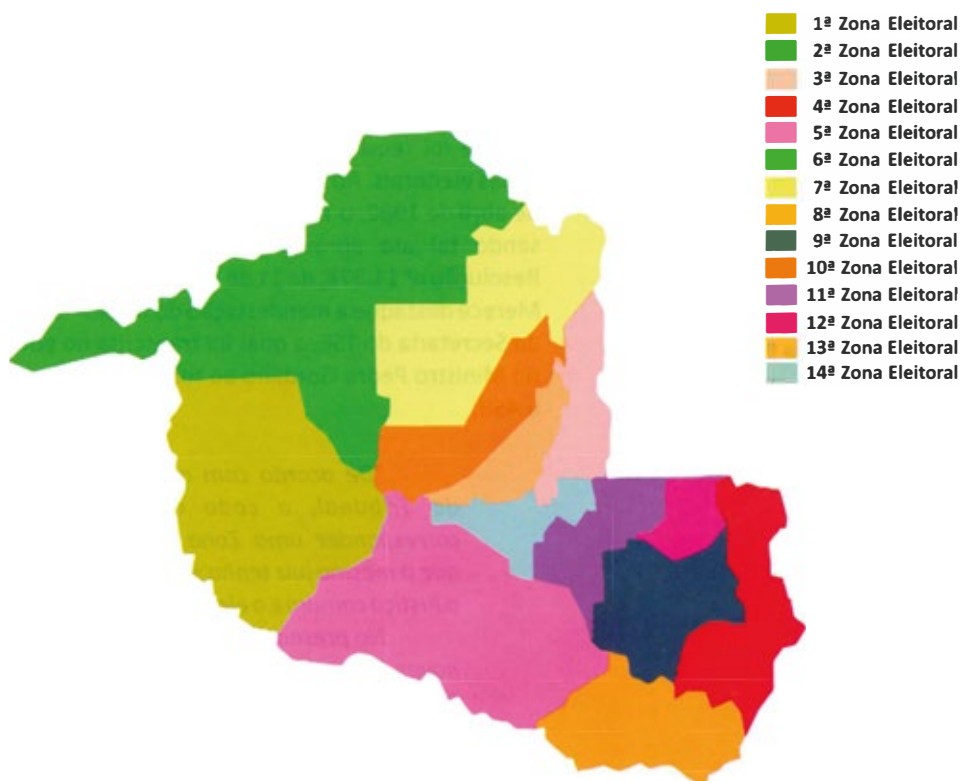
Ocorre, porém, que o novo Estado de Rondônia (área de 243.044 Km<sup>2</sup>) é praticamente do tamanho do Estado de São Paulo (área de 247.898 Km<sup>2</sup>). Diante disso, a criação de comarca em Rondônia deve ser encarada sob forma diversa. Da mesma forma, a criação de Zonas Eleitorais.

Além das nove Zonas Eleitorais correspondentes a comarcas do interior do Estado, o TRE pretende desdobrar a 2ª Zona Eleitoral, Porto Velho, com a criação da 6ª Zona.

Como se verifica o telex de fls. 9, a 2ª Zona tem cerca de 100.000 eleitores. Embora esse número não justifique o desdobramento em outros estados, parece-me que no caso de Rondônia justifica, pelas peculiaridades locais.

Assim, e, em conclusão, peço vênica, para sugerir que a decisão do Tribunal Regional seja aprovada, com a criação de todas as Zonas Eleitorais propostas.”

### Divisão de Rondônia em Zonas Eleitorais após a Resolução nº 11.378/82



Instaladas as Zonas Eleitorais, era competência do Juízo Eleitoral a tarefa de organizar o cadastro, fiscalizar a propaganda e o transporte de eleitores, apurar o resultado das eleições, diplomar e dar posse aos eleitores. O êxito dessas tarefas ficou a cargo dos Juizes, Escrivães e Chefes de Cartório abaixo relacionados:

*serão instalados em 31 de dezembro de 1998, data em que, por força do disposto no art. 215 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional n°22, de 29 de junho de 1982, terminarão os mandatos dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos em 1982 e na qual, conseqüentemente, tomarão posse os que vierem a ser eleitos em 1988.*

Zona	Município	Juiz Titular	Escrivães
1ª	Guajará-Mirim	Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes	José Araújo Viana Maria Teixeira Nascimento
2ª 6ª	Porto Velho	Hércules José do Vale	Vivonedo Silva Adelaide Coimbra da Silva Maria das Graças Nascimento
3ª	Ji-Paraná	Gabriel Marques de Carvalho	Luiz Bianco
4ª	Vilhena	Valter de Oliveira	Valdir Tietz
5ª	Costa Marques	Paulo Roberto Pereira	Raimundo Nunes Seixas André Coelho Filho
7ª	Ariquemes	Paulo Carneiro	Edilce Steel do Nascimento Volmir Pedrotti
8ª	Colorado do Oeste	José Marcelino de Paulo	Valdir José Azevedo
9ª	Pimenta Bueno	Anísio Garcia Martins	Manoel Messias de Almeida
10ª	Jaru	Roosevelt Queiroz Costa	Pedro Ferreira lima
11ª	Cacoal	Renato Martins Mimessi	Jonas kaiser
12ª	Espigão do Oeste	José Pedro do Couto	Hélio Garanhani
13ª	Ouro Preto	Marcos Antonio de Farias	Elciliana Lúcia Broseghini Machado
14ª	Presidente Médici	João Carlos de Castilho	Evanir da Silva Arruda

A aprovação da criação da 15ª e da 16ª Zonas Eleitorais pelo TSE deu-se através da Resolução n° 11.869, de 10 de maio de 1984. Vale ressaltar a situação sui generis abordada pelo Ministro Torreão Braz, em seu voto sobre o tema:

*“Senhor Presidente, os novos municípios, na verdade, ainda não têm existência legal. A lei Complementar n°1, de 09 de novembro de 1967, que regula a criação de municípios, estabelece, no § 1° do art. 5°:*

*§ 1° - Os municípios somente serão instalados com a posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores, cuja eleição será simultânea com a daqueles municípios já existentes, ressalvando o disposto no art. 16, § 1°, da Constituição”.*

*Esses novos municípios, assim como todos os que foram ou vierem a ser criados (após as eleições de 15 de novembro de 1982), somente*

*É até duvidoso que se possa, em município criado, mas ainda não instalado, nomear prefeito que possa administrá-lo. Hely Lopes Meirelles, em seu “Direito Municipal”.*

*No caso concreto, contudo, a criação de Zona Eleitoral não pressupõe a existência de município criado e instalado. Um mesmo município pode comportar duas ou mais Zonas Eleitorais, dependendo apenas das conveniências da Justiça Eleitoral.*

*Assim, se em área que corresponderá, a partir de 31 de dezembro de 1988, a um novo município, desde já é criada e instalada uma comarca, nada impede que acompanhando os limites da comarca, seja criada uma Zona Eleitoral. Apenas não convém, pelas razões já expostas, que, no TSE, fique constando que as duas novas Zonas Eleitorais correspondem aos municípios de Rolim de Moura e Cerejeiras, tal como mencionado na decisão do TRE e, em conseqüência, da autuação do presente processo, ou que se anote a existência de mais dois municípios no Estado. A 15ª Zona Eleitoral, na realidade, passa a ser uma*



## As Zonas Eleitorais

*Eleitoral, na realidade, passa a ser uma segunda Zona existente no Município de Rolim de Moura. A 16ª passa a ser uma segunda Zona existente no Município de Colorado do Oeste, correspondendo à área do futuro Município de Cerejeiras.*

*Com essas observações, que devem ser transmitidas ao TRE, meu voto é no sentido de aprovar a criação das duas novas Zonas Eleitorais."*

A Resolução nº 13.655 do TSE, de 19 de maio de 1987, aprovou a criação da 17ª Zona Eleitoral, decorrente da instalação de comarca no recém criado Município de Alta Floresta do Oeste, desmembrado do Município de Costa Marques.

Da mesma forma, a instalação de comarcas nos recém criados municípios de Alvorada do Oeste, desmembrado do Município de Presidente Médici, e Santa Luzia do Oeste, desmembrado do Município de Rolim de Moura, levou o TSE a aprovar, através das resoluções nos 13.981 e 14.086, de 1º de dezembro de 1987 e 1º de março de 1988, respectivamente, a criação das 18ª e 19ª Zonas Eleitorais.

Em 22 de março de 1994 foi aprovado o novo zoneamento eleitoral de Porto Velho que criou as 20ª, 21ª e 22ª Zonas Eleitorais. Entretanto, essa reestruturação foi novamente modificada no ano seguinte. Em 23 de maio o TSE aprovou a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia que criou a 23ª e a 24ª Zonas Eleitorais e alterou a jurisdição das demais Zonas Eleitorais da Capital, ficando Porto Velho como sede das 2ª, 6ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Zonas Eleitorais.

Em 1995 várias Zonas Eleitorais foram desmembradas. Em 30 de março, a 10ª deu origem à 27ª Zona Eleitoral, que ficou com jurisdição sobre parte do Município de Jarú e sobre os municípios de Governador Jorge Teixeira e Theobroma.

Na mesma data foi aprovada a criação da 28ª Zona Eleitoral, originada da 13ª. A nova Zona ficou com jurisdição sobre parte do Município de Ouro Preto do Oeste e sobre os municípios de Nova União, Teixeirópolis e Vale do Paraíso.

Em 25 de abril foi aprovada a criação da 29ª Zona Eleitoral, originada da 15ª, ficando esta com jurisdição sobre os municípios de Nova

Brasilândia do Oeste, Novo Horizonte e Castanheiras e aquela com jurisdição sobre o Município sede, Rolim de Moura, e o Distrito de Nova Estrela;

Em 9 de maio, a 7ª deu origem às 25ª e 26ª Zonas Eleitorais. A 25ª Zona ficou com jurisdição sobre parte do Município de Ariquemes e sobre o Município de Monte Negro, e a 26ª Zona ficou com a responsabilidade dos municípios de Alto Paraíso, Cacaulândia, Rio Crespo, Cujubim, Machadinho do Oeste e Vale do Anari;

Também nessa data, a 3ª deu origem a 30ª Zona Eleitoral, cuja jurisdição abrangeu parte do Município sede, Ji-Paraná, e o NUAR Nova Colina;

Dia 13 de junho, a 11ª Zona foi desmembrada, sendo criada a 31ª Zona Eleitoral, a qual ficou com jurisdição sobre parte do Município sede, Cacoal, Distrito de Riozinho e Município de Ministro Andreazza.

Em 1º de julho de 1999 o TSE aprovou a criação da 32ª Zona Eleitoral, originada da 26ª Zona, com sede no Município de Machadinho e jurisdição sobre este e sobre o Município de Vale do Anari.

A 33ª Zona Eleitoral, cuja criação foi aprovada pelo TSE em 7 de agosto de 2003, foi originada do desmembramento da 15ª Zona e tem sede e jurisdição no Município de Nova Brasilândia do Oeste.

Ainda no ano de 2003 foram criadas mais duas zonas eleitorais: a 34ª Zona Eleitoral com sede no Município de Buritis, desmembrada da 26ª Zona Eleitoral de Ariquemes e a 35ª Zona Eleitoral com sede em São Miguel do Guaporé, desmembrada da 18ª Zona Eleitoral de Alvorada D'Oeste.

Durante muito tempo, a criação e instalação de Zonas Eleitorais ficou condicionada à contrapartida do Executivo Municipal da sede da Zona, responsável por fornecer a estrutura física, os móveis e equipamentos, o material de expediente e o pessoal necessário ao funcionamento dos Cartórios Eleitorais.

Aos poucos, o TRE foi assumindo as despesas dos Cartórios Eleitorais, inclusive

tomando a iniciativa de construir-lhes sedes próprias.

A partir do ano de 2003, o Tribunal utilizando recursos provenientes do orçamento da União, inicia a construção de sedes próprias com a finalidade de abrigar os Cartórios das Zonas eleitorais. Essas novas sedes têm propiciado maior conforto aos usuários, aos juízes e servidores, na medida em que são instaladas em locais de fácil acesso, dispõem de maior espaço para circulação interna, ambiente climatizado, sala de audiência, estacionamento e segurança.

Coube ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral, juntamente com o juiz eleitoral de Colorado do Oeste, Ênio Salvador Vaz no ano de 2004 inaugurarem a sede própria do Cartório Eleitoral da 8ª Zona que abrange também os municípios de Cabixi e Corumbiara. Os três municípios possuíam cadastrados 31.247 eleitores, sendo 18.681 em Colorado; 6.812 em Corumbiara e 5.754 em Cabixi.

O Desembargador Eliseu Fernandes de Souza ainda naquele mesmo ano inaugurou as instalações dos novos cartórios eleitorais construídos pela Justiça Eleitoral nas Comarcas de Ji-Paraná e Espigão do Oeste. O presidente afirmara na oportunidade que a inauguração do Fórum Eleitoral representa a identidade da Justiça Eleitoral nas Comarcas.

A nova sede do Cartório da 33ª Zona Eleitoral, localizada em Nova Brasilândia, foi inaugurada em (07) de maio de 2010, pela Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargadora Zelite Andrade Carneiro. No ato solene de inauguração, a Desembargadora Zelite destacou a importância da obra para a população daquela região. Ressaltou, ainda, em seu pronunciamento, o mérito do trabalho em equipe desenvolvido pelos servidores daquela zona eleitoral. A 33ª Zona Eleitoral, criada em 2003, possuía 14.332 eleitores.

No dia 1 de junho de 2012, durante as comemorações dos 30 anos da Justiça Eleitoral no Estado, a presidente do

TRE-RO, Ivanira Feitosa, visitou o Município de Costa Marques e pôde verificar as deficiências estruturais do antigo prédio. Ivanira Feitosa, na época, determinou que os técnicos do TRE dessem prioridade aos trâmites legais para o início imediato da reconstrução.

No dia 5 de fevereiro de 2013, no município de Costa Marques foi inaugurado o novo prédio da 5ª Zona Eleitoral, com a presença da Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Desembargadora Ivanira Feitosa Borges.

O antigo prédio foi demolido, pois a estrutura de madeira estava corrompida e a área construída não mais atendia a demanda do Fórum. Durante o período da obra, que durou aproximadamente 5 meses, um prédio cedido pelo IBAMA funcionou como sede temporária da 5ª Zona Eleitoral. O novo prédio da 5ª ZE possui 285,84 metros quadrados de área construída e foram investidos R\$ 494.132,99 para a execução do projeto.

Praticamente todos os cartórios estão instalados em prédios próprios, alguns deles já passaram por reforma e ampliação das instalações. A fim de seguirem um padrão fixado por este Tribunal as construções compõem-se de central de atendimento, sala de audiência, sala do chefe de cartório, cozinha, depósito de urnas e sala para o arquivo, além de observarem normas de acessibilidade.



Fórum Eleitoral da 5ª Zona (Costa Marques)

## As Zonas Eleitorais



Des. Gabriel Marques de Carvalho, Vice-Presidente Corregedor Eleitoral (centro) preside a solenidade de instalação da 32ª Zona Eleitoral.



Nova sede do cartório da 5ª Zona Eleitoral.



Presidente do TRE/RO, Des. Valter de Oliveira, Presidente Eleitoral (no centro à direita) preside a solenidade de instalação da 33ª Zona Eleitoral.



Chefes das Zonas Eleitorais do Interior e da Capital.



Central de Atendimento ao Eleitor - ao lado do TRE/RO - Fórum Desembargador Lourival Mendes de Souza, inaugurado em 25 de abril de 2003.

## Atual divisão de Rondônia em Zonas Eleitorais



## Atuais titulares das Zonas Eleitorais de Rondônia

Zona	Município	Juiz Titular	Chefe de Cartório
1ª	Guajará-Mirim	Paulo José do Nascimento Fabrício	Alexandre Tito H. Figueiredo
2ª	Porto Velho	Carlos Augusto Teles de Negreiros	Silvana M.B. P. M. de Souza
3ª	Ji-Paraná	Edewaldo Fantini Júnior	Nádhia A. Mesquita Pinheiro
4ª	Vilhena	Christian Carla de Almeida Freitas	Fabiola B. C. Franco Assunção
5ª	Costa Marques	Michiely Aparecida C. V. Benedeti	Manoela de Sousa P. Alves
6ª	Porto Velho	Inês Moreira da Costa	Narciso de Oliveira Freire Filho
7ª	Ariquemes	Deisy Cristhian L.de Oliveira Ferraz	Neilce dos Santos Silva
8ª	Colorado do Oeste	Márcia Regina Gomes Serafim	Jeyme F. da Silva e Blanco
9ª	Pimenta Bueno	Wilson Soares Gama	Marcio da Silva Vicente
10ª	Jaru	Flávio Henrique de Melo	Laurenci Bernardino
11ª	Cacoal	Elson Pereira de Oliveira Bastos	Cariny Baleiro Tadiotto Cielo
12ª	Espigão do Oeste	Wanderley José Cardoso	Valdeliza Cosmo Rodrigues
13ª	Ouro Preto do Oeste	José Antônio Barretto	Erik V. A. Montenegro
14ª	Presidente Médici	Simone de Melo	Raphael Rodrigo Kvasne
15ª	Rolim de Moura	Eduardo Fernandes R. de Oliveira	Fabício Zanetti Casagrande
16ª	Cerejeiras	Roberta Cristina Garcia Macedo	Cássio Ramos Félix
17ª	Alta Floresta do Oeste	Cláudia Vieira M. de Souza (Substituta)	Rafaela Q. Del Reis Conversani
18ª	Alvorada do Oeste	Elisângela Frota Araújo Reis	Andreza Barbosa de Souza
19ª	Santa Luzia	Cláudia Vieira Maciel de Souza	Helber Medeiros Costa
20ª	Porto Velho	Fabiano Pegoraro Franco	Maria Erineide de França Silva
21ª	Porto Velho	Duília Sgrott Reis	Frederico Sadeck Filho
22ª	Porto Velho	Álvaro Kalix Ferro	Érika Rodrigues Ribeiro
23ª	Porto Velho	Marcelo Tramontini	Flávio Ricardo Polizer
24ª	Porto Velho	José Antônio Robles	João Paulo Rodrigues de Lima
25ª	Ariquemes	Juliana Couto Matheus	Marcílio Faccin
26ª	Ariquemes	Marcus Vinícius S. de Oliveira	Adriana M. Tavares da Silva
27ª	Jaru	Elsi Antônio Dalla Riva	Liz Cristina Pinto Duarte Braga
28ª	Ouro Preto do Oeste	Glauco Antônio Alves	Antônio M. da Silva Junior
29ª	Rolim de Moura	Leonardo Leite Mattos e Souza	Randerson dos Santos Lima
30ª	Ji-Paraná	Maria Abadia de Castro M. S. Lima	Alessandra W. R. Oliveira
31ª	Cacoal	Carlos Roberto Rosa Burck	Mariângela da Imazo de Rosso
32ª	Machadinho do Oeste	Rogério Montai de Lima	Alan Rogério F. de Normandes
33ª	Nova Brasilândia do Oeste	Artur Augusto Leite Júnior	José Parron Ruiz Júnior
34ª	Buritis	Adip Chaim Honsi Neto	Rosemilda Batista Cucchi
35ª	São Miguel do Guaporé	João Valério Silva Neto	Flávio Júnior Campos Rodrigues

**18ª Zona Eleitoral de Alvorada do Oeste.**



**4ª Zona Eleitoral de Vilhena.**

## Central de Atendimento ao Eleitor de Porto Velho



De nada adiantariam prédios modernos e equipamentos sofisticados se, a ocupá-los e manejá-los não estivessem pessoas investidas do mais elevado espírito público. Assim sendo, merece destaque o extraordinário trabalho desenvolvido pelos Escrivães, Chefes de Cartório e demais servidores que trabalham nos Cartórios Eleitorais ao longo desses 31 anos de implementação da Justiça Eleitoral de Rondônia. É um dos mais significativos exemplos de cumprimento de dever e de

exercício de cidadania, pois, embora muitos desses servidores não façam parte do quadro permanente da Justiça Eleitoral, sempre tiveram a consciência de que, da lisura e da eficiência de seus trabalhos, dependia o exercício da cidadania de outros milhares de brasileiros que escolheram Rondônia para viver, nunca se rendendo às dificuldades e trabalhando febrilmente nestas fronteiras de nossa pátria, ajudando a consolidar o Estado Democrático de Direito.



**Escrivã Ana Alice (de tênis branco) e a Chefe de Cartório Audrei, 4ª Zona Eleitoral, no trecho Vilhena -Chupinguaia. Carro colocado à disposição da Justiça Eleitoral pela Prefeitura de Vilhena.**



**Servidores da 24ª Zona Eleitoral preparam transporte de Urnas Eletrônicas para atender aos distritos ribeirinhos de Porto Velho, localizados no Baixo Madeira.**

**"Rondônia trabalha febrilmente..."**



Junho/2001 - Equipe de servidores do Cartório da 27ª Zona Eleitoral - Jaru - foi à aldeia Karitiana realizar cadastramento eleitoral. Na foto, Osias Paulo da Cruz, Escrivão.



Em 17 de setembro de 1999 o TRE disponibilizou urnas eletrônicas para treinar eleitores na Sétima Ação Global, onde os sete cartórios da Capital estiveram de prontidão para atender os eleitores que quisessem regularizar sua situação perante a Justiça Eleitoral. O evento foi coordenado pelo SESI e Rede Amazônica de Televisão (TV Rondônia), concentrando milhares de pessoas.

# "Rondônia trabalha febrilmente..."



Atendimento realizado em 2011 na ASDEVERON {Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Rondônia), durante recadastramento biométrico.

Primeiro dia de atendimento no recadastramento biométrico no Município de Candeias do Jamari em 2011.



Esquema de segurança montado na Central de Atendimento ao Eleitor para recadastramento dos presos provisórios em 2012.

Matéria publicada em jornal local de grande circulação sobre o atendimento prestado pela Justiça Eleitoral durante o recadastramento biométrico na Capital.





***Capítulo V***  
***"Gritam com força: somos brasileiros!"***

## Alistamento Eleitoral

Em 1982, dado o alto fluxo migratório para o recém criado Estado de Rondônia, chamado pela propaganda oficial de "Eldorado da Amazônia", o alistamento e a organização do cadastro de eleitores era tarefa inadiável para a realização do pleito eleitoral daquele ano. O número de eleitores aptos a votar em 1982 foi de 233.944, mais do que o dobro das eleições de quatro anos antes, em 1978. Além do trabalho de alistamento dos milhares de novos eleitores, havia a tarefa de separar, distribuir e renumerar todas as folhas de votação das dez novas zonas eleitorais criadas.

Entre a instalação do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e a posse dos juízes Eleitorais, passaram-se aproximadamente quatro meses. Nesse período os Cartórios Eleitorais, através de seus escrivães, funcionários e os preparadores eleitorais, atendiam ao público, que apresentava uma grande quantidade de requerimentos de inscrição, transferência e segundas vias de títulos a serem deferidos pelos juízes eleitorais.

Para o alistamento, a transferência e a 2ª via, o requerente tinha de apresentar ao cartório um documento de identificação, sendo, na maioria das vezes, apresentada a certidão de nascimento, acompanhada de 3 fotografias 3X4, tiradas de frente, estando a pessoa com a cabeça descoberta.

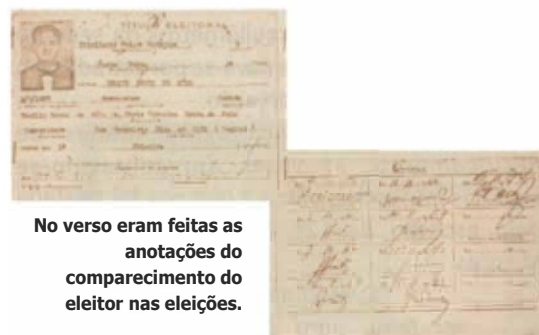
O passo seguinte era uma breve entrevista, onde perguntava-se ao cidadão se era a primeira vez que solicitava a sua inscrição e qual a sua idade, tal procedimento visava coibir a fraude. Passada essa fase, era feita a busca no fichário, que consistia em armários tipo arquivo, abarrotadas de fichas. Ali constavam as fichas com os dados dos eleitores cadastrados naquela Zona Eleitoral. Após essa busca, era preenchido o requerimento do eleitor, que se denominava "processo" de inscrição, transferência e 2ª via, cada um de uma cor \*(amarelo, vermelho e verde,

respectivamente). A eles juntavam-se as fotos, o documento e, quando preciso, a multa ou o atestado de pobreza.

O volume de processos era enorme. Os servidores trabalhavam sete dias por semana para colar as fotografias na folha individual de votação, no Título Eleitoral e na ficha arquivada no cartório, datilografar os dados do eleitor nos formulários e, ao final, separar os processos em caixas. Quando uma fotografia se desprendia do processo do eleitor, o formulário era separado e continuava-se o trabalho com os demais processos. Ao final, era verificado se, na caixa, sobrava a foto que se havia descolado. Percorrido todo esse périplo, os processos de alistamento eram levados ao Juiz Eleitoral para análise, assinatura e despacho.



Título de Eleitor até 1986.



No verso eram feitas as anotações do comparecimento do eleitor nas eleições.

## Alistamento Eleitoral

Para que se tenha idéia do trabalho, transcrevemos o relato do escrivão da 6ª Zona Eleitoral, Jacob Rebouças:

"O Juiz Titular da 6ª Zona tomou posse no dia 29 de julho de 1982. O encerramento do cadastramento eleitoral era no dia 06 de agosto. o tempo era muito curto para todos os preparativos. O Juiz determinou um mutirão. Formaram-se equipes de três auxiliares por turnos para trabalhar com o Juiz. Um retirava os processos das caixas, o outro ficava à direita do Juiz abrindo os processos na seqüência para receber a assinatura. Eram aproximadamente cinco assinaturas por processo de inscrição e transferência. Na segunda via eram duas. O outro servidor ficava à esquerda, recolhendo, "puxando" os processos já assinados e acondicionando-os em outra caixa para serem levados ao cartório para separar a folha de votação que ficava em caixa "box" - que representava a seção do eleitor. No dia da eleição ia para o local de votação, levada pelo presidente da mesa. Além da caixa, tinha ainda a urna de lona e todos os outros materiais da votação".

Se na Capital era difícil, no interior as dificuldades eram ainda maiores. Em muitos lugares, quem fotografava os eleitores era a equipe do próprio Cartório Eleitoral (Escrivão e auxiliares). Eram reveladas quatro fotos em uma mesma folha de filme, ficando uma foto de brinde para o eleitor. Para realizar o alistamento em comunidades distantes da sede do município, a equipe visitava a comunidade para marcar o dia de "tirar-a-foto" e colher os dados. Em outra data, voltava para fazer a entrega dos títulos e colher as assinaturas. Algumas dessas comunidades ficavam a mais de cem quilômetros da sede do cartório, e o acesso a elas dava-se por estradas em estado precário de conservação.

Não bastassem as dificuldades de deslocamento, as vezes apresentavam-se algumas inusitadas, como a que nos foi relatada pelo escrivão da 12ª Zona Eleitoral, Manoel Messias.

*"Contou-nos que a primeira coisa a ser feita, para garantir o sucesso do processo de alistamento em comunidades rurais afastadas e recém formadas era acertar com o líder comunitário a data para fotografar e colher os dados dos*



*eleitores, de modo que ele mobilizasse a comunidade para o evento, que, na maioria das comunidades, era digno de perfume e "roupa-de-domingo".*

*Quando ia realizar o alistamento de uma comunidade perto do, hoje, Município de Parecis, foi informado que deveria procurar D. Terezinha. Ao chegar no local, procurou saber quem era a tal senhora. Visitou vários sítios da região e nada. Depois de muito procurar, encontrou um senhor que lhe disse não ter certeza, mas achava que ele estava procurando a "Pilha Nova", a dona da casa de comércio do lugar. Intrigado, retornou à casa de comércio e descobriu que, quando horas antes havia passado por lá, D. Terezinha não estava e a empregada que o atendeu não sabia que sua patroa se chamava D. Terezinha, aliás, quase ninguém sabia, pois toda a comunidade só a chamava de "Pilha Nova", porque diziam que falava demais.*

*Manoel Messias ainda relatou-nos, quando o alistamento era feito na cidade, a equipe do Cartório colocava as fotos*

*reveladas sobre uma mesa e pedia ao eleitor que pegasse as suas e se dirigisse ao escrivão para assinar a ficha de cadastro e o título de eleitor. Em uma dessas ocasiões, notou que um senhor já algum tempo olhava o monte das fotos e não pegava nenhuma. Solicitou, então, que uma auxiliar fosse ajudá-lo a encontrar as fotos. De pronto, ela encontrou as fotos e dirigiu-se ao eleitor: -olha Seu Francisco, não é o senhor aqui?! Ao que ele respondeu: - Que sou eu parece, mas eu só tirei uma foto e aí tem quatro."*

O Título de Eleitor devia ser anotado a cada eleição, como comprovação de que o cidadão havia votado. Porém, como o documento não podia ser plastificado, com o passar do tempo, ficava seriamente danificado, causando constrangimentos ao cidadão.

## **Recadastramento Eleitoral**

Em 1986 o Tribunal Superior Eleitoral promoveu uma campanha visando o recadastramento de todo o eleitorado brasileiro.

Tinha como objetivo acabar com a pluralidade de títulos, uma vez que era comum a existência de eleitores com mais de um título ou que continuavam com

seus nomes no cadastro mesmo após o falecimento. Eram os eleitores "fantasmas".

Com o recadastramento nacional realizado em 1986, os formulários mudaram, teve início a era da informatização da Justiça Eleitoral. A fotografia foi abolida juntamente com as famigeradas fichas individuais dos eleitores, que ficavam arquivadas nos cartórios. O controle era feito através de relações em ordem alfabética em microfichas.

Para proceder o recadastramento de todos os eleitores de Rondônia, o TRE-RO contou com o apoio de muitas entidades, sobretudo da Secretaria de Estado da Educação, que disponibilizou centenas de professores para auxiliarem nessa tarefa.

No interior do Estado, foi instituído o dia municipal do "Recadastramento Eleitoral", sob a supervisão dos Juizes Eleitorais. Criaram-se, na oportunidade, postos avançados de recadastramento nos garimpos e na região do Rio Madeira.

Em 18 de maio realizou-se o "Dia Nacional do Recadastramento Eleitoral". Somente na Capital, Porto Velho, foram recadastrados 7.000 eleitores. Encerrados os trabalhos, foram computados 160.000 eleitores em Rondônia. Com o recadastramento, os dados de cada eleitor foram armazenados em meio magnético, criando-se, a parti de então, o cadastro unificado da Justiça Eleitoral, o que possibilitou a consulta desses dados em qualquer lugar do país. A consolidação do cadastro nacional de eleitores foi utilizada pela primeira vez nas eleições gerais de 1986.



Título Eleitoral (frente e verso).

## Recadastramento Eleitoral

Eleitores aguardando atendimento em frente ao prédio da antiga 2ª Zona Eleitoral.



Des. Dimas da Fonseca e o Presidente da Assembléia Legislativa Amizael Silva deflagram em Rondônia o recadastramento eleitoral de 1986.



### Cartório Móvel

Em 6 de setembro de 2001 o TRE deu outro salto na agilização do alistamento eleitoral. Nessa data, o Presidente do TRE, Desembargador Sebastião Teixeira Chaves, inaugurou o sistema de emissão de título "on line". O Estado de Rondônia foi o segundo Estado Brasileiro a implantar esse sistema. Com este sistema o eleitor passou a receber instantaneamente, no ato do alistamento, o seu Título de Eleitor.

No dia 11 de março de 2003 inicia-se uma nova e importante etapa na prestação do serviço eleitoral: o funcionamento do Cartório Móvel. O Cartório foi adaptado numa Van, com todos os equipamentos necessários para emissão do título eleitoral, incluindo computadores, e se deslocava, com freqüência, em operações pelos bairros e distritos de Porto Velho, atendendo à população.

O Presidente do TRE, Desembargador Valter de Oliveira, presidiu a inauguração do Cartório Móvel. No primeiro dia de trabalho, o atendimento foi feito na Avenida Jatuarana, esquina com a rua 4, no horário das 9 às 13 horas. Cerca de 281 pessoas compareceram ao local para resolverem pendências, alistarem-se, requererem a emissão de certidão negativa de quitação eleitoral ou a 2ª via do título, ou ainda atualizarem dados.

### CARTÓRIO ELEITORAL ITINERANTE

O projeto do Cartório Eleitoral Itinerante visava também estimular a participação do jovem para o exercício da cidadania e difundir o princípio democrático do voto, como instrumento máximo de transformação e avanço da sociedade.



Cartório Móvel em ação - nas ruas.



Cartório Móvel em ação - nas escolas.



O cidadão, ao entrar no cartório móvel, entrega os documentos ao atendente.



Após uma breve consulta, o título é impresso juntamente com os documentos necessários.



Assinado pelo eleitor e pela autoridade competente, o título é entregue ao eleitor.

### **EVOLUÇÃO DO ELEITORADO NO ESTADO DE RONDÔNIA**

O eleitorado cresceu aceleradamente, a partir da criação do Estado de Rondônia. O Eldorado da Amazônia, como era conhecida a região, atraiu pessoas de todos os rincões, que vislumbravam em Rondônia a possibilidade de concretizar seus sonhos de prosperidade. Contribuiu também, para este crescimento, a instituição do voto facultativo para analfabetos e pessoas maiores de 16 e menores de 18 anos (Constituição Federal de 1988).

Constata-se, por fim, que entre 1982 e 2002, houve um crescimento de 377,25% no número de eleitores deste Estado. Desde o ano de 2008 que o Estado de Rondônia superou a marca de 1 milhão de eleitores conforme observa-se no quadro ao lado.

<b>ANO</b>	<b>Nº DE ELEITORES</b>
1982	233.944
1984	248.383
1986	447.464
1988	512.074
1990	588.691
1992	661.195
1994	692.067
1996	775.054
1998	836.179
2000	832.513
2001	845.862
2002	882.545
2003	902.198
2004	951.296
2005	959.909
2006	987.936
2007	997.183
2008	1.027.905
2009	1.041.001
2010	1.077.911
2011	1.092.712
2012	1.105.353
2013	1.113.303

## ***Crescimento do eleitorado jovem em Rondônia***

Antes de completar 18 anos, o alistamento eleitoral é facultativo, mas graças aos programas educativos, como Eleitor do Futuro, Voto Jovem, Mesário Voluntário, Patrulha Eleitoral, dentre outros, os números cada vez maiores revelam o interesse dessa parcela de eleitores. Em 2010, em Rondônia, eram 9,8 mil pessoas com 16 anos, e 15,5 mil com 17 anos de idade exercendo o direito ao voto. Nas eleições de 2012, o TRE-RO computava 1.105.353 eleitores, destes, mais de 29 mil eleitores entre 16 e 17 anos se encontravam aptos a votar pela primeira vez. Jovens com 16 anos eram 10.788, com 17 anos eram 18.078 decidindo o futuro dos municípios no Estado.



Desembargadora Ivanira Feitosa Borges ao lado de jovens eleitores no Município de São Miguel do Guaporé.

Futuros eleitores assistem à palestra sobre cidadania.



## ***O Recadastramento Biométrico em Rondônia***

Originária do Grego: *bios* (vida) e *metron* (medida) a palavra *biometria* refere-se a um método automático de reconhecimento individual baseado em medidas biológicas (anatômicas e fisiológicas) e características comportamentais. O sistema biométrico visa identificar uma pessoa devidamente inserida no cadastro. Na emissão de passaporte e de carteiras de identidade, por exemplo, já se utilizam sistemas biométricos. O sistema desenvolvido pelo TSE, inédito em todo o mundo, permite que o eleitor seja identificado por suas impressões digitais e pela fotografia.

De modo pioneiro, no ano de 2008, esse sistema foi implantado somente em três municípios brasileiros, sendo um de Rondônia, Colorado do Oeste. Além dele, Fátima do Sul (MS) e São João Batista (SC) também implantaram o recadastramento biométrico promovido pela Justiça Eleitoral.

O objetivo do cadastramento biométrico é aprimorar cada vez mais o sistema de votação, oferecendo ainda mais rapidez e, principalmente,

excluir a possibilidade de uma pessoa votar por outra. A expectativa é de que até 2018 todos os estados do país tenham urnas com leitores biométricos.

Por escolha do TSE, o sistema biométrico seria inicialmente implantado em municípios com aproximadamente 15 mil eleitores, que estivessem na iminência de passar por um processo de revisão de seu eleitorado e que atendessem à variabilidade necessária de teste das impressões digitais. Razão pela qual se escolheu o município de Colorado do Oeste. Concluída a revisão, com enorme êxito, ao todo 12.263 eleitores do município de Colorado votaram nas Eleições 2008 utilizando a identificação biométrica.

Por iniciativa do próprio TRE-RO, em 2011 deflagrou-se a revisão biométrica dos os eleitores inscritos no Município de Porto Velho.

## O Recadastramento Biométrico em Rondônia

No entanto, por força da Resolução TRE-RO n.27/2011, nesse mesmo ano os eleitores de Candeias do Jamari, de Itapuã do Oeste e de Castanheiras também foram contemplados com a coleta de dados biométricos.

O ministro Ricardo Lewandowsky, presidente do TSE, compareceu ao TRE-RO por ocasião da revisão biométrica em Porto Velho e da cerimônia inaugural do Seminário sobre Acessibilidade.



O TRE-RO possuía na data das Eleições 2012, um contingente de 314.003 eleitores cadastrados com dados biométricos, atingindo 28,41% de um montante de 1.105.353 eleitores cadastrados no Estado de Rondônia.

Do total de eleitores, compareceram ao pleito 270.679. Desse montante, 258.733 tiveram a identificação por biometria processada com sucesso, contrariando expectativas pessimistas de que ocorreram muitas falhas no processo de identificação do eleitor.

O fato é que a revisão biométrica em Rondônia se tornou referência nacional, pela logística empreendida. Razão pela qual servidores deste Regional ministraram treinamentos a diversos servidores do TSE- Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Eleitorais do Distrito Federal; do Amazonas e de Roraima.

A intenção era demonstrar que o Projeto da Revisão Biométrica na Amazônia segue padrões e diretrizes diferentes das demais regiões, devendo incluir-se no planejamento questões relacionadas ao clima e aos locais de difícil acesso, à navegabilidade, e aos meios de

comunicação, entre outros.

No caso de Rondônia, situação peculiar ocorre em relação a certas localidades como as aldeias indígenas. Eleitores indígenas das aldeias de Rio Negro e Santo André realizaram o recadastramento biométrico. Na oportunidade, uma equipe foi até as aldeias para atender mais de 500 eleitores, que atualizaram seus títulos.



**Tribunal Regional Eleitoral de RO realiza recadastramento biométrico em aldeias.**

A equipe da Justiça Eleitoral, composta por dois pilotos da Fundação Nacional do Índio (Funai), dois servidores do cartório, dois professores, um indígena e um servidor da secretaria do TRE, levou 8 horas de voadeira (pequena embarcação) para chegar até as aldeias.

A presidente do Tribunal, desembargadora Ivanira Feitosa Borges, disse que parcerias com instituições públicas e privadas possibilitaram a ampliação do aparato logístico do recadastramento biométrico, facilitando acesso a essas localidades.

Em 2013, o TRE-RO realizou com absoluto sucesso a III Etapa da Revisão Eleitoral, com coleta biométrica, no Estado de Rondônia. Os trabalhos se iniciaram no mês abril e foram concluídos em outubro, nos municípios de Ariquemes, Cujubim, Rio Crespo, Cacaulândia, Alto Paraíso, Monte Negro, Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Machadinho do Oeste, Vale do Anari, Buritis, Campo Novo de Rondônia, Cabixi e Primavera do Oeste.



***Municípios do Estado de Rondônia cadastrados biométricamente em 2013 - Estatísticas de comparecimento***

**Município: Alto Paraíso**

Data início: 01/07/2013  
Data Término: 31/07/2013  
Eleitorado: 11.745  
Compareceu: 9.690 (82,5%)

**Município: Ariquemes**

Data início: 01/04/2013  
Data Término: 31/07/2013  
Eleitorado: 62.399  
Compareceu: 47.830 (76,65%)

**Município: Buritis**

Data início: 02/09/2013  
Data Término: 31/10/2013  
Eleitorado: 22.845  
Compareceu: 17.807 (77,95%)

**Município: Cabixi**

Data início: 01/08/2013  
Data Término: 30/08/2013  
Eleitorado: 5.223  
Compareceu: 3.964 (75,9%)

**Município: Cacaulândia**

Data início: 03/06/2013  
Data Término: 02/07/2013  
Eleitorado: 4.266  
Compareceu: 3.393 (79,54%)

**Município: Campo Novo de Rondônia**

Data início: 01/10/2013  
Data Término: 30/10/2013  
Eleitorado: 7.768  
Compareceu: 5.611 (72,23%)

**Município: Cujubim**

Data início: 02/05/2013  
Data Término: 31/05/2013  
Eleitorado: 9.919  
Compareceu: 7.615 (76,77%)

**Município: Guajará-Mirim**

Data início: 03/06/2013  
Data Término: 30/08/2013  
Eleitorado: 27.348  
Compareceu: 22.402 (81,91%)

**Município: Machadinho do Oeste**

Data início: 02/09/2013  
Data Término: 31/10/2013  
Eleitorado: 22.333  
Compareceu: 18.007 (80,63%)

**Município: Monte Negro**

Data início: 03/06/2013  
Data Término: 02/07/2013  
Eleitorado: 10.859  
Compareceu: 8.058 (74,21%)

**Município: Nova Mamoré**

Data início: 01/07/2013  
Data Término: 30/08/2013  
Eleitorado: 15.042  
Compareceu: 12.264 (81,53%)

**Município: Primavera de Rondônia**

Data início: 02/09/2013  
Data Término: 01/10/2013  
Eleitorado: 3.289  
Compareceu: 2.191 (66,62%)

**Município: Rio Crespo**

Data início: 02/05/2013  
Data Término: 31/05/2013  
Eleitorado: 3.129  
Compareceu: 2.258 (72,16%)

**Município: Vale do Anari**

Data início: 01/10/2013  
Data Término: 30/10/2013  
Eleitorado: 6.310  
Compareceu: 4.631 (73,39%)

**Município: Candeias do Jamari**

Data início: 01/01/2010  
Data Término: 04/11/2013  
Eleitorado: 13.366  
Compareceu: 9.487 (70,98%)

**Município: Castanheiras**

Data início: 01/01/2010  
Data Término: 04/11/2013  
Eleitorado: 3.397  
Compareceu: 2.143 (63,09%)

*Municípios do Estado de Rondônia em que o TRE já realizaram o recadastramento biométrico até o ano de 2013 - Estatísticas de comparecimento - Revisão Eleitorado*

**Município: Colorado**

Data início: 01/01/2008  
Data Término: 04/11/2013  
Eleitorado: 14.726  
Compareceu: 11.000 (74,7%)

**Município: Itapuã do Oeste**

Data início: 01/01/2010  
Data Término: 04/11/2013  
Eleitorado: 5.446  
Compareceu: 3.933 (72,22%)

**Município: Porto Velho**

Data início: 01/05/2010  
Data Término: 01/04/2013  
Eleitorado: 279.529  
Compareceu: 230.394 (82,42%)



Atendimento na Aldeia indígena Santo André.



Atendimento a cadeirante durante recadastramento biométrico em Guajará-Mirim.



Central de atendimento em Porto Velho, no último dia da primeira etapa de fechamento por bairros.



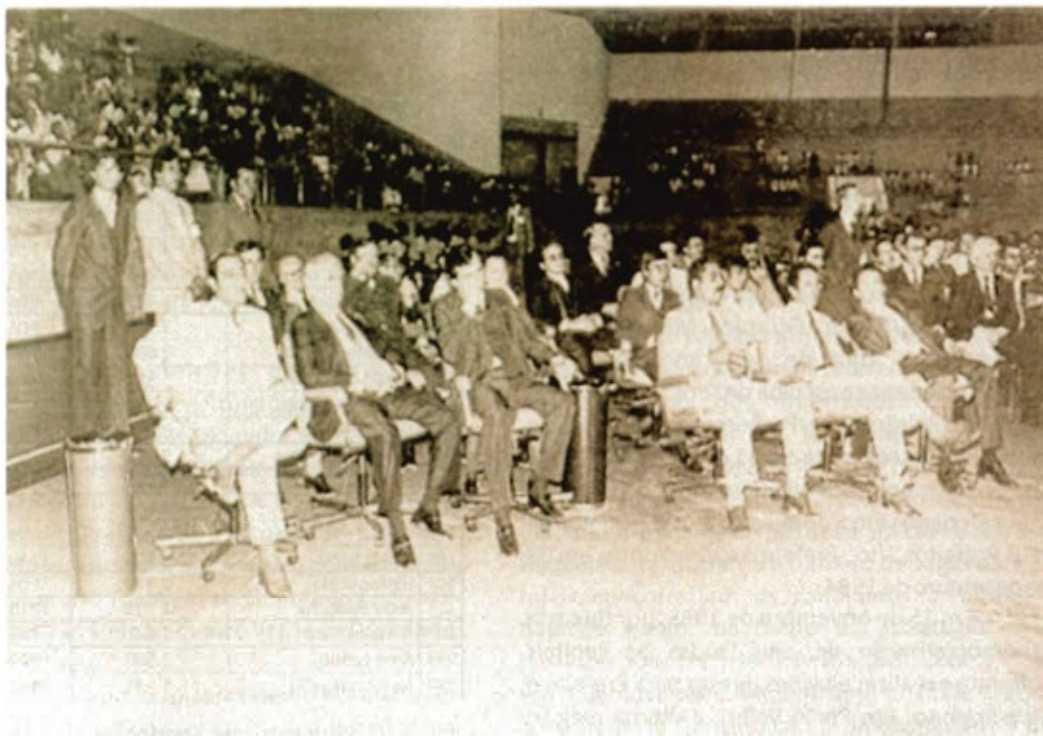
Coordenador da Biometria (Ruzevan Saraiva) e Chefe de Cartório de Guajará (João Paulo), durante visita de reconhecimento ao barco utilizado no deslocamento para o distrito de Surpresa.



Atendimento na Aldeia indígena Rio Negro Ocaia.

**Capítulo VI**

***"Braços e mentes forjam cantando a apoteose desse rincão.."***



Assembléia Constituinte do Estado de Rondônia, nas dependências do ginásio de esportes Cláudio Coutinho.

As eleições de 1982 representam o primeiro passo da consolidação institucional de Rondônia como Estado. Nesse pleito, foram eleitos os 24 Deputados Estaduais Constituintes responsáveis pela elaboração da primeira Constituição do Estado, os oito Deputados Federais representantes do povo de Rondônia no Congresso Nacional, e os 3 Senadores, representantes da nova Unidade Federada no pacto da União, dos quais os dois menos votados teriam mandato de apenas quatro anos.

O trabalho da Justiça Eleitoral não se encerrou com a diplomação dos eleitos. Coube ao Presidente do Tribunal, Desembargador Darci Ferreira, presidir a sessão solene de posse e instalação da Assembléia Constituinte do Estado de Rondônia, em 31 de janeiro de 1983, nas dependências do ginásio de esportes Cláudio Coutinho.

O Des. Darci Ferreira também presidiu a primeira sessão da Assembléia Constituinte, em 02 de fevereiro de 1983,

que aprovou a resolução 001/83, a qual instituiu os cargos da Mesa Diretora e fixou o mandato e competência de cada um, e elegeu seus membros, ficando assim constituída: José de Abreu Bianco (PDS) - Presidente; José Zuca Marcolino Sobrinho (PDS) - 1º Vice Presidente; José Ronaldo Aragão (PMDB) - 2º Vice-Presidente; Oswaldo Piana Filho (PDS) - 1º Secretário; Ângelo Angelin (PMDB) - 2º Secretário; Walderedo Paiva dos Santos (PDS) - 3º Secretário; e Jerzy Badocha (PMDB) - 4º Secretário.

## Os processos eleitorais a partir de 1982

Em 1982, além da eleição para os cargos de Deputados Estaduais, Federais e Senadores, nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Espigão do Oeste, Jaru, Ji-Paraná, Ouro Preto, Pimenta Bueno, Presidente Médici e Vilhena, realizaram-se eleições para os cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

A Capital não elegeu o seu Prefeito, porque o cargo era preenchido por nomeação do Governador. Os municípios de Colorado do Oeste, Costa Marques e Guajará-Mirim, então considerados área de segurança nacional, realizaram apenas a escolha de seus Vereadores.

A eleição para Prefeitos e Vices destes municípios foi realizada em 31 de agosto de 1983.

Os municípios de Cerejeiras e Rolim de Moura, criados em 5 de agosto de 1983, elegeram seus Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores em 09 de dezembro de 1984.

Em 15 de novembro de 1985, por força da redemocratização do país, todas as capitais voltaram a realizar eleições diretas para Prefeito e Vice-Prefeito. Em Porto Velho, a última eleição para esses cargos havia ocorrido em 1926, quando o município pertencia ao Estado do Amazonas.

Um total de 358 seções eleitorais funcionaram no dia 15 de novembro de 1985 em Porto Velho - 171 pertenciam à 2ª Zona Eleitoral e as demais pertenciam à 6ª Zona Eleitoral. Nos distritos funcionaram 15 novas seções. Cerca de 70.279 eleitores puderam votar em Porto Velho (sede), enquanto 2.450 eleitores votaram nas vilas e distritos. Deste total, 270 analfabetos



Ginásio Claudio Coutinho em Porto Velho.

## Relação dos eleitos em 1982

	DEPUTADO ESTADUAL	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	José de A. Bianco	8.156	PDS
02º	Tomás Correia	5.441	PMDB
03º	Genivaldo Souza	5.311	PDS
04º	João Dias Vieira	4.901	PMDB
05º	Sadraque Muniz	4.706	PMDB
06º	Francisco Nogueira	4.372	PDS
07º	Jacob Atallah	4.362	PDS
08º	Oswaldo Piana	4.025	PDS
09º	Jô Yutaka Sato	3.785	PDS
10º	Manoel Messias	3.728	PDS
11º	Ronaldo Aragão	3.638	PMDB
12º	Sérgio Carminato	3.381	PMDB
13º	Arnaldo Martins	3.270	PDS
14º	José do Prado	3.206	PDS
15º	Silvernani Santos	3.195	PDS
16º	Zuca Marcolino	3.144	PDS
17º	Marvel Falcão	3.136	PDS
18º	Walderedo Paiva	2.966	PDS
19º	Cloter Mota	2.909	PMDB
20º	Heitor Costa	2.777	PDS
21º	Jerzy Badocha	2.701	PMDB
22º	Amizael Silva	2.677	PDS
23º	Amir Lando	2.590	PMDB
24º	Ângelo Angelin	2.536	PMDB

### SUPLENTE QUE ASSUMIRAM

01º	Walter Bártole	2.587	PDS
02º	Joaquim Azevedo	2.490	PMDB
03º	Ernandes Amorim	2.158	PMDB

	SENADOR	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Odacir Soares	96.657	PDS
02º	Galvão Modesto	94.794	PDS
03º	Claudionor Roriz	94.143	PDS

### SUPLENTE QUE ASSUMIRAM

01º	Alcides Paio	—	PMDB
-----	--------------	---	------

	DEPUTADO FEDERAL	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Múcio Athayde	24.388	PMDB
02º	Chiquilito Erse	20.506	PDS
03º	Olavo Pires	14.265	PMDB
04º	Rita Furtado	11.428	PDS
05º	Leônidas Rachid	11.137	PDS
06º	Francisco Sales	9.772	PDS
07º	Assis Canuto	9.382	PDS
08º	Orestes Muniz	7.548	PMDB

### SUPLENTE QUE ASSUMIRAM

01º	João Lucena Leal	9.053	PDS
-----	------------------	-------	-----

## *Os processos eleitorais a partir de 1982*

votaram pela primeira vez. A justiça Eleitoral instalou 13 Juntas Apuradoras nas eleições de 15 de novembro de 1985, sendo 8 no ginásio Cláudio Coutinho e 5 no Ginásio Fidoca.

A apuração iniciou no dia 16, às 8 horas, e o resultado saiu por volta das 23h 45 min do mesmo dia. O ex-Deputado Federal Jerônimo Garcia de Santana foi eleito Prefeito de Porto Velho com 28.676 votos.

Nas eleições de 1986, pela primeira vez, Rondônia teve seu Governador eleito pelo voto popular, consolidando institucionalmente a sua condição de Estado. A honra coube ao então Prefeito de Porto Velho Jerônimo Garcia de Santana. Também houve eleição para as oitos vagas de Deputado Federal e para as vintes e quatro vagas de Deputado Estadual.

Com o encerramento do mandato dos dois Senadores menos votados na eleição de 1982, conforme previsto no § 2º da Lei Complementar nº 41/81, que criou o Estado de Rondônia, também foi realizada eleição para duas vagas ao Senado Federal.

Juntamente com a eleição para os cargos acima citados, nos municípios de Alta Floresta do Oeste, Alvorada do Oeste e Santa Luzia do Oeste, criados em maio daquele ano, realizou-se a escolha de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, sendo esses municípios instalados em 1º de janeiro de 1987.

Naquele ano, Rondônia passou a ter 18 municípios, contabilizando cerca de 480.000 eleitores. Treze partidos políticos registraram seus diretórios estaduais, sendo que, em coligações ou isoladamente, concorreram ao pleito daquele ano 7 candidatos a Governador, 14 ao Senado, 59 à Câmara Federal e 233 à Assembléia Legislativa, afora os candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores nos municípios referidos.

A Constituição Federal promulgada em 5 de outubro de 1988 entronizou definitivamente o Estado Democrático de

Direito e a Soberania Popular. Foi sob a égide da Constituição Cidadã que se realizaram as eleições municipais desse ano. O Estado de Rondônia, que tinha apenas 6 anos de existência, contava com 23 municípios instalados e um total de 512 mil eleitores. Dez partidos políticos registraram 3.527 candidatos que concorreram a vagas nas Câmara municipais. A grande novidade desse pleito foi o direito ao voto conquistado pelos jovens maiores de dezesseis anos.

Merece registro a interpretação dos novos dispositivos constitucionais referente ao número de Vereadores dos municípios. O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, através da Resolução nº 116, de 8 de julho de 1988, com base no § 4º do art. 115 da Constituição de 1967 e demais normas legais vigentes e aplicáveis ao caso naquela data, declarou o número de vagas para as quais concorreriam os candidatos a vereador naquele pleito, pautando as estratégias dos partidos políticos nessa Resolução. Ocorre que, em 4 de novembro daquele ano, o Tribunal, com base na nova Constituição promulgada em 5 de outubro, diminuiu o número de vagas para vários municípios, através da Resolução nº 210/88.



Processo de apuração das eleições de 1982 em Rondônia.



Mapa de apuração das eleições de 1982.

## Os processos eleitorais a partir de 1982

Em Porto Velho, os candidatos considerados eleitos pela quantidade de vagas da primeira resolução recorreram ao Tribunal Superior Eleitoral contra a decisão do TRE/RO, que reduziu o número de vagas na Câmara Municipal da Capital. O TSE acolheu a pretensão dos recorrentes, restabelecendo a quantidade adaptada pela Resolução nº 116/88, aumentando o número de vagas nas Câmaras de Vereadores para outros dezessete municípios atingidos pela medida anterior. Por meio da Resolução nº 007, de 30 de março de 1989, este Regional possibilitou a posse de setenta e quatro novos vereadores.

### A Eleição Presidencial em 1989

Após anos de luta contra a Ditadura Militar implantada no Brasil em 1964, finalmente, em 1989, o povo brasileiro pôde escolher o Presidente da República através do voto. A eleição deu-se em dois turnos, ao final, sagrou-se vencedor o candidato Fernando Collor de Melo.

Fato que merece destaque é que, devido ao grande número de migrantes, em toda Rondônia, no primeiro turno, foram registradas 60 mil justificativas eleitorais, sendo 30 mil só na Capital.

### Relação dos eleitos em 1986

	GOVERNADOR	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Jerônimo Santana	153.334	PMDB

	SENADOR	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Olavo Pires	95.637	PMDB
02º	Ronaldo Aragão	59.007	PMDB

	DEPUTADO FEDERAL	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Rita Furtado	38.223	PFL
02º	José Guedes	21.569	PMDB
03º	Chagas Neto	17.033	PMDB
04º	José Viana	17.018	PMDB
05º	Francisco Sales	12.516	PMDB
06º	Arnaldo Martins	12.341	PMDB
07º	Raquel Cândido	12.734	PFL
08º	Assis Canuto	5.783	PFL

#### SUPLENTES QUE ASSUMIRAM

01º	Expedido Júnior	12.317	PMDB
02º	Moisés Bennesby	10.741	PMDB

	DEPUTADO ESTADUAL	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Joselita Araújo	8.022	PMDB
02º	Vicente Homem	6.254	PMDB
03º	Pedro Kemper	6.240	PMDB
04º	Ernandes Amorim	6.093	PMDB
05º	Odaísa Fernandes	5.783	PMDB
06º	Reditário Cassol	5.067	PMDB
07º	Sidney Guerra	5.051	PMDB
08º	Sadraque Muniz	4.938	PMDB
09º	Acelino Marcon	4.849	PMDB
10º	Rigomero Agra	4.841	PMDB
11º	Osmar Vilhena	4.458	PMDB
12º	Manoel Messias	4.254	PMDB
13º	Genival Nunes	4.055	PMDB
14º	Amizael Silva	4.109	PFL
15º	José do Prado	3.607	PFL
16º	Antônio Geraldo	3.255	PFL
17º	Oswaldo Piana	2.965	PFL
18º	Edison Fidelis	2.934	PFL
19º	Silvermani Santos	2.767	PFL
20º	João Batista	3.494	PDC
21º	Luiz Gonzaga	3.129	PDS
22º	Heitor Costa	2.307	PDT
23º	Neri Firigolo	1.752	PT
24º	Nilton Caetano	1.481	PT

#### SUPLENTES QUE ASSUMIRAM

01º	Francisco Nogueira	2.520	PDS
02º	Sandi Calistro	3.872	PMDB
03º	Álvaro Lustosa	3.703	PMDB
04º	Haroldo Santos	3.440	PMDB
05º	Lourival Siqueira	2.827	PMDB
06º	Geraldo Roque	1.396	PT
07º	José Luiz, Zecão	1.739	PDT
08º	Maurício Calixto	2.224	PFL
09º	Walderedo Paiva	2.132	PFL



Fila para justificativa eleitoral, dando volta na quadra onde está localizada a sede dos Correios, esquina da Av. Presidente Outra com Av. 7 de Setembro, ao lado do Banacre, hoje sede do SESC-Centro.

Município	Vagas Resolução nº 116	Vagas Resolução nº 210
Alvorada do Oeste	11	09
Alta Floresta	11	09
Ariquemes	15	10
Cerejeiras	13	09
Colorado	13	09
Cacoal	15	10
Espigão do Oeste	11	09
Guajará-Mirim	13	09
Jaru	15	10

I

Município	Vagas Resolução nº 116	Vagas Resolução nº 210
Ji-Paraná	17	10
Nova Brasilândia	11	09
Ouro Preto	15	10
Porto Velho	21	13
Presidente Médici	13	09
Pimenta Bueno	13	10
Rolim de Moura	15	09
Santa Luzia	11	09
Vilhena	13	09

I



## Os processos eleitorais a partir de 1982

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL 1989  
1º TURNO - 15/11/89

CANDIDATOS	VOTOS
20-COLLOR	165.607
13-LULA	75.532
12-BRIZOLA	39.650
22-AFIF	26.123
11-MALUF	24.934
15-ULISES	19.370
45-MARIO COVAS	13.718
51-CAIADO	3.222
25-AURELIANO	2.991
23-FREIRE	2.267
14-CAMARGO	2.217
56-ENEAS	2.029
42-MARRONZINHO	1.609
31-ZAMIR	1.366
55-EUDES MATTAR	1.238
27-LIVIA MARIA	1.168
54-P.G.	1.002
33-CELSO BRANT	782
43-GABEIRA	776
16-PEDREIRA	581
57-MANUEL HORTA	552
26-CORREA	0
VOTOS VÁLIDOS	386.734
NULOS	24.080
BRANCOS	6.808
COMPARECIMENTO	417.622
ABSTENÇÃO	140.159
ELEITORES	557.781

2º TURNO - 17/12/89

CANDIDATOS	VOTOS
20-COLLOR	234.272
13-LULA	136.123
VOTOS VÁLIDOS	370.395
NULOS	13.791
BRANCOS	4.508
COMPARECIMENTO	388.694
ABSTENÇÃO	169.087
ELEITORES	557.781

### Eleições de 1990

O ano de 1990 marca a mudança da data das eleições que, até então, se realizavam em 15 de novembro, em referência à data da Proclamação da República. Naquele mesmo ano realizaram-se em 3 de outubro, e 588.000 eleitores estavam aptos a votar. Foram registrados 379 candidatos pertencentes a 18 partidos políticos, divididos em 5 coligações.

Um fato inusitado desse pleito foi que, em 16 de outubro, o vencedor do primeiro turno para o cargo de Governador, com 79.456 votos, o então Senador Olavo Pires, foi assassinado a tiros, em frente à sua empresa. Em 17 de outubro, o Des. Lourival Mendes de Souza, Presidente do TRE/RO, convocou o terceiro colocado, o candidato Oswaldo Piana, que obteve 72.155 votos, para

concorrer com o segundo colocado, Valdir Raupp, que obteve 78.893. No segundo turno, Oswaldo Piana foi eleito o quarto Governador de Rondônia.

A morte de Olavo Pires levou a Coligação "A Vontade do Povo", por quem ele concorrera no primeiro turno, considerando que sua morte não foi natural, mas provocada criminosamente, a efetuar consulta ao TRE, indagando "quanto à legalidade em ser inscrito, para concorrer ao novo pleito (15 de novembro vindouro) um candidato da Coligação "A Vontade do Povo".

O Tribunal não conheceu da consulta por considerá-la juridicamente inviável, uma vez que se tratava de fato concreto e, não de uma situação, em tese, requisito para o seu conhecimento. Entretanto, merece destaque a manifestação da Procuradora Regional Eleitoral, Dra. Dalva Bezerra de Almeida Campos, acerca do pedido.

*"A consulta, que é de se conhecer, pode ser assim dividida:*

*1º - Morte natural e assassinato são conceitos jurídicos diversos?*

*2º - em caso de assassinato, pode o Partido do candidato assassinado indicar candidato para concorrer ao segundo turno?*

*(...) Embora os gênios da literatura tenham conceituado a morte de várias maneiras. para GOETHE seria a ausência de luz - "luz, mais luz", para DOSTÓIEVSKI seria a ausência de amor, para SHAKESPEARE, a morte seria o silêncio - para o Direito a morte é, e sempre foi, o fim da existência da pessoa humana.*

*Este conceito é encontrado no artigo 7º da Lei de Introdução do Código Civil- a morte é o fim da personalidade, e no art. 101 do Código Civil, fim da existência da pessoa humana.*

*(...) Na realidade não existe um conceito amplo e outro restrito de morte.*

*A dúvida, no entanto, do Partido Consulente é se o conceito de morte, previsto no texto Constitucional, abrange o assassinato. Parafrazeando o grande GUIMARÃES ROSA, haveria diferença para o Constituinte, entre "morte morrida e morte matada"?*

*(...) o conceito de morte abrange quer a chamada morte natural, quer todos os nomes pelas quais são designadas as formas de se chegar ao fim da personalidade - homicídio, suicídio, soterramento, atropelamento, afogamento,*

fuzilamento, execução, em legítima defesa da honra, da pátria, etc, etc, etc.

(...) Quer dizer, não há nenhuma diferença para o Constituinte entre morte natural e assassinato. Aliás, este termo não é absolutamente jurídico, e entrou na nossa linguagem através dos romances policiais importantes da França ( George Simennon e outros).

(...) Pelo exposto, o parecer é no sentido que não pode o Partido Consulente indicar filiado para substituir candidato morto antes da realização do 2º turno á eleição de Governador.”



Eleitores comparecem ao pleito, na antiga sede do Banacre, atualmente sede do Sesc-Centro.

### Relação dos eleitores em 1990

	DEPUTADO ESTADUAL	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Sandi Calistro	5.608	PMDB
02º	Eurípedes Miranda	4.385	PMDB
03º	William Cury	4.250	PL
04º	Ini Fidélis	3.819	PTB
05º	Isaac Bennesby	3.753	PL
06º	Dalton Di Franco	3.421	PTB
07º	João Batista Lima	3.420	PL
08º	Ernandes Índio	3.270	PSB
09º	Aurindo Coelho	3.198	PSC
10º	Janatan Igreja	3.056	PFL
11º	Agmar Piau	2.876	PT
12º	Elizabeth Badocha	2.819	PMDB
13º	Dede de Melo	2.812	PDS
14º	Marlene Gorayeb	2.806	PTB
15º	Odaísa Fernandes	2.732	PSDB
16º	Renato Velloso	2.685	PFL
17º	Lúcia Tereza	2.560	PSC
18º	Pedro Lima	2.461	PTB
19º	Reginaldo Monteiro	2.428	PDS
20º	Silvernani Santos	2.389	PTB
21º	Vicente Homem	1.945	PRN
22º	Niltom Schramm	1.904	PRN
23º	Nério Bianchini	1.728	PT
24º	Darci Kischener	1.663	PRN

#### SUPLENTE S QUE ASSUMIRAM

01º	Jair Ramires	2.297	PTR
02º	Heitor Costa	2.091	PTR
03º	Vilson Stecca	2.802	PMDB
04º	Severino Dias	1.870	PT
05º	Mauro Nazif	2.481	PSDB
06º	Ivone Abrão	2.233	PL
07º	Haroldo Santos	2.106	PTB
08º	Carlão Oliveira	1.929	PST
09º	Roque Mazuechelli	1.650	PRN

A	GOVERNADOR	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Oswaldo Piana	181.605	PTR

	SENADOR	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Odacir Soares	104.067	PFL

#### SUPLENTE S QUE ASSUMIRAM

01º	Amir Lando	46.385	PMDB
-----	------------	--------	------

	DEPUTADO FEDERAL	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Edison Fidélis	13.885	PTB
02º	Nobel Moura	12.374	PTB
03º	Jabes Pinto Rabelo	11.002	PTB
04º	Carlinhos Camurça	9.343	PTB
05º	Reditário Cassol	9.289	PTB
06º	Raquel Cândido	7.931	PDT
07º	Maurício Calixto	7.820	PTB
08º	Pascoal Novaes	3.943	PTB

#### SUPLENTE S QUE ASSUMIRAM

01º	Antônio Morimoto	2.943	PDS
02º	Aparício Carvalho	2.052	PSDB
03º	Expedito Rafael	1.093	PMN
04º	Sérgio Carminato	1.054	PPR

## Os processos eleitorais a partir de 1982

Em 1992, o Estado de Rondônia completou 10 anos de instalação. Nos quarenta municípios criados, concorreram às eleições cerca de onze mil candidatos a vereador e outros oitenta aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito.

Em 1994 trezentos e vinte e um candidatos disputaram o voto de 692 mil eleitores. Essa eleição foi um passo significativo na modernização do processo eleitoral em Rondônia. Foram instalados 33 microcomputadores ligados ao computador central. Pela primeira vez uma teleconferência foi promovida pela justiça Eleitoral em Rondônia, cujo objetivo era orientar diretores regionais de partidos políticos, emissoras de rádios e televisão, produtores de vídeo e áudio, e agências de publicidade acerca de propaganda eleitoral. O evento aconteceu no auditório da Embratel, em Porto Velho. Visando dar celeridade ao processo, o TRE passou a aceitar a interposição de recursos por meio de fac-símile, desde que o remetente fizesse chegar o documento original ao Juízo ou ao Tribunal em até cinco dias, após a expedição. Em agosto o Tribunal instalou os primeiros computadores nas dezenove Zonas Eleitorais do Estado.

O TRE iniciou a apuração dos votos do primeiro turno das eleições de 3 de outubro de 1994, no dia 4, às 8 horas da manhã. A contagem foi simultânea das cédulas brancas (votos para Deputado Estadual e Federal e cédulas amarelas (Governador, Senador e Presidente da República). Os votos foram apurados em todo o Estado, e os lançamentos efetuados por meio do sistema de computadores de cada Zona Eleitoral, interligadas à central do TRE, em Porto Velho, e Tribunal Superior Eleitoral.

O TRE divulgou o resultado oficial do primeiro turno no dia 9 de outubro.

O então Presidente Eurico Montenegro Júnior, fez contatos logo após o primeiro turno das eleições, com todos os juizes eleitorais, solicitando empenho redobrado, a fim de reduzir o índice de abstenção no segundo turno das eleições, a ser realizado em 15 de novembro. No primeiro turno, a média de abstenções chegou a 32% do eleitorado. O menor índice de eleitores ausentes na votação em Rondônia foi registrado no Município de Espigão do Oeste, com 21,97%.

### Relação dos eleitores em 1994

	GOVERNADOR	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Valdir Raupp	248.148	PMDB

	SENADOR	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	José Bianco	157.059	PDT
02º	Ernandes Amorim	133.239	PDT

	DEPUTADO FEDERAL	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Silvernani Santos	20.996	PP
02º	Expedito Júnior	20.198	PL
03º	Ildemar Kusller	19.224	PSDB
04º	Confúcio Moura	17.396	PMDB
05º	Carlinhos Camurça	15.573	PP
06º	Emerson Pires	14.743	PSDB
07º	Eurípedes Miranda	12.900	PDT
08º	Marinha Raupp	11.681	PSDB

#### SUPLENTE QUE ASSUMIRAM

01º	Oscar Andrade	11.339	PSB
02	Moisés Bennesby	12.808	PL

	DEPUTADO ESTADUAL	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Marcos Donadon	9.549	PMDB
02º	Renato Velloso	7.009	PMDB
03º	Luiz Menezes	5.972	PMN
04º	João Batista	5.556	PRN
05º	De dé de Melo	5.494	PDT
06º	Mileni Mota	5.272	PL
07º	João Batista Lima	5.234	PDT
08º	Lúcia Tereza	5.076	PSC
09º	César Cassol	4.585	PDT
10º	Francisco Sales	4.474	PSC
11º	João F. Martins	4.260	PTB
12º	José Carlos Oliveira	4.080	PTB
13º	Heitor Costa	4.066	PMN
14º	Eliseu da Silva	4.055	PL
15º	Mauro Nazif	3.954	PSDB
16º	Augusto Praça	3.718	PMDB
17º	José Cunha	3.553	PMN
18º	Ivone Abrão	3.361	PMN
19º	Daniel Pereira	3.241	PT
20º	Sueli Aragão	3.157	PMDB
21º	Altair Schons	3.006	PMDB
22º	Rosária Helena	2.694	PT
23º	Carlos Magno	2.489	PFL
24º	Donizete José	2.463	PFL

#### SUPLENTE QUE ASSUMIRAM

01º	Nilton Schramm	2.303	PFL
02º	Ribamar Araújo	2.680	PSDB
03º	Everton Leoni	3.434	PSDB
04º	Eugênio Zigue	3.199	PTB
05º	José Melo	1.909	PFL
06º	Nilce Casara	2.797	PSDB



O Corregedor-Geral do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Cid Flaquer Scartezzini, foi um dos convidados do TRE no seminário preparativo às eleições de 1994. Scartezzini falou a Juízes e promotores eleitorais sobre aspectos polêmicos da Lei 8.713/93.



Apuração da eleição de 1994 no Ginásio Cláudio Coutinho em Porto Velho.

## *O advento da urna eletrônica*



Em 1995 o Ministro do Tribunal Superior Eleitoral e Corregedor-Geral Eleitoral Pádua Ribeiro (esquerda) visitou Rondônia. Na foto com o Presidente do TRE/RO, Desembargador Eurico Montenegro Júnior.

O ano de 1995 marcou a preparação da grande mudança que viria a ser implementada com a utilização das urnas eletrônicas nos processos eleitorais do ano seguinte.

Os presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais de todo país realizaram as suas primeiras experiências com o voto eletrônico. Os Desembargadores participaram de uma eleição simulada com os novos equipamentos que seriam utilizados nas eleições municipais de 1996.

Nos dias 24 e 25 de abril de 1995 o TRE promoveu o "Encontro de Escrivães e Chefes de Cartórios", no salão do Tribunal do Júri, no Fórum, em Porto Velho, com a finalidade de capacitá-los para a realização do pleito daquele ano.

No início de 1995 a Assembléia Legislativa

solicitou ao TRE/RO a realização de diversos plebiscitos.

O Presidente do TRE/RO, desembargador Eurico Montenegro Júnior, aproveitou a oportunidade para antecipar os testes com voto informatizado que somente seria implementado nas eleições de 1996, determinando a realização do plebiscito com a utilização dos programas das urnas eletrônicas instalados nos computadores do TRE.

Os primeiros testes foram feitos durante o plebiscito de emancipação de 3 distritos do Estado. A votação eletrônica era feita em um microcomputador. O eleitor escolhia entre três teclas as opções "sim, não e em branco" para responder a

seguinte pergunta que constava no monitor: "Deve o distrito ser desmembrado de...para ser elevado a município?" Depois teclava "confirma" para finalizar o voto. Em 1995, quatro novos municípios foram criados.

Visando demonstrar a transparência e credibilidade do sistema enfatizado, o TRE/RO promoveu o primeiro Congresso Estadual da Justiça Eleitoral, no período de 12 a 13 de outubro, em Porto Velho. Esse evento atendeu bem as necessidades da Justiça Eleitoral, trazendo esclarecimentos rumo às eleições/1996, inserindo-se uma ampla discussão sobre temas importantes como voto eletrônico, reforma eleitoral e a nova legislação para as eleições de 1996.

Em 1996 o Estado de Rondônia tinha 775 mil eleitores. O maior colégio eleitoral, Porto Velho, tinha 175.258 votantes, representando cerca de 23% do eleitorado do Estado. Dezenove partidos políticos registraram 3.799 candidatos para concorrer a 537 vagas para Vereador e 52 vagas para Prefeito. A grande novidade deste pleito foi a utilização das urnas eletrônicas em todas as capitais do País e nas cidades com mais de 200 mil eleitores.

No período pré-eleitoral, o TRE organizou várias eleições simuladas em bairros populosos da Capital. Por determinação do Presidente, Desembargador Renato Martins Mimessi, técnicos do TRE e servidores das Zonas Eleitorais intensificaram o trabalho de demonstração do voto eletrônico à população, atendendo a maioria dos bairros, expondo a urna eletrônica em supermercados, feiras, associações de moradores e outros locais de grande concentração popular. A última eleição simulada do TRE, antes do pleito de 3 de outubro de 1996, atraiu 847 pessoas ao colégio Objetivo.

Pela primeira vez, os usuários da internet puderam, em todo o mundo, acompanhar a totalização de votos de uma eleição no Brasil.



## As mudanças decorrentes do uso da urna eletrônica

Com a urna eletrônica, o processo de apuração dos votos, que chegava a durar vários dias e, em alguns casos, semanas, com contagens e recontagens, foi reduzido a um simples apertar de teclas.

O boletim ao lado, emitido ao final da votação, é materialização dos benefícios do avanço tecnológico, pois expressa com total segurança a vontade manifestada pelo eleitor na hora do sufrágio.



1996-Eleitora testa a urna eletrônica



1ª VIA  
B.V. 302

IMPRESSO PELO RECUPERADOR DE DADOS

Justiça Eleitoral  
Tribunal Regional Eleitoral (TRJ)

Boletim de Urna

Eleições de 06/10/2002

Município : 00035  
PORTO VELHO

Zone Eleitoral : 0006  
Seção Eleitoral : 0030

Eleitores Aptos : 00292  
Comparecimento : 00243  
Eleitores Faltosos : 00049

Código Identificação UE : 0014076  
Data de abertura da UE : 06/10/2002  
Horário de abertura : 08:00  
Data de fechamento : 06/10/2002  
Horário de fechamento : 17:10

=====

DEPUTADO(R) FEDERAL

Partido:[PPB] nro partido: 11

Nome do candidato	Nro cand	Votes
DINORA	1110	0003
CURY	1113	0006
HELIA PIRANA	1177	0007

Votos de legenda: 0000  
Total do partido: 0016

Código Verificador: 42543

=====

DEPUTADO(R) FEDERAL

Partido:[PDT] nro partido: 12

Nome do candidato	Nro cand	Votes
T CORNEL ALBERTO	1222	0001

Votos de legenda: 0002  
Total do partido: 0003

Código Verificador: 62863

=====

DEPUTADO(R) FEDERAL

Partido:[PT] nro partido: 13

Nome do candidato	Nro cand	Votes
EDUARDO MULVERDE	1313	0015
WARPELL	1320	0001
DR. STIUS RISSA	1331	0006
DANIEL PEREIRA	1380	0006

Votos de legenda: 0002  
Total do partido: 0030

**Apuração de votos no Ginásio Cláudio Coutinho**





## *As mudanças decorrentes do uso da urna eletrônica*

O TRE/RO representado pelo Presidente em exercício, Desembargador Eliseu Fernandes de Souza, participou, em 3 de outubro de 1997, de eleição simulada na cidade de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul. O TSE colocou em testes a fotografia dos candidatos, visando o primoramento para as eleições de 1998, quando, pela primeira vez, todos os candidatos tiveram suas fotos inseridas nas urnas eletrônicas de votação.



Desembargador Eliseu Fernandes de Souza.



Juizes Eleitorais preparando-se para o Pleito de 1998.



Urna Eletrônica - modelo 86



Urna Eletrônica modelo 98

Em 21 de outubro de 1997 os Juizes eleitorais substitutos participaram de atividades do TRE com palestras sobre a estrutura organizacional judiciária eleitoral de Rondônia; preparação e apuração das eleições; aspectos práticos sobre propaganda eleitoral e funcionamento da urna.

## Eleições Gerais de 1998

Em 1998, 836 mil eleitores estavam aptos a votar. As 35 vagas existentes foram disputadas por 354 candidatos. Foram registrados para concorrer a Deputado Estadual 283 candidatos, 59 a Deputado Federal, 7 ao Senado Federal e 5 ao governo do Estado. Ao todo participaram 22 partidos políticos, distribuídos em 12 coligações. A grande novidade deste pleito foi a introdução do instituto da reeleição no Brasil. Pimenteiras do Oeste, pertencente à 16ª Zona Eleitoral, foi o Município de Rondônia com o menor número de eleitores inscritos, apenas 963. Essa quantidade era menor do que a de Calama - 1738, Extrema - 2.737, Jaci-Paraná - 1440 e Nova Califórnia - 1743, que são distritos de Porto Velho e fazem parte da 24ª ZE Eleitoral.

Desta vez, além da Capital, os municípios de Ji-Paraná e Cacoal, segundo e terceiro maiores colégios eleitorais do Estado, também utilizaram as urnas eletrônicas. Assim, cerca de 37% do colégio eleitoral de Rondônia teve à disposição o sistema eletrônico de votação.

O aperfeiçoamento das Urnas Eletrônicas não se restringiu ao aspecto operacional, com a inclusão da foto de todos os candidatos, mas também, atingiu a parte física das urnas, que passaram a ter dimensões mais compactas, design moderno e teclas de votação em alto relevo, nas quais foram inseridas inscrições em braile.

Os "Institutos de Reeleigibilidade e Inabilitação" e "Evolução do Sistema Eleitoral brasileiro" foram temas da abertura do Encontro da Justiça Eleitoral, no auditório da Justiça Federal. O Coordenador da escola da Magistratura de Alagoas, o Juiz Eleitoral Adriano Soares e o Professor José Alfredo de Oliveira Baracho foram os palestrantes.

De 12 a 14 de março, no auditório do tribunal de Contas do Estado, em Porto Velho, foi realizado o Seminário sobre as Eleições Gerais de 1998. O evento iniciou com a palestra proferida por Joel José Cândido, advogado e professor da Fundação Superior do Ministério Público, sobre o tema "Visão Panorâmica da Lei das Eleições". Outra presença ilustre foi a do palestrante, Sub-Procuradora da República Flávia Ribeiro que abordou aspectos gerais do "Sistema Eleitoral ao Sistema Partidário".



No encontro de escrivães e chefes de cartório, que fez parte dos preparativos para as eleições de 1998, também foram apresentados o sistema de apuração pelo voto "cantado" e o voto informatizado às Zonas Eleitorais do interior.



## Eleições Gerais de 1998

A partir de 1998, dos trinta dias que antecedem o pleito eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral coloca à disposição dos eleitores uma central de atendimento via telefone.

Composta pelos próprios servidores do Tribunal, que se revezavam no atendimento, a central esclarecia as mais variadas dúvidas do eleitor, tais como: título eleitoral, segunda via, multas, justificativas, horário de votação, local de votação, voto cantado, voto eletrônico, número de candidatos, como votar, etc. A central também recebia e encaminhava aos setores competentes as denúncias de violação à Lei Eleitoral.

Em 2002, 1.838 eleitores ligaram para a central de atendimento.

### Relação dos eleitos em 1998

A	GOVERNADOR	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	José Bianco	268.624	PFL

	SENADOR	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Amir Lando	188.051	PMDB

	DEPUTADO FEDERAL	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Eurípedes Miranda	34.913	PP
02º	Marinha Raupp	28.780	PL
03º	Oscar Andrade	27.910	PSDB
04º	Expedito Júnior	25.304	PMDB
05º	Confúncio Moura	23.565	PP
06º	Agnaldo Muniz	20.146	PSDB
07º	Sérgio Carvalho	18.513	PDT
08º	Nilton Capixaba	15.220	PSDB

A	DEPUTADO ESTADUAL	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	João da Muleta	12.887	PMDB
02º	Sueli Aragão	10.941	PMDB
03º	Mileni Mota	9.531	PTB
04º	Marcos Donadon	9.433	PSB
05º	Haroldo Santos	8.417	PPB
06º	Everton Leoni	7.455	PSDB
07º	Carlão de Oliveira	6.929	PTB
08º	Dedé de Melo	6.836	PDT
09º	Renato Veloso	6.593	PFL
10º	Ramiro	5.742	PDT
11º	Silvernani Santos	5.482	PFL
12º	Coronel Abreu	5.459	PMDB
13º	Chico paraíba	5.445	PMDB
14º	César Cassol	5.101	PDT
15º	Maurão	5.078	PSDB
16º	Paulo Moraes	4.951	PDT
17º	Natanael	4.755	PFL
18º	Dr. Mauro	4.734	PSDB
19º	Ronilton capixaba	4.397	PL
20º	Kaká	4.097	PSB
21º	Paulista	4.065	PFL
22º	Edezio Martelli	3.853	PT
23º	Celso Popó	2.933	PL
24º	Daniel Pereira	2.747	PT

### SUPLENTE QUE ASSUMIRAM

01º	Augusto Praça	4.806	PMDB
02º	Lucia Tereza	6.364	PTB
03º	Alberto Ivair	3.580	PSDB



Central de Atendimento ao Eleitor - Serviço 148.



## *Eleições Municipais de 2000*

Nas Eleições Municipais de 2000 estavam aptos a votar 832 mil eleitores. Organizados em dezenas de coligações, 27 partidos registraram 175 candidaturas para concorrer às cinquenta e duas vagas para o cargo de Prefeito e 4.011 para o cargo de Vereador em todo o Estado de Rondônia.

O Tribunal Superior Eleitoral enviou 2.044 novas urnas eletrônicas ao TRE-RO para serem utilizadas naquelas eleições municipais. Nessa eleição, de Extrema (limite norte de Rondônia) a Vilhena (limite sul de Rondônia), todas as seções eleitorais de Rondônia utilizaram a urna eletrônica.

Técnicos da Secretaria de Informática do Tribunal iniciaram com bastante antecedência a fase de testes do sistema eleitoral de registro de candidaturas para as eleições de 1º de outubro de 2000. Equipes de servidores visitaram municípios, checando a estrutura, instalações elétricas e condições físicas dos locais onde seriam instaladas as seções eleitorais.

Cresceu significativamente o interesse do jovem entre 16 e 18 anos para alistar-se.

Uma das novidades das Eleições Municipais foi a mudança no recebimento da justificativa eleitoral. O eleitor que se encontrava fora de seu domicílio eleitoral

pôde justificar o voto em qualquer seção eleitoral. A urna eletrônica foi adaptada tanto para processar o recebimento do voto, quanto para acolher a justificativa, agora simplificada pelo TSE, que autorizou a distribuição gratuita do formulário próprio em qualquer seção. Antes era cobrada uma taxa pelos serviços prestados pelos correios.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) regulamentou a propaganda política pela internet, seguindo as mesmas normas fixadas para a propaganda veiculada por televisão, rádios, revistas e jornais. De acordo com a decisão do TSE, a rede mundial de computadores está incluída no artigo 36 da Lei Eleitoral nº 9.504/97. Candidatos não podem inserir nas páginas dos sites conteúdos que possam configurar propaganda antecipada.

A Justiça Eleitoral, a partir das eleições de 2000, aprimorou o mecanismo até então utilizado para identificação dos candidatos, em especial àqueles com pretensão aos cargos de Vereador, que tiveram suas fotos em tamanho padronizado inseridas nas urnas eletrônicas. Já em 1996, somente os candidatos a Prefeito tiveram suas fotos lançadas na tela das urnas.



**Seções eleitorais na zona rural de Rondônia**

Com a utilização do sistema eletrônico de votação, a modernidade de um mundo informatizado movido a impulsos eletrônicos, do qual a urna eletrônica é representante, em muitos lugares contrastou com o atraso e a precariedade da vida. Conforme vê-se nas fotos abaixo:



**Seção eleitoral na zona rural de Rondônia.**



**Seção eleitoral na zona rural de Rondônia.**



**Seção eleitoral na zona rural de Rondônia.**



**Seção eleitoral na zona rural de Rondônia, instalada em uma pequena igreja.**

**Seminário "Eleições Municipais 2000"**

O Corregedor-Geral Eleitoral do TSE, Ministro Edson Carvalho Vidigal (foto ao lado), atendendo ao convite do Presidente do TRE/RO Desembargador Sebastião Teixeira Chaves abriu os trabalhos do Seminário "Eleições Municipais", dia 29/05/2000, em Porto Velho. O evento durou três dias e contou ainda com a participação dos palestrantes: Dr. Olivar Coneglian, advogado do Paraná, e do Procurador-Geral de Maceió, Dr. Adriano Soares da Costa. Os temas foram sobre "A Primeira Eleição Totalmente Informatizada, Registro de Candidatos e Atividades Cartorárias e Seus Aspectos Relevantes, Propaganda Eleitoral, e Impugnação de Registro de Candidaturas."



O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia integrou, com os demais TRE's, o "Simuladão Interno"(eleição simulada), visando as eleições municipais, realizadas simultaneamente em todo o país. As 32 Zonas Eleitorais do Estado testaram em 25 de agosto de 2000, o processo de votação da primeira eleição totalmente informatizada nos 52 municípios rondonienses.

## Eleições Gerais de 2002

### Relação dos eleitos em 2002

A	DEPUTADO ESTADUAL	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Marcos Donadon	13.313	PTB
02º	Haroldo Santos	12.223	PPB
03º	Maurão	10.336	PPB
04º	Carlão	10.222	PFL
05º	Chico Paraíba	10.175	PMDB
06º	Renato Veloso	10.143	PFL
07º	Paulo Moraes	9.196	PL
08º	Kaká Mendonça	8.990	PTB
09º	Everton Leoni	8.565	PSDB
10º	Ronilton Capixaba	7.959	PL
11º	Emílio Paulista	7.731	PPS
12º	João da Muleta	7.638	PMDB
13º	Gazoni	7.540	PDT
14º	Dr. Deusdete	7.359	PDT
15º	Ellen Ruth	7.182	PSDB
16º	Nereu	6.904	PT
17º	Beto do Trento	6.085	PSDB
18º	Amarildo	6.027	PDT
19º	Edézio Martelli	5.320	PT
20º	Daniel Néri	5.071	PSDB
21º	Doutor Carlos	4.618	PT
22º	Néri Firigolo	4.378	PT
23º	Chico Doido	3.957	PSB
24º	Leudo Buriti	3.829	PSL

#### SUPLENTE QUE ASSUMIRAM

01º	Neodi de Oliveira	7.481	PL
-----	-------------------	-------	----

I

A	GOVERNADOR	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Ivo Cassol	348.081	PSDB

	SENADOR	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Fátima Cleide	233.365	PT
02º	Valdir Raupp	210.413	PMDB

	DEPUTADO FEDERAL	QUANT. VOTOS	PARTIDO
01º	Confúncio Moura	39.559	PMDB
02º	Nilton Capixaba	36.129	PTB
03º	Agnaldo Muniz	35.707	PTB
04º	Marinha Raupp	31.963	PMDB
05º	Sérgio carvalho	22.741	PSDB
06º	Miguel de Souza	18.168	PFL
07º	Eduardo Valverde	15.116	PT
08º	Anselmo de Jesus	13.777	PT

#### SUPLENTE QUE ASSUMIRAM

01º	Hamilton Casara	15.218	PSDB
-----	-----------------	--------	------

I

Além da disputa presidencial, 26 partidos divididos em 9 coligações concorreram às eleições de 2002 em Rondônia. Ao todo, foram 538 candidatos - 7 candidatos ao Governo do Estado; 16 candidatos ao Senado; 116 candidatos a Deputado Federal e 399 a Deputado Estadual.

Nessa eleição, através do site eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)) os eleitores puderam consultar dados de todos os candidatos que disputavam aquele pleito.

A fim de ampliar o sistema de segurança das urnas eletrônicas, naquele ano o TSE estabeleceu que representantes dos partidos políticos a partir daquelas eleições teriam assinaturas eletrônicas em todos os programas referentes às eleições. Antes, apenas a Justiça Eleitoral promovia a assinatura eletrônica dos programas. Com a nova medida, os partidos puderam verificar suas assinaturas para conferir se os programas eram originais no momento do pleito e da apuração.

O TSE revisou o número de vagas de vereadores para cada município, readequando a proporção entre representantes nas Câmaras Municipais e a quantidade de habitantes de cada localidade. Assim, inúmeras cadeiras de vereadores em todo o país, inclusive no estado de Rondônia foram extintas.

Para as eleições daquele ano, foram adquiridas novas urnas eletrônicas que substituíram as primeiras urnas adquiridas em 1996, que passaram a ser aproveitadas como reserva técnica e também no treinamento de eleitores.

### **Novidade no Sistema de divulgação dos resultados da eleição**

O Sistema denominado Divulga2004 foi a ferramenta oficial disponibilizada pelo TSE e utilizada pelo TRE – RO para a divulgar os resultados das Eleições em 2004. O Divulga2004 incorporou diversas funcionalidades de outros sistemas que eram utilizados na Justiça Eleitoral.

Ainda em 2004, o TRE – RO inovou ao implantar o sistema dos Juizados Especiais no dia da eleição, com vistas à solução imediata de crimes de menor potencial ofensivo, praticados no dia do pleito.

### **Candidatos ficha limpa, Segurança das Eleições e Juizado Especial Criminal inovações pioneiras.**

O Tribunal, de modo pioneiro, no ano de 2002 dava interpretação inovadora ao princípio da presunção de inocência e indeferia o pedido de registro de candidatura daquele que ostentasse condenação criminal, ainda que sem o trânsito em julgado da decisão condenatória.

Naquele ano, com base no voto da juíza-relatora Marialva Daldegan Bueno, indeferiu-se o registro de um candidato a deputado federal, porquanto a folha de antecedentes indicava estar ele respondendo por crimes de seqüestro, cárcere privado furto e quadrilha ou bando. O acórdão nº 106 de 29 de julho de 2002 assim dispunha: constatando-se dos autos que os antecedentes do requerente não são recomendáveis, por violação do princípio da moralidade na administração pública, indefere-se o pedido de registro de candidatura. Exegese do § 9º, do art. 14, da Constituição da República. - Registro indeferido, nos termos do voto da Relatora.

Novamente, nas Eleições Municipais de 2004, indeferiu-se o registro de um candidato a prefeito. Nesse caso, ele respondia a processos criminais por tráfico de drogas, formação de quadrilha, estelionato e falsidade ideológica. O Tribunal, por maioria, indeferiu o registro. Relator o caso, o desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, conforme decisão constante do acórdão nº 159 de 10 de agosto de 2004.

O assunto repercutiu na reunião do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do País, realizada nos dias 6 e 7 de setembro de 2004, em Florianópolis – SC. Naquele conclave, o Desembargador Eliseu Fernandes, presidente do TRE/RO suscitou a questão e foi prontamente apoiado pelo presidente do TRE/ RJ Desembargador Marcus Faver, que também defendia ser legítimo o indeferimento do registro de candidatos condenados em ação penal.

“Vejo que denúncia não pode impedir o registro de quem se propõe a sair candidato. Mas entendo que no caso de condenação criminal, sim, pois uma pessoa condenada criminalmente não pode gerenciar a coisa pública. É neste aspecto que temos batido”, definiu o presidente do TRE/RO, na oportunidade.



## Eleições 2004

Como se percebe, essa visão inovadora do tribunal constitui-se em verdadeiro embrião do que a partir de ampla mobilização popular fez com que Congresso Nacional aprovasse a Lei Complementar n° 130/2010, conhecida popularmente como “Lei da ficha limpa” cuja aplicação somente se efetivaria, nas Eleições 2012.



Des. Eliseu Fernandes

Ainda nas Eleições Municipais de 2004 foi criada a Comissão de Segurança das Eleições, que dentre outras realizações promoveu a capacitação de 500 (quinhentos) policiais militares na Capital, com vistas a atuação da força policial durante o pleito em todo o Estado de Rondônia. Fato que tem se repetido com êxito em todas as eleições que se sucederam.

O tribunal edita e atualiza a cada eleição, o Guia de Segurança das Eleições - concebido para servir de “Manual” de consulta pelos policiais envolvidos no esquema de segurança das eleições, auxiliando-os na adoção de procedimentos diante de situações práticas, todavia em razão de sua linguagem simples, clara e direta, mostra-se útil não só aos policiais mas também a todos que desejam entender um pouco mais sobre o processo eleitoral.

## 60 Anos da Justiça Eleitoral

### O TRE comemorou os 60 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral no Brasil

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia comemorou, dia 2 de agosto de 2005, os 60 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral no Brasil com entrega de certificados a alunos/mesários do Programa Eleitor do Futuro, em solenidade que reuniu autoridades dos três Poderes, jovens estudantes, instituições, imprensa e servidores. O presidente do TRE/RO, desembargador Eliseu Fernandes, disse que os 60 anos da Justiça traduzem várias conquistas que o processo democrático trouxe ao povo brasileiro, especialmente na qualidade das eleições, mas criticou a posição de políticos que ainda tentam utilizar a compra de votos para eleger-se. Eliseu Fernandes disse que espera também maior conscientização do eleitor a cada pleito e que deposita esperanças na juventude, os eleitores do futuro.

Ao lado da coordenadora do Programa

“Eleitor do Futuro”, desembargadora Ivanira Feitosa Borges, o presidente do TRE reafirmou o compromisso de continuar estimulando o voto ético, levando aos adolescentes e jovens palestras sobre cidadania.

Com o auditório lotado, a festa contou ainda com dezenas de alunos que participaram da eleição de prioridades das políticas públicas, em junho. O aluno Wesley, da Escola Risoleta Neves, entregou ao governador Ivo Cassol, os resultados decorrentes da Eleição de Prioridades, realizada em 28 de junho/2005 pelo Programa Eleitor do Futuro, que teve esporte e lazer eleita como a primeira prioridade dos jovens. A aluna Pamela, do Colégio Padrão, também entregou cópia dos resultados à secretária municipal de Educação, Epifânia Brasil; e o aluno Idielson, do Rio Branco, leu a poesia do Eleitor do Futuro, sob aplausos da platéia.

fizeram-se presentes inúmeras autoridades, dentre elas o desembargador Eurico Montenegro (representando a presidência do Tribunal de Justiça); a desembargadora Ivanira Feitosa; o vice-presidente em exercício do TRE, desembargador Sansão Saldanha; os juizes da Corte Eleitoral, Josélia Valentim, Walter Waltenberg Júnior, Ney Leal, Daniel Lagos e Humberto Ferreira; o procurador regional eleitoral, Reginaldo Pereira da Trindade e o representante da OAB, Odair Martini.

A sede do TRE foi decorada com banners relacionados aos períodos da Justiça Eleitoral. A decoração mereceu elogios dos visitantes e da imprensa. Após a abertura da solenidade pelo presidente do TRE, desembargador Eliseu Fernandes, foi apresentado um vídeo contendo breve documentário da Justiça Eleitoral, com depoimentos. Houve ainda exposição fotográfica e de documentos que registram fatos importantes da história da Justiça Eleitoral em Rondônia e no Brasil.

**Eleições 2006**

Organizadas pelo TRE-RO, as eleições estaduais de Rondônia em 2006 aconteceram em 1º de outubro. Nessa ocasião, Os cidadãos aptos a votar elegeriam o Presidente da República, o Governador e um Senador, além de deputados estaduais e federais. Como nenhum dos candidatos a presidente da República obteve mais da metade dos votos válidos, um segundo turno foi realizado no dia 29 de outubro.

Na eleição presidencial, o segundo turno foi disputado entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB), sendo reeleito o então presidente de Lula.

reeleito governador ainda no primeiro turno com 54,14% dos votos válidos. Em segundo lugar ficou a candidata Fátima Cleide (PT), com 25,90%. Carlinhos Camurça (PSB) obteve 12,50%; o candidato Amir Lando (PMDB) ficou com 6,17% dos votos; Adilson Siqueira (PSOL) obteve 1,12% e Edgar do Boi, 0,17%. Votos brancos foram 2,72% e nulos 6,27%.

Rondônia elegeu em 2006 8 deputados federais: Marinha Raupp (PMDB), Mauro Nazif (PSB), Eduardo Valverde (PT), Natan Donadon (PMDB), Lindomar Garçon (PV), Anselmo de Jesus (PT), Moreira Mendes (PPS), Ernandes Amorim (PTB), e 24 deputados estaduais.

	GOVERNADOR	VOTOS	PARTIDO
1º	IVO NARCISO CASSOL	387.208	PPS

	SENADOR	VOTOS	PARTIDO
1º	EXPEDITO GONÇALVES FERREIRA JUNIOR	267.728	PPS

	DEPUTADO FEDERAL	VOTOS	PARTIDO
1.	MARINHA CÉLIA ROCHA RAÚPP DE MATOS	65.420	PMDB
2.	MAURO NAZIF RASUL	43.623	PSB
3.	EDUARDO VALVERDE ARAÚJO ALVES	34.631	PT
4.	NATAN DONADON	32.747	PMDB
5.	LINDOMAR BARBOSA ALVES	31.446	PV
6.	ANSELMO DE JESUS ABREU	29.401	PT
7.	RUBENS MOREIRA MENDES FILHO	29.119	PPS
8.	ERNADES SANTOS AMORIM	26.573	PTB

Os candidatos ao governo de Rondônia foram: Ivo Cassol (PPS), Fátima Cleide (PT), Carlinhos Camurça (PSB) Amir Lando (PMDB) O candidato Ivo Cassol foi

A

	DEPUTADO ESTADUAL	VOTOS	PARTIDO
1.	JUAN ALEX TESTONI	13.766	PTN
2.	LUIZ CLAUDIO PEREIRA ALVES	13.191	PTN
3.	DANIELA SANTANA AMORIM	12.861	PTB
4.	JIDALIAS DOS ANJOS PINTO	12.421	PMDB
5.	JESUALDO PIRES FERREIRA JUNIOR	12.015	PSB
6.	JOSÉ AMAURI DOS SANTOS	11.849	PMDB
7.	MARCOS ANTÔNIO DONADON	11.779	PSL
8.	EUCLIDES MACIEL DE SOUZA	11.634	PSL
9.	NEODI CARLOS FRANCISCO DE OLIVEIRA	10.880	PSDC
10.	ISEQUIEL NEIVA DE CARVALHO	10.043	PPS
11.	WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA	9.032	PSB
12.	ALEXANDRE BRITO DA SILVA	8.598	PSDC
13.	LUIZ ALBERTO GOEBEL	8.331	PV
14.	JAIR MIOTTO	7.936	PPS
15.	JOAO RICARDO CEROLOMO DE MENDONÇA	7.220	PTB
16.	MIGUEL SENA FILHO	7.084	PV
17.	VALTER ARAÚJO GONÇALVES	6.786	PTB
18.	MAURO DE CARVALHO	6.528	PP
19.	FRANCISCO CARVALHO DA SILVA	6.305	PMDB
20.	FRANCISCO GALDINO DANTAS	6.293	PT
21.	NERIFIRIGOLO	6.038	PT
22.	MAURO RODRIGUES DA SILVA	5.153	PSDB
23.	JOSÉ RIBAMAR DE ARAUJO	5.014	PT
24.	VALDIVINO RODRIGUES DE ALMEIDA	4.402	PRP

## ***Comissão do Congo conhece sistema de votação no TRE-RO***

Membros da Comissão Eleitoral Independente da República Democrática do Congo visitaram em 2007 o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, onde foram recepcionados pelo presidente do TRE/RO, desembargador Gabriel Marques de Carvalho, o diretor-geral Hedson Tatibana, Membros da Corte e servidores. A delegação veio conhecer de perto o sistema de votação eletrônica.

Integravam a Comissão Apollinaire Muchulongo Malumalu,- Presidente da Comissão Eleitoral Independente do Congo; Flavien Misoni,- Diretor Nacional de Operações; Serge Mabulay - Coordenador da Área Técnica; Musavuli Simanga, - Administrador de Redes do Centro Nacional da CEI; e Sylvestre Somo Mwaka, Assistente.

A comitiva foi acompanhada na oportunidade pela juíza de Direito de Rondônia, Sandra Aparecida Silvestre e na sede do TRE conheceu a logística de transmissão de dados em localidades de difícil acesso e o projeto de distribuição de urnas eletrônicas.



**Representantes da República do Congo acompanhando transmissão de votos via satélite.**

## ***TRE-RO recebe certificado de Gestão Pública***

Numa outra ação considerada pioneira em Rondônia, o Tribunal aderiu no ano de 2007 ao programa denominado GESPÚBLICA. Essa iniciativa tinha como objetivo melhorar ainda mais a qualidade do serviço prestado pelo órgão. Dentro das propostas de melhoria, a Carta de Serviços ao Cidadão/Usuário é uma das que mais evidencia e unifica os procedimentos de atendimento prestados aos cidadãos, foco de toda a qualidade a ser apresentada pelo serviço público brasileiro.

O processo do Programa Gespública no TRE de Rondônia teve início no dia 30 de agosto de 2007, quando foi realizada a primeira auto-avaliação de gestão, que contou com a participação efetiva de cerca de oitenta servidores e culminou com a entrega ao Tribunal, do Certificado de Nível de Gestão pelo Núcleo Estadual do Programa Nacional de Gestão Pública, no dia 19 de dezembro de 2007.

Nessa solenidade, o TRE foi representado pelo presidente, desembargador Gabriel Marques de Carvalho, o vice-presidente desembargador Roosevelt Queiroz Costa. O evento contou ainda com a participação de servidores da administração e dos cartórios eleitorais.

Com base nas orientações do GESPÚBLICA e atendendo meta estabelecida pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça, foi elaborada a Carta de Serviços ao Cidadão Usuário da Justiça Eleitoral, buscando evidenciar e unificar os procedimentos de atendimento prestados aos cidadãos. A Carta de Serviços está disponível no site do Tribunal em: [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**Foto de candidato a vice-prefeito  
aparece na tela da urna pela  
primeira vez**

No dia 5 de Outubro de 2008, o eleitor se deparou com mais uma inovação. Pela primeira vez, a foto do candidato a vice-prefeito aparecia na tela da urna eletrônica. Antes, só era possível ver a foto do candidato a prefeito. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou, em junho daquele ano, alteração nas informações exibidas pelas urnas eletrônicas que permitiu a inserção da foto do candidato a vice-prefeito. A intenção era informar o eleitor sobre os candidatos.

**O TRE - RO promove em 2008 o I  
Seminário de Direito Eleitoral**

Com foco nas eleições de 2008, a Justiça Eleitoral de Rondônia, através da Escola Judiciária Eleitoral, realizou, no período de 24 a 27 de junho do corrente ano, o “I Seminário de Direito Eleitoral”, cujas atividades ocorreram no auditório do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

Participaram do evento os membros da Corte Eleitoral rondoniense, juízes e promotores eleitorais, servidores de todas as zonas eleitorais do Estado de Rondônia e demais servidores da Secretaria o Tribunal.

O objetivo era discutir temas relevantes para o pleito eleitoral de 2008, oportunizando àqueles que atuaram no processo eleitoral a consolidação de seus conhecimentos através de amplo debate acerca do Direito Eleitoral, tendo como fim último, a excelência dos serviços públicos prestados à coletividade, pelo TRE-RO.

O evento teve como palestrantes o renomado jurista, - Juiz Federal e professor, Omar Chamon; o Ministro do TSE, Francisco Peçanha Martins.

Ainda como parte dos atos preparatórios ao pleito daquele ano, a Coordenação de Segurança das Eleições, promoveu reunião geral com as Polícias Militar, Federal e Rodoviária Federal, dias 17 e 18 de agosto.

Outro evento marcante foi o Seminário “Candidato Consciente, Eleições Limpas”, promovido pela 22ª Zona Eleitoral de Porto Velho, em 26 de setembro de 2008.

### **TRE-RO implanta Diário da Justiça Eletrônico**

Por força da Resolução do TRE-RO n. 15, de 23 de junho de 2009 que instituiu o Diário todas as decisões da Justiça Eleitoral de Rondônia passaram a ser oficialmente publicadas no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (Dje/TRE-RO) a partir de 1º de outubro de 2009.

Até 30 de setembro, a publicação ocorrera no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, quando os atos oficiais da Justiça Eleitoral rondoniense deixaram de ser publicados nesse veículo, passando definitivamente para o Diário do TRE.

A vantagem principal com essa mudança foi a redução de gastos, pois a adoção desse instrumento de publicação não trouxe custos financeiros para o TRE, porquanto a operacionalização, é realizada por servidores do próprio Tribunal.

### **Criação da Ouvidoria**

A Ouvidoria do TRE/RO foi criada através da Resolução n. 27/2010, em virtude da necessidade de proporcionar maior transparência à prestação jurisdicional eleitoral e a necessidade de aprimoramento dos serviços. Seu papel é aproximar a sociedade, permitindo que haja uma participação popular cada vez mais ativa na Administração Pública.

A Ouvidoria atua na defesa da cidadania, buscando a qualidade dos serviços prestados, por meio do recebimento de reclamações, denúncias, dúvidas, críticas, sugestões e elogios. Dentre as atribuições da Ouvidoria está o atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), garantindo a escuta, análise e resposta das demandas do cidadão.

Os assuntos que apresentam dúvidas e questionamentos mais comuns à Ouvidoria do TRE-RO estão relacionados na seção dúvidas frequentes, outras consultas podem ser realizadas de forma presencial, Av. Presidente

### **O planejamento Estratégico do Tribunal**

O ano de 2009 foi marcado por outra importante inovação introduzida pelo TRE. Trata-se da implantação do seu Planejamento Estratégico. A elaboração do Planejamento Estratégico originou-se da opção institucional por uma gestão estratégica, fomentada pela necessidade de adoção de métodos sistematizados e controlados de planejamento, alinhado à razão de existir e à perspectiva de futuro da instituição.

Assim, em julho de 2009, este Tribunal teve seu planejamento estratégico aprovado pela Corte Eleitoral, já contemplando algumas das diretrizes da Resolução nº 70 do CNJ, que dispõe sobre o planejamento estratégico no âmbito do Poder Judiciário.

Dutra, 1889, bairro Areal ou em um Cartório Eleitoral, através do E-mail: [ouvidoria@tre-ro.gov.br](mailto:ouvidoria@tre-ro.gov.br) ou do facebook (<https://www.facebook.com/Trerondonia>).

O primeiro Ouvidor do TRE-RO foi o Juiz Federal Élcio Arruda, sendo sucedido pelo Jurista, Sidney Duarte Barbosa. O atual Ouvidor Eleitoral é o Juiz Juacy dos Santos Loura Júnior, membro da Corte Eleitoral pela classe dos Juristas, com mandato até 10/06/2014.



Juacy dos Santos Loura Júnior (a direita) em entrevista sobre os serviços prestados pela Ouvidoria.

### **Voto em trânsito e identificação biométrica novidades nas eleições 2010**

Em 2010, o voto em trânsito era uma nova opção para o eleitor que estivesse ausente do domicílio eleitoral no dia do pleito. Ele poderia solicitar à Justiça Eleitoral a transferência provisória do título para qualquer capital do Brasil e votar para presidente da República. O prazo para pedir a transferência era até 15 de agosto daquele ano.

Ao se registrar em qualquer cartório eleitoral do País, o cidadão deveria informar a capital onde estaria presente em 3 de outubro (1º turno das eleições) ou em 31 de outubro (2º turno). Outro requisito para votar em trânsito era que o eleitor precisava estar em dia com as obrigações eleitorais.

### **Resultado das eleições**

As eleições estaduais realizadas pelo TRE-RO em 2010 aconteceram em 3 de outubro. Os cidadãos aptos a votar elegeram o Presidente da República, o Governador do Estado e dois Senadores, além de deputados estaduais e federais. Em Rondônia, foram cinco os candidatos ao cargo de governador, sendo que o candidato Expedito Junior (PSDB) teve o pedido de registro de sua candidatura indeferido pelo TRE, com base da lei da Ficha Limpa, que, pela primeira vez, proibia políticos condenados em segunda instância (decisão de mais de um juiz) de participar do processo eleitoral. Concorreram ainda os candidatos: Confucio Moura - PMDB Eduardo Valverde - PT, João Cahulla - PPS - Prof. Marcos Sussuarana - PSOL.

Nenhum dos candidatos tanto a presidente da República quanto a governador de Rondônia receberam mais da metade dos votos válidos, por isso um segundo turno de votação foi realizado no

dia 31 de outubro. A eleição presidencial em segundo turno de votação foi disputada entre os candidatos Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB), com a vitória de Dilma. Ao cargo de governador de Rondônia disputaram o segundo turno os candidatos Confúcio Moura e João Cahulla, sagrando-se vencedor o candidato Confúcio.

### **Eleições Parametrizadas**

Além das Eleições oficiais, uma atividade que tem despertado interesse da sociedade é a realização de eleições parametrizadas ou não-oficiais, solicitadas por órgãos de representação social. Dentre as solicitações atendidas, destacam-se os Conselhos Regionais, Conselhos Tutelares, Sindicatos e Associações. Tal atividade tem servido para estimular a participação da população no processo de escolha de seus representantes nessas áreas, além de aproximar ainda mais a Justiça Eleitoral do Cidadão garantido ou mesmo aumentando o nível de confiança na instituição.

## **Eleitos em 2010**

Governador: CONFÚCIO AIRES DE MOURA  
Vice-Governador: AIRTON PEDRO GURGACZ

### **Senadores**

VALDIR NARCISO DE MATOS  
1º Suplente: TOMAS GUILHERME CORREIA  
2º Suplente: MANOEL ANGELO CHAGAS

IVO NARCISO CASSOL

1º Suplente: REDITARIO CASSOL  
2º Suplente: MANOEL ANGELO CHAGAS

### **Deputados Federais Eleitos**

MARINHA CELIA ROCHARAUPP DE MATOS  
MAURO NAZIF RASUL  
NILTON BALBINO  
CARLOS MAGNO RAMOS  
RUBENS MOREIRA MENDES FILHO  
LINDOMAR BARBOSA ALVES  
MARITON BENEDITO DE HOLANDA  
MARCOS ROGÉRIO DA SILVA BRITO

### **Deputados Estaduais Eleitos**

VALTER ARAUJO GONCALVES  
JOSÉ FRANCISCO ARAUJO  
JESUALDO PIRES FERREIRA JUNIOR  
JOSE EURIPEDES CLEMENTE  
GLAUCIONE MARIA RODRIGUES  
LUIZ ALBERTO GOEBEL  
NEODICARLOS FRANCISCO DE OLIVEIRA  
LUIZ CLAUDIO PEREIRA ALVES  
JACQUES TESTONI  
JEAN CARLOS SCHEFFER OLIVEIRA  
CLECIO MARCELINO TENORIO DE ALMEIDA  
EUCLEDES MACIEL DE SOUZA  
LORNAL RIBEIRO AMORIM  
JOSÉ HERMÍNIO COELHO  
VALDMINO RODRIGUES DE ALMEIDA  
EPIFÂNIA BARBOSA DASILVA  
EDSON MARTINS DE PAULA  
ADELINO ÂNGELO FOLLADOR  
SAULO MOREIRA DA SILVA  
JOSÉ RIBAMAR DE ARAÚJO  
DAVID DE MENEZES RESE  
EDVALDO RODRIGUES SOARES  
ANA LUCIA DERMANI DE AGUIAR  
FLAVIO HONORIO DE LEMOS



**Corregedor Regional Eleitoral, Desembargador Rowllson Teixeira, proclama o resultado das eleições 2010**



**Desembargadora Zelite Andrade Carneiro e Diretora Geral do TRE-RO, Elizeth Mesquita, visitam presídio para acompanhar votação dos presos provisórios.**

### Lei da Ficha Limpa

A Lei Complementar 135/2012, conhecida como lei da Ficha Limpa foi talvez a grande novidade das eleições 2012. O TRE de Rondônia já havia aplicado a Lei Complementar 135/2012 nas eleições de 2010, indeferindo registros de candidatos com fundamento nessa norma. No entanto, posteriormente, o STF - Supremo Tribunal Federal entendeu que a Lei só valeria a partir das eleições 2012.

### Prestação de contas

Nesse ano, o Sistema de Prestação de Contas Eleitorais trouxe novas ferramentas. Tornou-se possível, por exemplo, a emissão dos recibos eleitorais pelo próprio sistema. Antes, o diretório nacional tinha que custear a confecção de recibos eleitorais e distribuí-los aos órgãos partidários estaduais e municipais.

### Sistema de Peticionamento Eletrônico

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia regulamentou a utilização do Sistema de Peticionamento Eletrônico para a prática de atos processuais, disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral aos regionais, para o envio de petições e recursos, bem como para a prática de atos processuais em geral por meio da transmissão eletrônica de dados e imagens pela internet.

Para utilizar do sistema o advogado era ter certificado digital e preencher o formulário de cadastramento, especificando a origem dos fatos, o endereçamento, a classificação da petição, as partes, arquivos e anexos da petição, além de possuir os programas básicos necessários para o funcionamento do sistema. A petição era transmitida por meio do serviço “Petição Eletrônica”, disponível nos portais do TRE-RO ou do

nos portais do TRE-RO ou do Tribunal Superior Eleitoral.

### Outras atividades realizadas em 2012

Sob o comando da Des<sup>a</sup>. Ivanira Feitosa Borges as Eleições Municipais de 2012 se realizaram com muita tranquilidade, merecendo destaque as atividades que antecederam o pleito, a saber: conclusão do Recadastramento Biométrico da Capital e das localidades de Itapuã do Oeste, Candeias do Jamari e de Castanheiras; ações para melhoria da acessibilidade de idosos e pessoas com deficiência, consistentes em capacitação de atendimento e adaptações arquitetônicas.

Com respeito ao meio ambiente, foram tomadas medidas voltadas à redução do consumo de energia elétrica, continuidade da coleta seletiva de lixo e evento de sensibilização para proteção do meio ambiente.

No campo social, com foco na formação política e cidadã, registraram-se iniciativas para estimular a participação política como os projetos “Mesário na Telinha” e “Patrulha Eleitoral”; com foco no aperfeiçoamento do processo eleitoral foram promovidos encontros e seminários: Seminário de Segurança das Eleições, Seminário para as Eleições 2012 e Encontro de Avaliação das Eleições 2012.

Com foco na valorização do servidor e resgate da memória eleitoral foi promovido o concurso de Crônicas Eleitorais, como parte da celebração dos 30 anos de instalação do Tribunal Regional Eleitoral em Rondônia.

Com ênfase na melhoria da gestão foi realizado projeto piloto de mapeamento, simplificação e padronização do processo de trabalho do Registro de Candidatura e criado o Gabinete de Gerenciamento de Crise concentrado na Diretoria - Geral.



Juiz Eleitoral João Luiz Rolim Sampaio anuncia o resultado das eleições municipais de 2012



## ***Eleições 2012***



Em 2012, eleitores acompanham o resultado das eleições pelo telão do TRE-RO.



Platão do 148 no primeiro turno das eleições 2012.

## ***Eleições 2014***

### **TRE antecipa os preparativos para Eleições de 2014**

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com o objetivo de definir as rotas para transporte das urnas eletrônicas para as Eleições 2014, mapeou os pontos de transmissão dos resultados, para tanto Técnicos da STI- Secretaria de Tecnologia da Informação realizaram uma série de visitas técnicas em todos os Cartórios Eleitorais do Estado de Rondônia.

O primeiro Cartório a receber a equipe do TRE-RO foi a 1ª Zona Eleitoral de Guajará-Mirim, que também possui jurisdição sobre o Município de Nova Mamoré. A equipe, composta de servidores do Cartório Eleitoral e do TRE-RO, mapeou 19 rotas de transporte (11 em Guajará e 8 em Nova Mamoré).

Nas áreas rurais, por força das dificuldades de deslocamento (a grande parte é fluvial e há casos de transporte aéreo), em regra, a equipe definiu um local de votação para cada veículo/rota. Já nas áreas urbanas, com o transporte mais facilitado (terrestre), há rotas em que o mesmo veículo atenderá quatro ou cinco locais de votação.

Ao realizar essas atividades, a Justiça Eleitoral de Rondônia pode com precisão, definir a quantidade necessária de veículos para a distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e os recursos necessários para transmissão de boletins de urnas em todos os locais de votação, promovendo ainda mais celeridade quando da apuração dos resultados das eleições.

Outra iniciativa da STI se refere ao levantamento patrimonial do parque tecnológico. O trabalho final consistiu em levantar o patrimônio de TI, antecipando os inventários necessários em fechamentos de ano e colhendo informações de demandas por equipamentos de informática, dando início ao reaparelhamento do parque computacional dos cartórios.

A presidente do TRE-RO, desembargadora Ivanira Feitosa Borges, apoiou inteiramente a iniciativa, posto que durante a última reunião de avaliação das eleições com os chefes de cartório, assumira o compromisso de reequipar os cartórios de Rondônia.

### **Carta Eleitoral da Amazônia e as Eleições Gerais de 2014**



Com a presença do ministro Henrique Neves, do Tribunal Superior Eleitoral, e após um dia de debates em reunião inédita, realizada em Roraima no

## **Eleições 2014**

dia 09 de agosto de 2013, desembargadores dos Tribunais Regionais Eleitorais da Amazônia Legal assinaram a *Carta Eleitoral da Amazônia*, na qual constam as principais demandas da Justiça Eleitoral na região. O documento destaca a peculiaridade das eleições na Amazônia, cuja área ocupa mais de 61% do território do país, desafiando o planejamento em logística, diante das grandes distâncias em estradas e viciniais intrafegáveis, além de acesso restrito por rios e áreas indígenas.

A desembargadora Ivanira Borges, presidente do TRE de Rondônia comentou a palestra 'Peculiaridades Eleitorais na Amazônia', proferida por Gursen de Miranda e destacou o ineditismo da reunião. "A gente tem que se conter para não chorar ouvindo e assistindo a realidade da nossa Amazônia. Hoje, graças a Deus os presidentes estão empenhados em realizar esses Encontros. Eu já passei pela Corte Eleitoral diversas vezes, e nunca tínhamos parado para nos reunir e falar dos problemas específicos da nossa região. Parabenizo o TRE de Roraima pela iniciativa".

O ministro Henrique Neves, do Tribunal Superior Eleitoral, elogiou a reunião e afirmou que "é preciso tratar de forma diferente, lugares diferentes. As desigualdades da Amazônia são geográficas, são climáticas. O clima influencia muito no planejamento. As ações devem ser realizadas de acordo com as características, com o contexto e com a sociedade onde são realizadas".

Sobre os preparativos às 'Eleições Gerais de 2014' foi aprovada a unanimidade a proposta de se levar ao conhecimento da população todo

o trabalho realizado pela Justiça Eleitoral nos anos não eleitorais, planejamento este que resulta em eleições rápidas, seguras, um modelo em todo o mundo.

### **TRE-RO disponibiliza duas novas ferramentas para operadores do Direito**

A Justiça Eleitoral de Rondônia, visando ampliar e dinamizar o acesso à informação, disponibiliza duas novas ferramentas de trabalho para os operadores do Direito e interessados em geral, o "Informativo do TRE-RO", com julgados do Tribunal compilados mensalmente e por assunto, e o sistema "iPleno", através do qual é possível acompanhar "on-line" o andamento e resultado dos processos julgados em sessão.

A proposta de criação e disponibilização das novas ferramentas partiu do Corregedor Regional Eleitoral, desembargador Sansão Saldanha. A partir de então foi criado um Grupo de Trabalho, formado por servidores do TRE-RO, o que viabilizou a implantação das novas ferramentas.



***Capítulo VII***  
***"Aqui toda a vida se engalana..."***





O Governo do Estado criou o Shopping Cidadão, programa que reúne em um só endereço os serviços essenciais, permitindo que as pessoas obtenham todos os seus documentos num mesmo local. Rondônia conta com duas unidades do Shopping Cidadão.

Nas duas unidades do Shopping Cidadão, em Porto Velho e Jí-Paraná, o TRE promove o alistamento e a transferência eleitoral, alteração dos dados do eleitor (endereço, estado civil, etc.), segunda via, expedição de certidões, orientação sobre a justificativa eleitoral, ou seja, todos os serviços oferecidos pelo cartório eleitoral, exceto a expedição de certidões.

atendimento estratégico da Justiça Eleitoral, pela facilidade de acesso e localização privilegiada.



Atendimento ao eleitor.

### Atendimento ao Eleitor

Desde o ano de 2003, o Shopping Cidadão de Porto Velho recebe centenas de visitantes por dia. Situado na Av. Setede Setembro - Centro, tornou-se um ponto de

## 12 Encontro sobre Acessibilidade da Justiça Eleitoral de Rondônia

Buscando sensibilizar os servidores e aproximar os eleitores com deficiência de suas demandas, a Comissão de Acessibilidade do TRE-RO, em parceria com a Agenda Ambiental aderiu ao movimento em torno do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21/09), com a realização do 1º Encontro sobre Acessibilidade da Justiça Eleitoral de Rondônia, ocorrido em 10 de

Outubro devido à proximidade das Eleições 2010. O evento contou com a participação de aproximadamente 150 pessoas, entre servidores, representantes de Associações, eleitores com deficiência e colaboradores da Secretaria Estadual de Educação.



Da esquerda para a direita: Indira Simionatto - Presidente da ASPVH, Francisco Mário Tavares - Vice Presidente da FEDER, Ercias Rodrigues - Procurador da República, Desª Zelite Andrade Carneiro - Presidente do TRE/RO, Elizeth Afonso de Mesquita - Diretora Geral do TRE/RO, Carlos Rodrigues Cataca - Presidente da ASDEVRON.



Participantes do encontro.



Colaborador auxiliando o acesso de eleitora com deficiência até a seção eleitoral.

A Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia foi criada através da Resolução n. 009 de 14 de maio de 2003 e instalada em sessão solene datada de 6 de junho do mesmo ano com uma homenagem inédita no País a mesários que atuam nas eleições. Na ocasião, o Ministro Sálvio Figueiredo, o presidente do TRE, desembargador Valter de Oliveira, e demais membros da Corte entregaram certificados a 35 mesários, representando a categoria. Valter de Oliveira assinalava, na oportunidade que o ato buscava chamar a atenção de todos os brasileiros, cuja participação com lisura no processo eleitoral firmará cada vez mais os pilares da democracia.

A desembargadora Zelite Andrade Carneiro, tornou-se a primeira Diretora da Escola Judiciária, e pela Portaria 110/2003, de 03 de julho de 2003, foi designado o servidor Cícero João de Freitas para exercer a função de Secretário da EJE; os servidores Ademar Penha Mendes, Erivana Santos Rosa Penedo, Ivanira de Sousa Lopes, Marta de Lúcia Silva, Elza Maria Sanzovo Grano e Ronaldo Pontes compunham a equipe de apoio com a finalidade auxiliar a Direção nas atividades a serem desenvolvidas pela Escola, o que efetivamente se consolidou com o lançamento em Rondônia do Programa Eleitor do Futuro, no dia 28 de novembro de 2003.

O fato é que desde então a EJE-RO vem cumprindo o seu papel institucional de entidade disseminadora do conhecimento, divulgando o Direito Eleitoral e contribuindo de modo concreto para o fortalecimento da Democracia e do Estado de Direito.

Por todos esses anos, a EJE executou ações visando à formação e a capacitação de magistrados, servidores e outros operadores do Direito, que militam na seara Eleitoral em Rondônia. Nesse sentido, destacam-se Seminários, palestras, encontros, cursos diversos, concursos, dentre outros.



A Pós-Graduação na área eleitoral, por exemplo, é uma iniciativa pioneira da EJE em Rondônia. Em 2007, durante a gestão do desembargador Roosevelt Queiroz Costa, então Diretor da escola, formaram-se os primeiros especialistas em Direito Eleitoral e Processo Eleitoral do Estado. Sob a gestão do Juiz José Torres Ferreira, no biênio, 2008/2010 realizou-se a segunda Pós-Graduação promovida pela EJE-RO.

Os cursos eram compostos por turma de até 70 alunos, integrada por magistrados, membros do Ministério Público, defensores públicos, advogados, servidores e representantes de entidades civis organizadas que lidam com o Direito Eleitoral. As aulas eram ministradas no auditório do TRE de Rondônia.

Outra ação a merecer destaque é o I Concurso de frases da Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia, realizado em 2011, sob a coordenação do Diretor da Escola, Juiz João Adalberto Castro Alves.

Intitulado As melhores frases relacionadas à Educação Política, esse projeto teve origem no TRE do Acre, em experiência bem sucedida. No TRE-RO recebeu 219 orações de 23 escolas públicas e particulares. As escolas vencedoras receberam um troféu e um banner com a foto dos alunos premiados e as frases produzidas por eles. Quanto ao professor-incentivador, este era contemplado com um certificado honorífico de participação. O coroamento do concurso se deu com a divulgação das 35 frases vencedoras em outdoors afixados em pontos estratégicos da Capital, no ano de 2012, quando da preparação para as eleições municipais.

Em 2013, sob a direção do Juiz José Jorge Ribeiro da Luz, realizou-se uma série de eventos em comemoração aos 10 anos de existência da Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia dentre as atividades destacam-se a instalação da galeria em homenagem aos ex-diretores da EJE; a editoração





Juiz José Jorge Ribeiro da Luz por ocasião da palestra inaugural do Projeto Quartas Eleitorais

de uma revista e implantação do projeto Quartas eleitorais, cujo objetivo é levar a discussão do Direito Eleitoral para o meio acadêmico.

Dirigiram a EJE-RO desde sua instalação os desembargadores Zelite Andrade Carneiro, Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes e Roosevelt Queiroz Costa; os Juízes de Direito José Torres Ferreira e João Adalberto Castro Alves e o jurista Francisco Reginaldo Joca.

No dia 09 de agosto de 2013, a Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia (EJE-RO) realizou a Primeira Palestra do Projeto Quartas Eleitorais no auditório da Faculdade Católica de Rondônia.

A palestra foi inserida na Semana Acadêmica daquela instituição, levando para exposição o tema Propaganda Eleitoral e “Lei da Ficha Limpa”, com palestra proferida pelo Membro da Corte do TRE/RO e Diretor da EJE, Juiz José Jorge Ribeiro da Luz.



Cerimônia de premiação do I Concurso de frases da Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia, realizado em 2011, sob a coordenação do Juiz João Adalberto Castro Alves - Diretor da EJE-RO.

### Frases premiadas

***“A mudança do País se dá pela responsabilidade de votarmos certo, com consciência e justiça”.***

Autor (a): Lilian Cristina Araújo Martins, 10 anos - 6º ano escolar - Escola Estudo e Trabalho.

***“Um cidadão é aquele que discute, debate e decide desde criança”***

Autor (a): Renan Davi Uchoa M. de Medeiros, 9 anos - 3º ano escolar - Colégio Terra Nova.

### **Gincana da Cidadania**

A Gincana da Cidadania, Projeto promovido e coordenado pela Escola Judiciária do TRE de Rondônia, tem como objetivo contribuir para a formação do jovem eleitor, por meio de visitas, palestras e encontros entre o juiz eleitoral e os alunos do ensino médio.

No dia 4 de Novembro de 2013, a Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia, dando continuidade às atividades da Gincana da Cidadania, levou cerca de 80 alunos das Escolas Marcos Freire, Ulisses Guimarães, Flora Calheiros Cotrim, JK, Wadih Darwich Zacharias, Joaquim Vicente Rondon, Bela Vista e Carlos Drumond de Andrade (localizada em Candeias), para conhecer a Câmara Municipal de Porto Velho.



Estudantes conhecem a Câmara Municipal de Porto Velho.

### ***Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - 30 ANOS***

#### **Ações comemorativas marcam 30 anos de instalação do Tribunal Regional de Rondônia**

Instalado no dia 31 de março de 1982, O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia tem se destacado nacionalmente como um órgão de vanguarda, tanto em aspectos administrativos quanto do ponto de vista de suas decisões jurídicas. Em comemoração aos trinta anos de sua instalação em Rondônia, diversas ações foram realizadas ao longo do ano de 2012.

O TRE lançou, no início do ano, a logomarca oficial dos 30 anos e o selo comemorativo em parceria com os Correios. Um documentário sobre a história do TRE fazendo um paralelo com as eleições municipais de 2012 foi exibido em diversas ocasiões solenes. Placas comemorativas foram fixadas nas dependências dos Cartórios Eleitorais e um livro de crônicas narrou de modo

descontraído episódios ocorridos no cotidiano. Finalizando as comemorações os ex-presidentes da Corte e servidores pioneiros foram homenageados.

#### **Fóruns Eleitorais receberam placas em comemoração aos 30 anos da Justiça Eleitoral de Rondônia**

Dando início ao cronograma de solenidades, no dia 1 de junho de 2012, uma comitiva da Justiça Eleitoral, dirigida pela desembargadora Ivanira Feitosa Borges, presidente do TRE-RO, visitou as Cidades de Guajará-Mirim e Costa Marques.

Em Guajará-Mirim, a cerimônia contou com a presença de autoridades dos três poderes e da imprensa local. Em seu discurso, o Juiz Eleitoral Paulo José do Nascimento Fabrício, da 1ª Zona Eleitoral, destacou a importância da inauguração do Fórum Eleitoral no Município ao mencionar que “A Justiça Eleitoral necessita estar bem aparelhada para exercer sua função e nesse

sentido o novo Fórum irá contribuir para a melhoria dos serviços prestados”, concluiu.

A Desembargadora Ivanira Feitosa Borges compartilhou com os presentes sua alegria ao inaugurar o novo Fórum Eleitoral de Guajará. Ao afirmar “Há 26 anos fui juíza aqui, na época o Fórum Eleitoral funcionava em locais cedidos por outros órgãos. Hoje, na condição de presidente do TRE, fico muito satisfeita em participar desse momento e poder ver de perto o crescimento da Justiça Eleitoral”.

Por ocasião da cerimônia de descerramento da placa comemorativa dos 30 anos da JE em Costa Marques a juíza eleitoral, Claudia Vieira Maciel de Sousa, da 5ª Zona Eleitoral, discursou para os presentes destacando a história de sucesso do Órgão. “Ao longo desses 30 anos, as dificuldades não inibiram o trabalho das pessoas que construíram e engrandeceram o nome dessa respeitável instituição. Os rondonienses podem continuar confiando nessa Justiça imparcial e sólida, razão pela qual temos motivos de sobra para comemorar os 30 anos do TRE-RO, concluiu a juíza.

A desembargadora presidente, por sua vez, lembrou às autoridades presentes que hoje a Justiça Eleitoral é apontada como uma das instituições de maior credibilidade dos brasileiros. “Essa confiança em nós depositada (Justiça Eleitoral) é fruto do trabalho profícuo desenvolvido, de longa data, pelo Judiciário Eleitoral”, salientou.



Fórum de Guajará-Mirim/RO.

### **Rolim de Moura, Santa Luzia e Alta Floresta recebem placa dos 30 anos do TRE-RO**

No dia 20 de Julho de 2012, foi a vez dos Municípios de Rolim de Moura, Santa Luzia e Alta Floresta receberem a placa comemorativa. Os juízes eleitorais Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira (15ª ZE) e Jeferson Cristi Tessila de Melo (29ª ZE) destacaram a importância da Justiça Eleitoral para a manutenção da democracia. Os magistrados foram uníssomos em afirmar que a Justiça Eleitoral está em processo de avanço contínuo e está pronta para as eleições 2012.

O juiz Eleitoral Eli da Costa Júnior, titular da 17ª ZE, enfatizou o trabalho desenvolvido no local, afirmando que “a Justiça Eleitoral não tem medido esforços para garantir o direito ao sufrágio universal. Alta Floresta possui seções eleitorais localizadas há 6h de barco, da sede do Cartório”, exemplificou.



Des<sup>a</sup> Ivanira Feitosa e Juízes Eduardo Fernandes e Jeferson Crisi.

A 19ª Zona eleitoral, com sede em Santa Luzia, possui jurisdição sobre os Municípios de Alto Alegre dos Parecis, São Felipe do Oeste e Parecis. Na oportunidade a Juíza Eleitoral, Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti, manifestou sua alegria em ter a presença da presidente do TRE, desembargadora Ivanira Feitosa Borges, naquela comarca. A magistrada destacou a atuação da Justiça Eleitoral ao longo dos últimos 30 anos e louvou o trabalho desenvolvido pelos servidores.

### **Ariquemes e Buritis comemoram os 30 anos da Justiça Eleitoral de Rondônia**

Completando mais uma etapa do cronograma de visitas às Zonas Eleitorais do Estado, a presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, desembargadora Ivanira Feitosa Borges, descerrou, no dia 25 de julho de 2012, placas em comemoração aos 30 anos da Justiça Eleitoral nos Municípios de Ariquemes e Buritis. O primeiro Município visitado foi Ariquemes, que possui 62.096 eleitores aptos a votar nas eleições municipais de 2012. O Fórum de Ariquemes abriga três Zonas Eleitorais (7ª, 25ª e 26ª ZE), Zonas que por sua vez cuidam dos Municípios de Ariquemes, Montenegro, Alto Paraíso, Cacaulândia, Cujubim e Rio Crespo.

Na solenidade estiveram presentes os magistrados Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz (7ªZE), Márcia Cristina Rodrigues Masioli (25ªZE) e Edilson Neuhaus (26ªZE), além dos promotores eleitorais das respectivas Zonas, representantes da OAB, representantes de partidos políticos do Poder Executivo e Legislativo local.

A juíza Deisy Cristhian, representando os demais magistrados,

discursou para os presentes e exaltou o trabalho desenvolvido pela Justiça Eleitoral de Rondônia ao longo dos seus 30 anos de existência. Em seguida, a presidente do TRE lembrou um pouco da história do Tribunal Eleitoral, mencionando a época em que os votos eram contados manualmente e fez um paralelo com a celeridade na apuração. Hoje em dia, poucas horas depois de encerrada a votação os brasileiros já sabem quem são os eleitos, destacou Ivanira Borges.

Em Buritis, o juiz da 34ª Zona Eleitoral, Luís Marcelo Batista da Silva, após dar as boas vindas aos presentes discursou agradecendo o trabalho desenvolvido pelos servidores da Justiça Eleitoral que sem os quais, segundo o magistrado, o trabalho no Cartório seria muito mais difícil.

Luís Marcelo lembrou ainda que, somados, Buritis e Campo novo de Rondônia possuem mais de 30.000 eleitores (Campo novo está sob a jurisdição da 34ª ZE).



Desembargadora Ivanira ao lado dos chefes de cartório de Ariquemes.



Presidente do TRE e Juizes Eleitorais de Ariquemes.



***Discurso da desembargadora Ivanira Feitosa Borges proferido no Plenário do TRE-RO, em 02 de março de 2012, por ocasião da solenidade de lançamento do selo postal em comemoração aos 30 anos de instalação do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.***

Senhoras e senhores, boa-noite.

Inicialmente, quero agradecer a presença de todos que prestigiam os eventos de hoje.

Em nome do Ex.mo Senhor Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, Des. Sansão Saldanha, cumprimento os demais presentes.

Pois bem...

Como já foi anunciado, nesta oportunidade faremos o lançamento do selo postal alusivo à comemoração dos 30 anos de instalação da Justiça Eleitoral neste Estado.

Este selo é um registro oficial desses 30 anos. Nesse período, é fácil notar que juízes eleitorais, promotores eleitorais e diversos colaboradores ajudaram a escrever uma história de bons serviços prestados à democracia... e me sinto honrada em fazer parte dessa caminhada.

Lembro quando as eleições eram apuradas contando-se cédula a cédula. Ficávamos dois ou até 3 dias dentro dos ginásios apurando as eleições. Hoje, com a urna eletrônica, a apuração da eleição ocorre em poucas horas. Portanto, houve uma significativa evolução na Justiça Eleitoral que muito nos orgulha e legitima o lançamento desse selo comemorativo.

O selo possui tiragem de 4.020 exemplares e será usado nas correspondências expedidas pelo Tribunal e zonas eleitorais de Rondônia. O selo contará também com o seu carimbo, que estampará todas as correspondências que passarem pela agência dos Correios durante 30 dias.

O servidor deste Tribunal, Ramon Cujú Freitas, criou a arte que foi usada para a elaboração do selo, que traz a imagem estilizada "30 anos" e a impressão digital simbolizando a modernidade da Justiça Eleitoral alcançada com a biometria.

Com sua circulação, o selo certamente fará parte da coleção de muitos filatelistas, correndo o mundo com o nome da Justiça Eleitoral rondoniense. É motivo de especial orgulho para nós.

Assim sendo, agradeço o apoio dos Correios nessa empreitada e convido a todos para que, sob a proteção de Deus, continuem ajudando a Justiça Eleitoral a escrever essa história de sucesso.

Muito obrigada!

## ***Livro de Crônicas dos 30 anos da Justiça Eleitoral de Rondônia***



Outra ação relativa à comemoração dos 30 anos da Justiça Eleitoral foi o lançamento de um “Livro de Crônicas”, composto por trinta textos. A ideia era que a história do TRE-RO fosse contada por aqueles que a construíram, de modo informal e descontraído, narrando fatos curiosos ocorridos em eleições passadas ou que guardassem relação com a história da Justiça Eleitoral.

O livro é composto por 30 crônicas, escritas em sua maioria por servidores da Justiça Eleitoral, e registra aspectos dos bastidores das eleições vivenciados por cada servidor.

Por ocasião do lançamento dessa obra histórica, a Presidente do TRE-RO, desembargadora Ivanira Feitosa Borges brindou os presentes com a leitura de uma crônica de sua autoria, intitulada “Barrada na Apuração”, crônica essa que é o próprio prefácio do livro. Por sua vez, a Diretora – Geral da Secretaria, analista Elizeth Afonso de Mesquita, assina o Diário de Bordo, último texto do livro, que conta a experiência vivida pela comitiva do TRE durante as comemorações dos 30 anos nos Cartórios Eleitorais do interior do Estado.

## ***Servidores pioneiros da Justiça Eleitoral***

Em 2012 o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia comemora trinta anos de instalação e alguns servidores são considerados colunas vivas dessa instituição.

Elita Alves Cavalcante, lotada atualmente na 2ª Zona Eleitoral de Porto Velho, segundo os assentamentos da SGP (Secretaria de Gestão de Pessoas), é a servidora com maior tempo ininterrupto de atividade da JE de Rondônia. Trabalha na Justiça Eleitoral em Rondônia, desde agosto de 1981, antes mesmo da Instalação do TRE.

Anaíde Pinheiro dos Santos trabalha na Justiça Eleitoral desde 15 de março de 1982. Anaíde iniciou suas atividades na 2ª Zona Eleitoral de Porto Velho, esta, em meados dos anos 80 foi desmembrada dando origem a 6ª ZE, para onde a servidora foi designada na oportunidade e lá permanece até os dias atuais.

Jacob Pereira Rebouças, lotado na Secretaria Judiciária de Gestão da Informação do Tribunal, iniciou suas atividades no dia 10 de julho de 1982, na 6ª Zona Eleitoral. Antes de vir para a JE Jacob trabalhava na Secretária de Estado do Planejamento – SEPLAN.

Manoel Messias de Almeida, lotado na 31ª Zona Eleitoral de Cacoal, é o servidor em atividade mais antigo da JE de Rondônia, iniciando suas atividades em 19 de maio de 1981. Messias ficou afastado do Cartório por um breve período, tendo retornado à JE em 06 de junho de 2008, onde permanece até hoje.

Certo é que instalado no dia 31 de março de 1982, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia iniciou suas atividades, sem quadro próprio de pessoal, com apenas 13 servidores requisitados de outros órgãos públicos. Coube a esses abnegados, sob a batuta do desembargador Darci Ferreira realizar a primeira eleição do Estado de Rondônia.



**Da esquerda para a direita, Elita, Jacob e Anaíde**

## **TRE-RO Homenageia Ex-Presidentes**

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia realizou, no dia 26 de julho de 2013, sessão solene de outorga da Medalha do Mérito Especial Eleitoral a oito ex-presidentes, solenidade que contou com a participação de diversas autoridades do Estado.

A sessão realizou-se no plenário do TRE-RO, às 18 horas, presidida pelo presidente em exercício do Tribunal, desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia.

O juiz membro da corte eleitoral, José Jorge Ribeiro da Luz, foi o responsável por discursar em homenagem aos ex-presidentes. José Jorge citou os principais feitos de cada presidente, e, enquanto discursava, a platéia pode fazer um breve passeio pela história da democracia de Rondônia. Ao final de seu discurso emocionado, José Jorge agradeceu individualmente cada homenageado e declarou: “Nós somos hoje, fruto do que Vossas Excelências plantaram no passado”.

### **Ex-Presidentes homenageados**

- Antônio Cândido de Oliveira  
17/03/1998 a 15/03/2000
- Darci Ferreira  
31/03/1982 a 30/03/1984 (Em memória)
- Dimas Ribeiro da Fonseca  
24/03/1986 a 08/04/1988
- Gabriel Marques de Carvalho  
03/01/2006 a 31/12/2007
- Hércules José do Vale  
08/04/1988 a 07/04/1990
- Lourival Mendes de Souza  
15/03/1990 a 14/03/1994 (Em memória)
- Sebastião Teixeira Chaves  
17/03/2000 a 15/03/2002
- Zelite Andrade Carneiro  
15/12/2009 a 01/01/2010



O desembargador Dimas Ribeiro da Fonseca, o 3º presidente da história do Tribunal, falou em nome dos demais homenageados. Dimas agradeceu a atual presidente do TRE-RO, desembargadora Ivanira Feitosa Borges pela iniciativa. O ex-presidente destacou a precariedade de condições de trabalho nas primeiras gestões e, em discurso memorável, prendeu a atenção da platéia ao declarar a grandeza da instituição e o quão agraciado se sentia por ter colaborado para o aprimoramento do estado democrático de direito.

## "Clubinho Saúde e Agenda Ambiental"



Em mais uma edição, o Clubinho Saúde, realizado pelo Serviço de Assistência Médico Social do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, foi realizado nos dias 23 e 24 de novembro de 2011 na Escola Getúlio Vargas, e atendeu aproximadamente 400 crianças que aprenderam de forma divertida a escovar os dentes e a usar o fio dental.

Uma equipe de servidores do TRE-RO teve a oportunidade de, fora do ambiente de trabalho, levar um pouco de solidariedade e educação para as crianças que riram muito com o teatro de fantoches apresentado pelos funcionários.



Outra iniciativa que orgulha e engrandece a Justiça Eleitoral de Rondônia é o projeto Papel da Justiça, realizado pela comissão da Agenda Ambiental. Através de uma parceria com a Associação Cultural e de Desenvolvimento do Apenado e Egresso – ACUDA, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia viabilizou a capacitação de apenados para a produção de papel reciclado, aproveitando material descartado, parte dele proveniente da coleta seletiva do próprio Tribunal. O papel fabricado pelos apenados foi utilizado para a confecção de produtos diversos.



O projeto "Papel da Justiça" teve o cumprimento do compromisso com a responsabilidade socioambiental do TRE-RO e se justificou por aproximar o órgão da comunidade, proporcionando a ressocialização do apenado através de sua profissionalização na área da reciclagem, possibilitando-o nova opção de inserção no mercado de trabalho.



Outras ações na área ambiental foram implantadas, como a confecção de canecas e squeezes para diminuição do consumo de copos descartáveis, e a implantação da coleta seletiva de lixo, inclusive com coletores de pilhas e baterias.





Com base em programa similar existente na Costa Rica, o programa Eleitor do Futuro foi idealizado pelo Ex-Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira quando Corregedor do Tribunal Superior Eleitoral, no ano de 2003.

O programa Eleitor do Futuro foi apresentado ao Colégio de Corregedores dos Tribunais Eleitorais do Brasil e, de pronto, aceito e implantado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia em 28 de novembro de 2003, sob a coordenação da Desembargadora Zelite Andrade Carneiro, Corregedora Regional Eleitoral e Diretora da EJE-RO - Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia, naquele ano.

Com a desvinculação do Programa Eleitor do Futuro da EJE em 2004, a coordenação desse programa ficou a cargo da Desembargadora Ivanira Feitosa Borges, atual presidente deste Regional.

O programa Eleitor do Futuro tem como principal finalidade capacitar e mobilizar o contingente de crianças e jovens na faixa etária de 10 a 15 anos, futuros eleitores do país, para o exercício livre e consciente do direito de votar, preparando-os especialmente para assumir e decidir os rumos da nação. No entanto, tem ido mais além, envolvendo os jovens com até 18 anos, num trabalho específico para essa faixa de eleitor, que ainda tem o voto facultativo.

Em Rondônia, o programa tornou-se um marco na qualificação do eleitor do amanhã; difunde-se regularmente a importância do exercício do direito de votar entre os jovens compreendidos na faixa etária dos 10 aos 18 anos de idade, mostrando-lhes o significado do voto para a consolidação da democracia. Além disso, estimula-se o debate entre a população jovem, preparando esses novos cidadãos para se tornarem agentes de mudanças na sociedade em que se encontram inseridos.

Esse programa tem-se mantido e se aperfeiçoado ao longo desses dez anos, graças ao comprometimento de todo o corpo administrativo de Tribunal e do comprometimento exemplar dos servidores, que além do expediente normal diário, atuam como voluntários e não medem esforços para executar as ações previstas no programa, a exemplo de visita a escolas para ministrar palestras, realizar

voluntários e não medem esforços para executar as ações previstas no programa, a exemplo de visita a escolas para ministrar palestras, realizar seminários, eleições simuladas, concursos de redação, festivais musicais, dentre outras tantas atividades.



É de se destacar também a importância dos diversos acordos de cooperação firmados entre o TRE- RO e instituições públicas e privadas, comprometidas com a defesa dos direitos da criança e do adolescente. Essas parcerias têm viabilizado a realização de atividades educativas, a exemplo das mencionadas a seguir:

### ***Eleição de Prioridades***

A Eleição de Prioridades consta do calendário anual de atividades do Projeto Nacional e tem dois objetivos:

1 – Mostrar às crianças e adolescentes a importância da participação política, garantida pela Constituição Federal, ensinando-lhes o funcionamento de um processo eleitoral;

2 – Escolher, dentre, os Direitos Universais da Criança, uma prioridade a ser proposta às autoridades, visando a implantação de políticas públicas que atendam as reivindicações e necessidades dos jovens cidadãos.

Quando do lançamento do Programa Eleitor do Futuro, em 2003, foi realizada a 1ª Eleição de Prioridades, como atividade piloto, no Colégio Carmela Dutra, então sob o comando da Desembargadora

Zelite Andrade Carneiro.

Em 2005 foi realizada a segunda versão da Eleição de Prioridades, agora sob o comando da Desembargadora Ivanira Feitosa Borges, envolvendo 9 (nove) escolas da Capital, com a participação de alunos do 6º ano do ensino fundamental à 3ª série do ensino médio, na qual a prioridade eleita foi o “Direito ao Esporte e ao Lazer”.



A mobilização nas escolas foi precedida de palestras abordando os seguintes temas: Ética, Política e Participação Política; Democracia e Direitos Fundamentais.

Como parte da mobilização inicial, foi realizado o cadastramento eleitoral de todos os alunos das escolas parceiras. O objetivo foi mostrar aos alunos o trabalho da Justiça Eleitoral e os primeiros procedimentos de um indivíduo em busca de sua cidadania plena: ser eleitor.

As prioridades foram divididas em partidos políticos, com a seguinte composição:

- 81 - Partido do Direito à vida e à saúde
- 81 - Partido do Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade
- 85 - Partido do Direito ao esporte e ao lazer
- 87 - Partido do Direito à profissionalização e à proteção do trabalho
- 89 - Partido do Direito à educação e à cultura

Os alunos se dividiram em equipes, defendendo as propostas de seu partido escolhido e fazendo campanha eleitoral. A eleição se deu por meio da urna eletrônica, com sistema oficializado, treinamento de mesário e totalização semelhante a uma eleição oficial, de

forma a mostrar aos alunos toda a logística envolvida em uma eleição. Todos os trabalhos foram desenvolvidos pelos alunos, orientados e coordenados pela Justiça Eleitoral.

## CONCURSO DE REDAÇÃO

A cada ano não eleitoral o Programa Eleitor do Futuro, a partir de 2005, vem realizando concursos de redação. O primeiro concurso abordou o tema “Voto e Cidadania”, com a participação de 433 alunos de 71 escolas da rede oficial de ensino da capital; em 2007, realizou-se o segundo concurso, com o tema “Ideologia: eu quero uma pra viver! Juventude e Partidos Políticos”, que contou com a participação de 779 alunos, com abrangência estadual. No ano de 2009 realizou-se o III Concurso de Redação, que adotou o tema “A gente quer inteiro e não pela metade – participação política e meio ambiente”, cuja participação chegou à casa dos 1.300 alunos, em todo o Estado, realizando-se em seis municípios polo. Em 2011 realizou-se o IV Concurso de Redação, cujo tema levantou o questionamento “Votei. E agora? A Cidadania além da urna”. Nesta última versão, participaram 1.466 alunos, ampliando-se os municípios pólo.

Além da premiação em dinheiro ofertada pelas entidades parceiras aos vencedores do concurso, as dez melhores redações de cada categoria são publicadas em livro, com tiragem de 1.000 (mil) exemplares e distribuídos entre as escolas do Estado de Rondônia.



## ***Fest Cidadania***

O Fest Cidadania foi um dos eventos contemplados no Programa Eleitor do Futuro e teve como objetivo fomentar entre os jovens de 12 a 18 anos a reflexão sobre o referendo do desarmamento realizado em 2005, razão por ter abordado o tema “Violência Urbana”. Tratou-se de um festival aberto a todos os alunos da rede oficial de ensino do Estado de Rondônia. Nesse evento, os estudantes apresentaram músicas inéditas sobre o tema escolhido pelos organizadores. As músicas foram julgadas e classificadas por Júri, composto de profissionais ligados ao tema e por músicos. Participaram grupos, bandas ou cantores individuais, com canções de qualquer estilo musical. Os melhores classificados, além de receberem premiação em dinheiro, tiveram suas canções gravadas em CD com tiragem média de 1.000 cópias.



Encontro de escrivães e Chefes de Cartórios do Estado, de 9 a 16 de setembro de 2003, em Porto Velho. Oportunidade em que, foi apresentado ao público interno o Projeto Eleitor do Futuro pela Vice-Presidente Corregedora Regional e Diretora da Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia, Desembargadora Zelite Andrade Carneiro.



## ***Voto Jovem***

A Justiça Eleitoral de Rondônia, por meio de palestras realizadas nas escolas, estimula a emissão de títulos de eleitor para jovens com idade entre 15 e 17 anos, despertando neles o interesse em participar ativamente das eleições na escolha livre e democrática de seus representantes. Para a formação dessa consciência, o Projeto transmite a esses jovens a indispensabilidade da observância de valores morais e éticos.

O Projeto conta com o suporte de voluntários e coordenadores do Programa Eleitor do Futuro nas três atividades básicas: a realização de palestras sobre a importância do voto e do interesse dos cidadãos pela política; a emissão dos títulos de eleitor, propriamente, junto aos estudantes; e orientações sobre a correta utilização da urna eletrônica. O Projeto Voto Jovem na Escola foi selecionado para o banco de dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como exemplo de gestão voltada para melhoria do atendimento prestado à população pelos tribunais.

## **Patrulha Eleitoral**

O Projeto Patrulha Eleitoral integra o Programa Eleitor do Futuro como iniciativa do TRE/RO e vem sendo executado desde as Eleições de 2006, sempre durante o período eleitoral, com a finalidade de aproximar os estudantes do ensino médio da realidade das campanhas eleitorais realizadas no Estado de Rondônia.

A Patrulha Eleitoral compõe-se de alunos do ensino médio da rede pública e privada. Esses voluntários são instruídos acerca das regras da campanha eleitoral, das condutas vedadas aos agentes públicos em período eleitoral, das possibilidades de responsabilização dos candidatos que praticam a chamada “compra de votos” (art. 41-A da Lei nº 9.504/97, art. 299 do CE), das

prerrogativas e ações do cidadão comum diante da improbidade eleitoral e etc.

O jovem qualificado se torna apto a realizar as seguintes atividades: fiscalizar as campanhas eleitorais junto às comunidades de que participa; propagar as informações recebidas da Justiça Eleitoral; utilizar o “disk-denúncia” da Justiça Eleitoral para comunicar as irregularidades observadas, dentre outras práticas de cidadania.

A sistemática de seleção dos alunos que participarão da Patrulha Eleitoral consiste em convidar todas as escolas de ensino médio a aderirem ao Projeto, inscrevendo alunos para a formação oferecida pelo Programa Eleitor do Futuro. Em média, são cerca de 500 alunos no Estado capacitados na Patrulha, que ao final recebem certificado e uniforme de patrulheiros.

## **HINO TEMA DO ELEITOR DO FUTURO NO ESTADO DE RONDÔNIA**

**Autor: Luciano Olavo da Silva**

Tem gente vivendo sem nome no meio das massas  
E gente morrendo de fome no frio das praças  
Tem gente matando o mundo com poluição  
E gente comendo o lixo por falta de escolha .... e de pão

Tem tanta criança escrava longe da escola  
E outras perdendo a infância num saco de cola  
Tem tanta família sem casa na beira da estrada  
É tão pouca gente com tanto e tantos sem nada

Se eu ficar parado não tem solução  
Se eu ficar calado não sou cidadão  
Vamos nos unir e participar  
Vamos decidir que isso vai mudar  
Quem faz mal a um faz a todos nós  
Vamos nos unir para termos voz  
Todos nós



**Professora diz que tem prazer em ser mesário há mais de 40 anos**



Srª. Maria da Conceição

No ano de 2003, Maria da Conceição já exercia o dever cívico de mesário há 44 anos. Na oportunidade atuava na seção 68 do colégio Bela Vista. Ela acha engraçado ser intimada pela Justiça "senão vou ser punida". Apesar do serviço obrigatório, ela disse que se acostumou e entendeu bem o chamado para servir à Nação.

Como cidadã considerou importante o convite enviado pelo presidente do TRE, Desembargador Valter de Oliveira para receber a homenagem juntamente com outros 34 mesários, representando toda a classe de mesários do Estado, e na presença da Corte e do Ministro do STJ, Sálvio de Figueiredo. "Ah, foi maravilhoso o convite, diferente da intimação. Recebi meu certificado das mãos do presidente do TRE e vou guardá-lo com muito carinho", afirmou. Na missão de mesário, Conceição carrega boas recordações e algumas histórias inéditas.

Um dos fatos inusitados foi quando

se preparava para ir ao colégio servir de mesário, e o ônibus demorou muito. Ela não esperou duas vezes e pediu carona a uma viatura da Polícia Militar. No itinerário, o carro passou em frente à casa de seu cunhado, o sargento Jorge que, de pronto, fez sinal para o veículo parar e interrogou os policiais sobre o motivo de terem detido aquela senhora: "O que Ela fez de errado ? - indagara Jorge, sem saber que se tratava de uma carona".

Maria da Conceição conta ainda que certa vez teve dificuldades na conferência da lista de eleitores, pois a sua seção, no colégio Manaus, em 1986, era composta por 512 eleitoras todas com o nome de Maria. "Só tinha mulher e eu também com o nome de Maria. Havia Maria Fernando de Noronha, Maria Rondônia, Maria das Dores... Enfim, Maria prá todos os gostos. E a maioria não sabia escrever", conta. Conceição disse, entretanto, que posteriormente notou um crescimento educacional e a maioria aprendeu a ler e não precisava colocar a digital na almofada. "Com a urna eletrônica, de 1996 prá cá melhorou demais tanto para o eleitor quanto para nós mesários", finalizou.

## **Depoimentos**

### ***"Muita gente nos chamava de doutor"***



Sr. José Guimarães Filho

José Guimarães Filho chegou em Presidente Médici em 1973 e é o mais antigo presidente de seção eleitoral daquele município. Há 29 de anos prestando serviços como mesário, é símbolo de cidadania exercida com dedicação e prazer.

Guimarães conta que, devido aos focos de intrigas que havia no período eleitoral quando encerrada a eleição, chamava os fiscais e levava as urnas para a Vila Urupá por medida de segurança. Ele lembra que, no pleito de 15 de novembro de 1974, o Juiz Eleitoral Dr. Pacca requisitou reforço policial para garantir o bom andamento dos trabalhos.

Guimarães afirma que muitas pessoas, devido ao "clima quente" das campanhas e do dia da votação, não gostavam de ser convocadas para atuar como mesários e faziam malabarismos para livrarem-se do compromisso. "Quando o Juiz Eleitoral convocava a pessoa para ser mesária, o cabra tremia que nem vara verde", narra. Mas havia aqueles devotos, amantes do ofício, que faziam o trabalho de mesário com orgulho e sentiam-se autoridades no dia da eleição. O respeito por eles era enorme. "Muita gente nos chamava de

doutor", lembra ele. "Tinha gente que realizava preparativos especiais para o trabalho de mesário, e, ao ser convocado, entrava previamente no "clima de festa". "Realmente é uma festa cívica", diz.

São várias as recordações de Guimarães: uma senhora que fez o título não conseguiu assinar a folha de votação, tentou uma, duas, três, e nada, depois confessou que recebera ajuda para assinar o título, pois não sabia ler e nem escrever, saiu indignada por não conseguir assinar a folha; um candidato que faleceu um mês antes das eleições foi substituído por outro; a apuração de uma eleição para Prefeito com apenas 6 candidatos que demorou 3 dias; a época em que não havia fornecimento de alimentação para mesários; as confusões que ocorriam quando alguém furava a fila para votar; as enormes disputas que havia na hora da apuração; as vezes em que alguns eleitores trocavam na cédula de votação os votos para Deputado Estadual e Deputado Federal, o que gerava árduas disputas entre os fiscais.



Sr. Albino Wobeto

As eleições ocorriam sempre em novembro. Geralmente viajava de avião porque o acesso por ônibus era quase impossível. Lembra dos primeiros preparadores eleitorais de Vilhena, Ivan Bezerra de Carvalho, José Bueno Marques, e Albino Wobeto. O preparador era nomeado pelo Tribunal de Justiça do Estado e fazia as funções de escrivão. Coletava os dados necessários para o título de eleitor, cadastrava o eleitor e enviava a ficha para o Juiz Eleitoral assinar, em Porto Velho.

Albino Wobeto, preparador eleitoral, narrou um pouco das dificuldades da década de 1970. O Território Federal de Rondônia vivia sob a jurisdição do Acre. E veio do Estado do Acre a nomeação do Juiz de Direito de Porto Velho, Clemenceau Pedrosa Maia, para coordenar as eleições. O preparador eleitoral viajava a Porto Velho, recebia os títulos de eleitor em branco e fazia toda a parte de preenchimento, o cadastro do

eleitor, e devolvia ao juiz de Porto Velho num prazo de até 15 dias quando, então, o juiz assinava os títulos e os enviava para o distrito, ao preparador, informa Wobeto, que coordenou as eleições de Vilhena e de Colorado do Oeste em 1978.

Ele conta que uma das barreiras que atrapalhava o processo eleitoral era a péssima condição das estradas. E os eleitores eram quase obrigados, em consequência, a viajar só de avião.

Segundo Wobeto, depois de transportadas as urnas, 5 ou 6 dias após, no máximo, o preparador deveria apresentar a prestação de contas. A estrada era praticamente intransitável.

Registre-se que a primeira eleição para prefeito e vereadores de Vilhena foi em 15 de novembro 1982 quando o povo escolheu 13 vereadores. O título de eleitor número 1 era do recém-chegado juiz eleitoral Valter de Oliveira, o de número 2 era o de Wobeto que, ainda, havia sido nomeado prefeito interino para o período de março de 1982 a janeiro de 1983.

## Depoimentos

### Desembargador Dimas Fonseca - "Breve depoimento para a história do TRE-RO"



*“Um terremoto político-administrativo abalou, em 1982, as terras do Guaporé.*

*Instalou-se o novo Estado de Rondônia e, como consequência natural, o poder judiciário.*

*Naquele mesmo ano realizaram-se eleições gerais. Os novos magistrados selecionados através de concurso investiram-se em suas funções para o grande teste de promover a eleição, conscientes de que eram participantes de uma nova história neste rincão do grande Norte. Clemenceau Maia eram as colunas mestras do conhecimento e experiência de eleições passadas.*

*No Tribunal de Justiça, os nomes notáveis de César Montenegro e Clemenceau Maia eram as colunas mestras do conhecimento e experiências de eleições passadas.*

*O Des. Darci Ferreira, que fora Juiz de Guajará-Mirim, comandou o pleito e os novos Juízes cumpriram à risca suas funções.*

*Esse gigantesco trabalho foi, sem a menor dúvida, a certidão de eficiência e probidade dos novos Juízes.*

*Realizou-se um pleito livre e limpo com observância estrita à Constituição e às leis.*

*No biênio 87/88 coube-me a Presidência do TRE/RO carente de recursos e de espaço físico para as suas atividades. Vivíamos a época do improvisado.*

*A iluminação, quase sempre, era à luz de velas; o material de consumo angariava-se do Município e do Estado, inclusive combustível para*

*os dois velhos calhambeques herdados pela Corte; o plenário do Tribunal separava-se do público por uma corda que, para ultrapassá-la bastava levantar a perna dez centímetros; contudo, a barreira do respeito era mais sólida e intransponível; o acesso ao gabinete da presidência constituía um ato olímpico só alcançado pelo atleta que vencesse uma escada vertical de onde se esborrou no chão, por descuido, um secretário de Estado da época.*

*Dessa epopéia fantástica, todos saíram ilesos e cobertos de glória pelo dever cumprido.*

*Assinalo, no meu biênio, dois acontecimentos de relevo.*

*A primeira visita do presidente do TSE, Ministro Néri da Silveira para o recadastramento eleitoral destinado a implantação da informática nas eleições; o outro foi o primeiro pleito direito para a escolha do Governador.*

*Esse, um breve relato dos fatos que testemunhei e tomei parte ao lado de valorosos companheiros que ajudaram a edificar a Justiça do Estado.*

*Dimas Fonseca”*



**Desembargador Eurico Montenegro Júnior - "Participei do Tribunal desde a sua instalação"**



*"Faziam parte de sua primeira composição os Desembargadores Darci Ferreira (Presidente), Hélio Fonseca (Vice-Presidente e Corregedor-Geral), o então Juiz Federal Ilmar Galvão, depois Ministro do Supremo Tribunal Federal e os Juízes de Direito Douglas Evangelista do Carmo (hoje Desembargador no Amapá), Eurico Montenegro Júnior e os advogados Sólón Michalski e Heitor Magalhães Lopes.*

*O Tribunal instalou-se, provisoriamente, na sala de audiências da 10 Vara Cível, no Fórum da Praça Mal. Rondon, dali o Presidente Darci comandou as eleições de 1982, praticamente passávamos o dia em sessão, resolvendo todos os problemas que surgissem.*

*Observo que antes da transformação do Território em Estado, tínhamos apenas duas zonas eleitorais, com o surgimento do novo ente federativo todos os municípios então existentes passaram a ser Comarca e Zonas Eleitorais, só que toda a documentação estava em Porto Velho e Guajará Mirim e não havia tempo hábil antes das eleições*

*para a transferência e regularização normal, o que fez com que a Corte resolvesse admitir que o eleitor votasse no local onde residia.*

*Lembro que à época a documentação eleitoral não era informatizada o que somente veio a acontecer em 1986.*

*Outra coisa que me vem à mente era a propaganda eleitoral de rádio e televisão, os candidatos somente poderiam exibir suas fotografias e os currículos, o que tornava os programas muito monótonos, diferentes do que são hoje, verdadeiros programas, produzidos com as técnicas mais avançadas de rádio e televisão.*

*A apuração era uma verdadeira festa, em Porto Velho, dividiu-se uma parte no Colégio Rio Branco e outra no Ginásio Cláudio Coutinho, os locais de apuração a partir da entrega das urnas, a partir das cinco horas da tarde, começava a encher-se de representantes de cada partido que ali permaneciam, à noite toda, de olho nas urnas, com medo que os adversários fizessem alguma coisa para adulterar o resultado da eleição.*

*Mas, depois de tanto aperreio, o TRE constatou que o pleito decorreu na mais absoluta calma, saindo das urnas os primeiros senadores, deputados federais, estaduais e constituintes do novo Estado Brasileiro.*

*Tenho saudades daqueles tempos que não voltam mais."*

## Depoimentos

### Desembargador Roosevelt Queiroz Costa

“Estou plenamente certo de que aquele que começou boa obra em vós, há de completá-la até ao Dia de Cristo Jesus. Filipenses 1:6.

#### NOVA ESTRELA. SUA CONSOLIDAÇÃO (1). DESAFIOS. PIONEIRISMO



*Nasce uma nova estrela na bandeira brasileira (1981), em plena Amazônia, Rondônia, um eldorado para o qual houve um fluxo migratório jamais visto.*

*O Estado tinha pressa, tudo estava por fazer. Cria-se a Corte de Justiça e concomitantemente o primeiro concurso para ingresso na magistratura e ministério público. Fomos classificados em ambos e optamos por aquela, inclinado pela vocação, vindo a assumir a Comarca de Jaru (julho/82), sendo o seu fundador, na qual enfrentamos muitos desafios, quase intransponíveis, tendo que tomar medidas enérgicas e importantes para, gradativamente, superá-los.*

*As notícias desta terra eram assustadoras: malária; difícil acesso (para Rondônia e para Jaru, 285 quilômetros da Capital e que levamos 12 horas no percurso, de carro particular); falta de moradia; energia elétrica escassa; comarcas recém instaladas começariam do zero, sem prédio apropriado, servidores da justiça inabilitados e inexperientes, falta de formulários (modelos); tudo por criar e sem qualquer estrutura, além da notícia*

*que por aqui só havia índio e a civilização passava longe. A imagem era péssima, mas aqui chegando, verificamos que a “onça” não era tão feia como haviam pintado, mesmo vindo da bela e estruturada Goiânia, onde tínhamos residência própria.*

*A prioridade da época era a consolidação do Estado. Gerou-se o Judiciário para brotar o Legislativo (estadual e municipal), daí as primeiras eleições (novembro/82). Mesmo com as carências de estrutura e servidores, o pleito deveria ser realizado (preparo e a realização das eleições) a contento, embora pairasse a dúvida de alguns sobre a sua lisura e que urnas, como no tempo de Território, iriam descer rio a baixo, sem qualquer controle e providências.*

*Mas nada desanimava, presente o espírito de bandeirante, tudo só animava a enfrentar e vencer os desafios com muita garra, determinação, abnegação, vontade e intrepidez do(s) juiz(es).*

*As adversidades não eram apenas no*

âmbito da Justiça comum, tudo se estendia à Justiça eleitoral que iniciou funcionando numa pequena sala, enquanto o juiz despachava e decidia a respeito de matéria tanto da Justiça comum como eleitoral, no “Hotel Paraná” que muito deixava a desejar.

Contudo, os desafios deveriam ser vencidos e o Estado, o povo, estava esperançoso que os magistrados iriam contribuir, e muito, para a sua consolidação, tornando imprescindível que o pleito fosse levado a bom termo e isso aconteceu no devido tempo, preparando, coletando votos, elegendo, diplomando e dando posse aos eleitos, fazendo nascer o Poder Legislativo (Estadual e Municipal), obra do Poder Judiciário. Numa outra ocasião, novamente, ainda em consolidação realizamos a primeira eleição do Governador do Estado, pois até então o alcaide era nomeado pelo Presidente da República, como eram os Prefeitos do então Território nomeados pelo Governador.

**JUSTIÇA ELEITORAL  
ITINERANTE. JUÍZES (E  
DESEMBARGADOR):  
PRESIDENTES DO LEGISLATIVO.  
JUIZ SUJEITO A PRISÃO. MISSÃO  
CUMPRIDA. CONSOLIDAÇÃO (2)**

No citado Hotel nos estabelecemos inicialmente, residindo e inaugurando os primeiros passos na judicatura, onde realizamos a primeira audiência de conciliação, numa separação judicial e feliz porque restabelecemos a convivência do casal.

Sim, mas a prioridade era a preparação das eleições que se avizinhavam. Foi naquele estabelecimento que exaramos milhares de assinaturas, mais de 30.000, nos alistamentos dos futuros eleitores.

Não foi só. Enfrentamos os distantes

povoados, distritos e linhas vicinais, de difícil acesso, apoiando e incentivando os alistamentos.

A preocupação não ficou aí, contrariando a legislação eleitoral levamos Urnas àqueles locais, mesmo sabendo do rigor da lei: prisão ao juiz, art. 135, §5º.

O alvo era as eleições mas não se podia olvidar que o eleitor merecia uma atenção especial, mormente em se tratando de situações especiais como era aquela época neste Estado. Não tivemos dúvida, preferimo interpretar a legislação de modo a facilitar a vida do sofrido eleitor, que além da distância era de difícil acesso, especialmente em se tratando de tempo chuvoso como era na ocasião.

Assim nasceu a Justiça Eleitoral Itinerante. Para tanto era preciso que o Juiz fosse à luta, saísse do comodismo e fosse enfrentar e vencer os desafios. Efetivamente, isso ocorreu na Zona Eleitoral de Jaru, em 1982, com os seguintes atos, recopilando: a) alistamento nas linhas vicinais, povoados e distritos; b) a colheita dos votos nesses locais, fora da sede da Comarca; c) colocação de urnas nesses povoados, onde quase 50% do eleitorado residia; d) também significativo para a configuração do labor itinerante foi nossa presença pessoal naquelas localidades, para o que requisitamos do então saudoso Governador TEIXEIRÃO a único veículo, aeronave, capaz de chegar a contento e a todos os locais de difícil acesso.

Por esses itens é que afirmamos ter implementado a “Justiça Eleitoral Itinerante”, pois efetivamente o juiz se fazia presente nos povoados, distritos e linhas vicinais, fora da sede, Fórum.

A experiência do que se fez como “itinerante” na Justiça Eleitoral (1982) veio contribuir e incentivar, mais tarde, a criação da “Justiça comum itinerante” (1990), quando estávamos à frente do “Juizado de Pequenas Causas”, na qual a jurisdição, efetivamente, foi exercitada pela primeira vez numa “Barraca de Lona”. Hoje, exemplo, modelo para o País. Isso foi marcante para Rondônia, uma providência divina. Por esta iluminação celestial a gratidão ao onipotente DEUS, também ao incondicional apoio e incentivo do Des. DIMAS FONSECA.

Mas para isso tivemos que vestir e

arregaçar a camisa da magistratura. Árduo foi o trabalho. Lembramos que muitas foram as reuniões com mesários, escrutinadores, junta eleitoral, candidatos, fiscais, delegados, polícia civil, militar e federal e outros envolvidos com o pleito, pois todos passavam pela experiência primeira e tudo por ensinar e orientar. Missão do juiz.

A última audiência pública aconteceu no prédio improvisado, na véspera das eleições, no antigo cinema de madeira, com milhares de pessoas (auxiliares da justiça, interessados e outros), com o fito de entrega do material das eleições, ensejo em que os Presidentes das Seções assinariam o termo (“sentença”) de responsabilidade e receberiam a última exortação, dentre as quais, a de que até o toco de vela deveria ser devolvido com o resto do material.

A missão eleitoral foi levada a cabo com lisura e muita determinação, sem o tão propalado sumiço de urnas, restando a credibilidade da Justiça em alta, calando a boca de tantos descrentes. Não só o pleito mas os atos subseqüentes como diplomação e posse dos eleitos. Para isto, tivemos que deixar, à noite em Goiânia, a esposa que dava a luz à minha estimada e tão esperada RAFAELLA e, no mesmo dia empreendemos viagem para completar a obra em Jaru - ato público, solene, para empossar os eleitos (vereadores, prefeito e seu vice) em 1º/02/83.

Digno de anotação é que cada juiz eleitoral e o Presidente do TRE, por força de lei, se investiram nas funções de Presidentes das Câmaras de Vereadores e da Assembléia Legislativa, respectivamente, para aquele fim, empossar os eleitos. Assim nascia, instalava-se o Poder Legislativo no Estado.

### **TUMULTO NA APURAÇÃO. BATUTA DO JUIZ. TRATAMENTO HOMEOPÁTICO. SANAÇÃO**

Frisamos. Chega o grande dia. Realiza-se o pleito, vindo todas as urnas, algumas no raiar do sol e outras nos períodos matutino e vespertino, em razão da distância e difícil acesso, mas a apuração

começa no mesmo dia, às 18hs e prolonga a madrugada, com lampião, vela e energia elétrica de vez em quando.

Inopinadamente, um candidato a deputado, defensor público do Território e advogado, o mais votado, pessoa que gozava (e goza) de nossa simpatia, militante na Comarca, o primeiro a impetrar um mandado de segurança, nº 1, e a participar no primeiro Júri como Defensor Dativo, sempre um colaborador e prestante da Justiça gratuita, mas de uma hora para outra resolve de forma surpreendente, inesperada, “virar a casaca”, a mostrar um outro lado desconhecido: passa a tumultuar graciosamente os trabalhos eleitorais, chamando a atenção dos presentes.

Qual era a conduta do ilustre advogado-candidato? Reclamava de um boletim, exigindo sua publicação, mas lhe era dito que aguardasse a conferência e assinatura. No entanto, o candidato continuava bradando em alto e bom tom para que todos ouvissem.

Pelo visto, o até outrora humilde candidato, com o seu gesto, queria justificar a expressiva votação no seu reduto eleitoral, Jaru. E o fazia num ambiente aberto, pátio de um Colégio, com milhares de pessoas presentes, interessados e curiosos.

O interpelante não queria saber de nenhuma explicação, nem era possível a tal conferência ou, ao menos, olhar o Boletim, muito menos conferi-lo. Não havia como prosseguir, exigia, primeiramente, o restabelecimento de ordem na Casa.

Procuramos então resolver de forma amena, agindo pacientemente, com cautela, de forma elegante no trato na solução da querela, colocando ordem na desordem, curando a doença mas ministrando remédio ao paciente de modo a não causar-lhe complicações, sem traumas, sem prisão em flagrante por desacato e por prejudicar os trabalhos eleitorais, consoante o Cód. Penal e Cód. Eleitoral, respectivamente, arts. 331

e 296.

*Destarte, optamos pelo procedimento sereno, tranqüilo, mas com pulso firme, seguro, em doses homeopáticas:*

a) *“Aguarde doutor, dê um tempo para conferir o boletim...”, mas de nada adiantava.*

b) *“Calma, desse jeito o Sr. não deixa eu trabalhar, só perturba e me obriga a cassar-lhe a palavra, o boletim será afixado como os outros tão logo seja conferido”. Continuava o candidato quando cassamos-lhe a palavra. De nada valia, continuava verberando, gritando e exibindo o Código Eleitoral.*

c) *Sobrevindo a nossa fala: “Dr. o Sr. se portando como tal poderá ser convidado a ser retirado do recinto”. Também não resolveu.*

d) *Pacientemente continuamos: “Dr. eu o convido a sair do local”. Como não atendeu o comando, foi-lhe dito: “Dr. eu ordeno que se retire”, ao que ele bradou “Eu sou candidato, advogado e isso não é possível acontecer comigo”.*

e) *Nova advertência: “Dr. sou obrigado a chamar a força policial para que cumpra minha ordem e uma vez dada não volto atrás; que a cumpra Sr. Comandante (da PM) retirando o candidato do local da apuração”. Ante a convicção e a fala firme do infrator de que era intocável, imune a tudo, o Comandante hesitou - cumprir a ordem do juiz ou estar com o candidato? Por instante ficou imóvel, sem ação, como se a ordem não tivesse sido lhe endereçada.*

f) *Despiciendo dizer que não só o Comandante como todos os servidores, requisitados ou não, a guarnição da polícia militar, civil e federal estavam a serviço da justiça eleitoral, ao comando e responsabilidade do Juiz Eleitoral, nós que presidíamos os trabalhos. Se assim era, reiteramos: “Sr. Comandante, cumpra incontinenti a ordem de expulsão do*

*candidato sob as penas da lei, sob pena de dar-lhe voz de prisão”.*

g) *Só então aproximou-se do inquieto verberante e antes que lhe fosse posto à força, percebendo que não estávamos de brincadeira resolveu sair voluntariamente, mas gritando: “Eu vou comunicar o TRE, vou comunicar o TRE...” Em solidariedade ao candidato retirante, ausentaram fiscais, candidatos e delegados do seu partido.*

*O clima ficou tenso. Suspendemos os trabalhos, consignamos tudo em ata e expedimos mandado de intimação aos Presidentes de Diretórios, aos desaparecidos para o retorno ao recinto, no prazo de 15 minutos, período que recomenciaríamos a apuração, presentes ou não o intimandos.*

h) *Com a promessa cumprida, recebemos o recado que o Presidente Des. DARCY FERREIRA queria falar com o juiz. O telefonema nos esperava umas quadras após. Suspensos os trabalhos, lá nos dirigimos para atendê-lo e o que pretendia?*

*Correção ou apoio?! O diálogo foi amistoso e de preocupação porque a notícia era de que o juiz tinha perdido as rédeas da apuração e estava internado no hospital. Como isso não era verdadeiro o Presidente se tranqüilizou e disse:*

h.1) *“Dr. o Sr. tem o irrestrito apoio deste Tribunal e que seja mais duro ainda. Parabéns”. Eis um, dentre outros, fato que ficou marcado na história de nossa Justiça. O caso teve desdobramento.*

h.1.1) *A egrégia Corte recebeu um recurso (de recontagem dos votos), não referente ao incidente propriamente dito, mas o Tribunal Regional Eleitoral, inadvertidamente, o recebeu como Representação, fazendo retornar algo tão desgastante. Em resposta confirmamos: se os fatos repetissem outra não seria a nossa conduta, o procedimento seria o mesmíssimo, pois conforme os ditames da legislação pertinente, o estrito cumprimento do dever legal.*

h.1.2) *Sobre a descabida Representação o então Presidente se revoltou e disse mais ou menos assim: “Se o juiz (nós) for processado deve me incluir também no pólo passivo, pois ele apenas*

*pautou dentro da lei”.*

*h.1.3) O Dr. TOMÁS CORREIA foi o causídico do citado recurso. Já passaram 20 (vinte) anos. Será ele, por coincidência, o agente causador de tanto problema? Que tanto colaborou com a Justiça local, não medindo esforços postulando a favor dos pobres? Será ele, o humilde, simples e ao mesmo tempo tão corajoso e fustigante do juiz?!...*

*Finalmente se pôde dizer. Consciência tranqüila, dever cumprido no mais absoluto domínio sob a batuta do juiz, vindo pessoalmente o indigitado candidato à nossa presença para reconhecer a lisura, a total isenção em todo o pleito e que o seu comportamento deveria ser relevado ante o entusiasmo, o fulgor de sua vitória. Compreendemos. Perdurou o nosso bom relacionamento, porque não dizer amigos? É mais um pioneiro deste nosso torrão, sempre promissor Estado de Rondônia.*

## **DESIGNAÇÕES ESPECIAIS E NOVOS DESAFIOS. EPÍLOGO**

*Não menos árduo foi presidir as primeiras eleições municipais em Candeias do Jamari, na qual houve muitos incidentes provocados por candidatos, fiscais, delegados e outros, requerendo extraordinário pulso firme para debelá-los, além de medidas preventivas para evitar males maiores, pois com antecedência ouvia-se a pretensão de malfeitores. Para tanto teve que contar com força pública, sabendo das possíveis ocorrências, previamente requisitando o necessário aparato policial: Exército, Polícia Federal, Militar e Civil.*

*Peculiares, ainda, foram as designações especiais do então presidente do TRE, Desembargador DIMAS FONSECA (1986), para preparar as eleições da Comarca de Costa Marques, também preparar e realizar as eleições da Zona Eleitoral em Colorado do Oeste. Tanto nesta como naquela o mesmo magistrado então titular, já na Capital, enfrentou adversidades, indo à zona rural, fazendo alistamentos, inclusive empreendendo viagens difíceis, com atoleiros, mas assim era necessário como apoio e incentivo aos inexperientes credenciados (pessoas requisitadas)*

*para a missão nos Distritos e linhas vicinais.*

*Em termos de justiça eleitoral, o nosso trabalho não ficou apenas no relatado. Vindo para a Capital, continuamos a prestar nossa modesta contribuição, coadjuvando todos os pleitos, seja como auxiliar (requisitado pelo TRE), seja como titular de Zona Eleitoral, seja como Membro Titular do TRE e atualmente seu membro suplente.*

*Eis aí a boa obra para Rondônia e que nós magistrados continuemos laborando para que a obra se complete, se aperfeiçoe a cada dia.*

*Como complemento deste testemunho, de forma mais completa, os nossos trabalhos publicados: a) “Ideal de Justiça, desburocratizada e dinâmica”, in Julgados da Justiça de Rondônia, Vol. 5, 1987, p. 45-94; b) “A Magistratura faz História”, in Julgados da Justiça de Rondônia. Vol. 7, 1989, p. 17-50; c) “O Tribunal do Cidadão”, apud Revista Institutas - Centro Acadêmico do Curso de Direito da Unir, n. 1, 1992, p. 12-13; d) “Uma retrospectiva dos Juizados Especiais e o Pioneirismo de Rondônia”, in Boletim dos Juizados Cíveis e Criminais. 1997, p. 11-18; e) “Democratização: O Grande Desafio do Judiciário na Era dos Novos Direitos”, in Revista da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, 2003, p. 65-112, e f) “Os 20 anos do Poder Judiciário de Rondônia” a ser publicado.*

*Mas quem completará a boa obra? Anotando no pórtico, o que foi dito em Filipenses 1:6. Somos imperfeitos. A consumação final e máxima virá de Deus. Aquele que começou boa obra, isto é, Deus, que continuará Sua boa obra de graça neles, até a consumação no dia de Cristo (o dia em que Cristo regressar).*

*Referindo-se a epístola de Paulo aos Filipenses, Paulo tem confiança de que eles manterão a atividade frutífera até Cristo voltar. Ele baseia sua crença não na fidelidade deles, mas no propósito e na fidelidade de Deus até a volta de Cristo.*

*Assim finda o testemunho, rogando a Deus para que possa continuar fazendo o melhor para a Justiça, ao Estado, ao povo de Rondônia.”*

**Desembargador Valter de Oliveira - "Chupinguaia...Bravo"**

*Meados de setembro de 1982, eu e o Escrivão da 12a. Zona Eleitoral de Vilhena Valdir Tietz, num Jeep Toyota do Governo do Estado, fazíamos uma diligência até as localidades de Rio do Ouro de Chupinguaia - distantes mais de 140 km do município sede -, para averiguar a possibilidade de serem instaladas seções eleitorais e, assim, assegurar o direito de voto dos seus moradores.*

*Após inspecionarmos uma Escola Rural em Rio do Ouro e decidir pela instalação da seção, prosseguimos viagem a Chupinguaia. Percorridos alguns quilômetros, deparamo-nos com uma ponte que caíra há cerca de alguns dias.*

*De Ambos os lados havia veículos e pessoas. Ao perceberem que o carro que utilizávamos era oficial e pertencia ao Governo, correram em nossa direção, causando-nos surpresa. Porém, mais espantados ficamos ao saber o motivo dessa interpelação: queriam destruir a viatura, revoltados diante do abandono que a Administração Pública impunha àquela comunidade chupinguaense.*

*De imediato, percebendo que a situação era perigosa, gritamos: "Espera aí, gente, somos da Justiça Eleitoral e estamos aqui para que vocês possam votar". Até então aquelas pessoas precisavam deslocar-se a Vilhena para exercerem seus direitos políticos.*

*Explicamos que, a partir de então teriam mais força política para exigir benefícios, pois os eleitores poderiam votar com mais facilidade. Somente depois de muita conversa, aquela turva acalmou-se, e as pessoas que dela faziam parte aproveitaram para pedirem que os ajudassem a resolver o problema da ponte. Infelizmente, quanto a ele, nada pudemos fazer, afinal de contas não era a nossa especialidade.*



*Impedimos de continuar a viagem, despedimo-nos dos "nossos mais novos amigos" e retornamos a Vilhena, dando graças a Deus.*

*Naquele ano de 1982, todos os eleitores de Rio do Ouro e Chupinguaia puderam votar e, para presidir as duas seções, escalamos funcionários da Justiça comum, que para lá foram levados de avião cedido pelo Governo do Estado.*

**CURRAL ELEITORAL**

*Aproximadamente às 23h40 do dia 14 de novembro de 1982, encontrava-me no Cartório Eleitoral de Vilhena, acompanhado pelo Dr. Telmo Fortes (à época Promotor Eleitoral), pelo Delegado Federal Paulo Astolfo, pelo Escrivão Valdir Tietz e demais funcionários, entregando a última uma de lona ao Presidente da Seção, quando ali surgiram vários candidatos e cabos eleitorais do extinto MBD, dizendo, quase sem respiração, que minha ordem havia descumprida.*

*Alguns gritavam no meio da multidão: "Agora tem que prender, agora tem que prender"! Chamei ao lado o candidato à eleição majoritária e*

perguntei-lhe o que ocorria, ao que obtive a resposta: "O Erwin está com o 'curral eleitoral' montado, são vários os eleitores - uns 500 -, moradores do Colorado do Oeste, e estão acampados numa fazenda aqui próximo. A bebida está correndo solta".

De imediato, chamei o Promotor Eleitoral - Dr. Telmo - e o Delegado Federal, a quem expus o problema, dizendo-lhes que iria ao local averiguar a denúncia.

Fiquei contrariado, confesso, porque durante os preparativos da eleição, me reunira com todos os candidatos e dirigentes partidários exatamente para informar o que era ou não permitido, e deixara claro o que era proibido.

O Dr. Telmo Fortes pediu-me que esperasse um pouco, porque iria até sua casa tirar o terno e buscar algumas coisas, com o que concordei plenamente.

Enquanto aguardávamos, conversava com o candidato a Prefeito do MBD que apresentara a denúncia e com o Delegado da Polícia Federal. Ambos mostravam-se indignados com aquela atitude do candidato da ARENA, Erwin.

Enquanto deliberávamos a respeito desses assuntos, surgiu uma nova denúncia, agora de membros da ARENA ligados ao candidato Erwin. Reclamavam que Vitório Abraão - outro candidato da ARENA - tinha um "curral eleitoral".

Nova averiguação foi realizada, mas não nos descuidamos da diligência de manter naquele Posto Fiscal alguns Policiais Militares.

Outra vez, eu, Dr. Telmo, o Capitão Cabral e o Delegado nos dirigimos a uma fazenda dentro dos limites do Município de Vilhena.

Lá chegando, por volta das 3 horas da madrugada, acordamos o proprietário, que de fato era um simpatizante da campanha Vitório Abraão, e saímos para percorrer a pé vários pontos daquela propriedade, não encontrando um só ser vivente "acurrulado", exceto uma multidão de bovinos e suínos.

Pregaram-se uma grande peça, concluímos.

Pedimos desculpas ao assustado fazendeiro pelo transtorno e voltamos ao Posto de

Fiscalização, cerca de 30 km desta fazenda, onde encontramos um candidato ao cargo de Deputado estadual - que, por sinal, foi eleito - "pegando-se nos tapas" com um cabo eleitoral do Erwin. Passamos, então, um "sabão" em ambos e os dispensamos.

Com uma paciência literalmente esgotada, determinei ao Capitão Cabral que convocasse os três candidatos da ARENA para uma reunião às 5 horas da madrugada no Quartel da PM, e para lá nos dirigimos.

A confusão estava sempre do lado dos candidatos da situação, isso porque MBD não tinha dinheiro e tampouco apoio do Executivo, seja estadual ou municipal.

Foram todos à reunião, e o concorrente Erwin chegou acompanhado de advogado.

Em rápidas palavras, disse-lhes, contando com o total apoio do Dr. Telmo Fortes: "O limite de vocês já se esgotou. Daqui a algumas horas as eleições se iniciarão e, se tiver conhecimento de um único problema causado, direta ou indiretamente, por qualquer um dos três, já sabem: O Dr. Paulo Astolfe cuidará de cada um até o final da apuração".

Naquele tempo a contagem demorava, no mínimo, dois dias. Todos prontamente acolheram o bom conselho, e a eleição transcorreu num clima de muita tranquilidade.

Enquanto deliberávamos a respeito desses assuntos, surgiu uma nova denúncia, agora de membros da ARENA ligados ao candidato Erwin. Reclamavam que Vitório Abraão - outro candidato da ARENA - tinha um "curral eleitoral".

Nova averiguação foi realizada, mas não nos descuidamos da diligência de manter naquele Posto Fiscal alguns Policiais Militares.

Outra vez, eu, Dr. Telmo, o Capitão Cabral e o Delegado nos dirigimos a uma fazenda dentro dos limites do Município de Vilhena.



Lá chegando, por volta das 3 horas da madrugada, acordamos o proprietário, que de fato era um simpatizante da campanha Vitório Abraão, e saímos para percorrer a pé vários pontos daquela propriedade, não encontrando um só ser vivente "acurrulado", exceto uma multidão de bovinos e suínos.

Pregaram-nos uma grande peça, concluímos.

Pedimos desculpas ao assustado fazendeiro pelo transtorno e voltamos ao Posto de Fiscalização, cerca de 30 km desta fazenda, onde encontramos um candidato ao cargo de Deputado estadual - que, por sinal, foi eleito - "pegando-se nos tapas" com um cabo eleitoral do Erwin. Passamos, então, um "sabão" em ambos e os dispensamos.

Com a paciência literalmente esgotada, determinei ao Capitão Cabral que convocasse os três candidatos da ARENA para uma reunião às 5 horas da madrugada no Quartel da PM, e para lá nos dirigimos.

A confusão estava sempre do lado dos candidatos da situação, isso porque MBD não tinha dinheiro e tampouco apoio do Executivo, seja estadual ou municipal.

Foram todos à reunião, e o concorrente Erwin chegou acompanhado de advogado.

Em rápidas palavras, disse-lhes contando com o total apoio do Dr. Telmo Fortes: "O limite de vocês já se esgotou. Daqui a algumas horas as eleições se iniciarão e, se tiver conhecimento de um único problema causado, direta ou indiretamente, por qualquer um dos três, já sabem: O Dr. Paulo Astolfo cuidará de cada um até o final da apuração".

Naquele tempo a contagem demorava, no mínimo, dois dias. Todos prontamente acolheram o bom conselho, e a eleição transcorreu num clima de muita tranqüilidade.

Para concluir, os eleitores do

"curral mato-grossense" foram trazidos pelo transporte do candidato Erwin, da fazenda até a divisa, e, quando entrarem no ônibus da Justiça Eleitoral, revoltados, anunciavam aos fiscais da Justiça que não votariam naquele candidato, porque passaram frio, fome e sede.

Resumo: O Erwin perdeu as eleições, e Vitório fez jus ao nome, alcançando a vitória, e foi o primeiro prefeito eleito de Vilhena.

Histórias como essas existem aos milhares. Cada um que teve a felicidade de participar da implantação do novo Estado tem, certamente, muito que contar, e o faz com orgulho de ter feito parte da História de Rondônia, de haver contribuído com seu trabalho, seu sacrifício e persistência.

A despeito das dificuldades encontradas e do aspecto folclórico das situações vividas, das improvisações e carências iniciais, decorrentes da falta de recursos humano e material, uma vez que se tratava de um Estado recém criado, ainda em processo de formação, posso dizer, na condição de Presidente desta Corte, que a Justiça Eleitoral rondoniense, hoje, equipara-se às demais do país, mesmo àquelas unidades da federação tradicional e historicamente mais destacadas.

Esse resultado nada mais é do que o fruto de administrações sérias e abnegadas, que puderam contar com a dedicação de pessoal qualitativamente bem preparado, tanto em primeiro quanto em segundo graus.

Tenho orgulho de ter participado da construção da História da Justiça Eleitoral de Rondônia.

O TRE iniciou suas atividades realizando as primeiras eleições do novo Estado. Diplomou, deu posse aos primeiros Deputados Estaduais e instalou o primeiro Parlamento Estadual com poderes constituintes. De modo que, ao longo desses 30 anos de existência, se tem mantido fiel aos princípios que o consagram. Assim, graças à atuação firme e determinada da Justiça Eleitoral em Rondônia, tem-se assegurada a lisura das eleições e a livre manifestação do voto, propiciando identificar-se com exatidão a vontade soberana do eleitorado destas paragens do poente.

Nessa perspectiva, os fatos relatados neste livro, embora desprovido do rigor acadêmico, resumem com simplicidade e isenção, a trajetória, o trabalho e o grau de comprometimento de destemidos pioneiros: magistrados, membros do Ministério Público, servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral que, como Bandeirantes de Rondônia, enfrentaram inúmeras adversidades para fincar as bases da edificação do novo Estado, e muitos deles, ainda hoje, permanecem como sentinelas avançadas, dando continuidade ao trabalho de consolidação política do Estado de Rondônia, com base nos princípios e valores do regime democrático.

Por tudo isso é que se pretende, com o registro deste legado histórico, a exemplo da criação do voto pela civilização grega, contribuir de algum modo para a formação e o aprimoramento humano e social dos atuais e futuros cidadãos de Rondônia.

## **Bibliografia**

- CIM, Salvador. **O Processo Migratório de Ocupação no Estado de Rondônia - Visão Histórica**. Revista Primeira Versão nº 104: Porto Velho:EDUFRO,2002.
- HUGO, Vitor. **Cinquenta Anos do Território Federal do Guaporé - 1943-1993**, Porto Velho: Editora SER, 1995.
- MATIAS, Francisco. **Pioneiros Ocupação Humana e Trajetória Política de Rondônia**. Porto Velho,Gráfica e Editora Maia Ltda., 1997.
- MENEZES, Nilza. **Memória Judiciária. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**. Porto Velho: Gráfica do tribunal de Justiça de Rondônia, 1999.
- PORTO, Nelson Jobim e Walter Costa. **Legislação Eleitoral no Brasil, volume II**, Senado Federal, Brasília: Ed. do Senado, 1996.
- RONDÔNIA, Governo do Estado de.**Coleção das Leis de Rondônia, Leis Complementares, Leis e Decretos de 1982-1989**, Porto Velho, 1989.
- RONDÔNIA, Tribunal Regional Eleitoral de. **A Justiça Eleitoral em Rondônia**. TRE-RO, Porto Velho, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Atas das sessões**. Porto Velho; TRE/RO, 1982 a 2013.
- \_\_\_\_\_. **Relatórios de Gestão**. Porto Velho; TRE/RO, 2004 a 2013.
- \_\_\_\_\_. **Clipping de notícias do TRE-RO**. Porto Velho; TRE/RO, 2004 a 2013.
- \_\_\_\_\_. **Mapas totalizadores das Eleições**, Secretaria de Informática, Porto Velho, 1982 – 2002.
- \_\_\_\_\_. **Zonas Eleitorais**. Porto Velho; TRE/RO, 2003.

### **OUTRAS FONTES:**

ASSEMBLEIA. LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

JORNAL ALTO MADEIRA, 1982 – 1999.

JORNAL DIÁRIO DA AMAZÔNIA, 1994 – 1999.

## ***Bibliografia***

JORNAL ESTADÃO DO NORTE, 1982 – 1999.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, SECEL.